

Prestação Anual de Contas

PAC 2018

**Demonstrações
Contábeis
2018**



Cetril



Cetril

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIÚNA E REGIÃO
49.313.653/0001-10 - Prestação Anual de Contas – PAC / 2018

Prestação Anual de Contas – PAC / 2018

Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região - CETRIL

Demonstrações Contábeis 2018

Ibiúna, abril de 2019



Índice

Demonstrações Contábeis Societárias do Exercício de 2018

Relatório da Administração das Demonstrações Contábeis Societárias.....	1
Balanco Patrimonial Societário.....	23
Demonstração do Resultado do Exercício Societário.....	25
Demonstração de Sobras e Perdas de Associados e Terceiros.....	28
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Societário.....	30
Demonstração do Fluxo de Caixa.....	31
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Societárias.....	33
Balanco Patrimonial Fiscal.....	65
Demonstração Fiscal do Resultado do Exercício.....	67
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Fiscal.....	68
Parecer do Conselho Fiscal Societário.....	72
Parecer do Auditor Independente Societário.....	73

Demonstrações Contábeis Regulatórias do Exercício de 2018

Relatório da Administração das Demonstrações Contábeis Regulatórias.....	75
Balanco Patrimonial Regulatório.....	94
Demonstração do Resultado do Exercício Regulatório.....	96
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Regulatório.....	100
Demonstração do Fluxo de Caixa.....	101
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias.....	102
Parecer do Conselho Fiscal Regulatório.....	148
Parecer do Auditor Independente Regulatório.....	149



Cetril

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIÚNA E REGIÃO
49.313.653/0001-10 - Prestação Anual de Contas – PAC / 2018

**Relatório da Administração
das
Demonstrações Contábeis
Societárias 2018**



Senhoras e Senhores Associados/Consumidores,

Apresentamos a seguir o Relatório da Administração 2019, compreendendo as principais atividades no exercício de 2018, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Societárias, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CETRIL para os associados, consumidores, parceiros e a sociedade.




Carta do Presidente

O ano de 2018 foi marcado por muitos desafios, não apenas para o mercado de energia elétrica mas para a economia de maneira geral. Contudo podemos nos orgulhar em poder afirmar, com dados comprobatórios, mesmo com todas as adversidades, que obtivemos um resultado positivo, em todos os aspectos, graças aos nossos princípios de gestão voltados sempre na constante melhoria de todos os nossos processos produtivos e por essa razão acreditamos que 2019 será um ano bem melhor.

Ao absorver o aprendizado nesses 53 anos focamos em novas estratégias para alcançar a excelência nos serviços prestados. Apesar dos desafios constantes que temos e teremos pela frente, unidos a maturidade e aos princípios de profissionalismo na nossa gestão juntamente com a competência técnica adquirida ao longo do tempo, procuraremos manter a competência, confiança e respeito consolidada ao longo do tempo que são os pilares sob as quais a CETRIL sempre estará se apoiando para continuar cumprindo sua missão de “distribuir energia elétrica aos cooperados/consumidores com qualidade e eficácia, contribuindo para o desenvolvimento regional e o bem estar social”.

A eficiência dos serviços da CETRIL contribui efetivamente com o desenvolvimento do município, uma vez que garantem energia para todos os consumidores. Em 2019, inicia-se um novo ciclo de esperança e renovação. Com muito planejamento, foco, visão e empreendedorismo, continuaremos investindo na infraestrutura energética para o crescimento do agronegócio, do turismo, da indústria, comércio e outras formas de contribuir com o desenvolvimento econômico da nossa região.

Sendo assim, a CETRIL continuará investindo cada vez mais na renovação e modernização, tanto das nossas redes de energia elétrica e demais bens e equipamentos como na capacitação e treinamento dos colaboradores, para a melhoria na qualidade do atendimento aos consumidores e na eficiência de nossos serviços. Tudo isso porque acreditamos que unidos seremos muito mais fortes.


Nélio Antônio Leite
Presidente



Carta do Contador

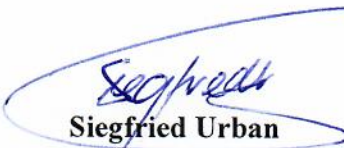
Com satisfação, na qualidade de Contador responsável pela escrituração Regulatória, Societária e Fiscal da Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região – CETRIL, comunicamos aos senhores associados a conclusão do Balanço Patrimonial - BP, Demonstração do Resultado do Exercício - DRE, Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, Demonstração do Valor Adicionado - DVA e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL do exercício de 2018, com alto grau de confiabilidade, qualidade, transparência e legalidade, em cumprimento ao Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, a legislação societária brasileira (CPCs) e aos princípios éticos (NBC PG 100): integridade; objetividade; competência profissional e devido zelo; sigilo profissional e comportamento profissional..

É de suma importância destacar que em 2018 recebemos o certificado ABRACONEE, o qual tem o objetivo de avaliar o nível de transparência contábil das empresas ligadas ao setor elétrico brasileiro, e é com muito orgulho que compartilhamos essa conquista, cujo crédito também é dedicado a todos que colaboraram, direta e indiretamente, para que pudéssemos evidenciar, revelar, sinalizar e finalmente demonstrar nossos números na **Prestação Anual de Contas - PAC** de forma confiável, apresentando com fidedignidade o nosso resultado, valorizando assim a atuação como permissionária do serviço público de energia elétrica.

Na questão Regulatória, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, têm intensificado o monitoramento eletrônico, impondo pré análise dos dados quando de nosso envio para integralização na base nacional.

Diante das considerações acima apresentamos aos senhores associados o nosso Demonstrativo Contábil Societário do exercício de 2018, as informações econômico-financeiras e sócio ambientais, de modo a facilitar e dar todas as condições e subsídios necessários para a tomada de decisões para o próximo exercício e de forma especial para a AGO – Assembleia Geral Ordinária a dar a Destinação Final das Sobras/Perdas do Exercício.

Por fim, agradeço a DEUS, aos Cooperados, à Diretoria Administrativa e Fiscal, aos Gerentes, à nossa equipe contábil, bem como a todos os departamentos internos e equipes de consultorias e auditorias externas que colaboraram para a elaboração do Relatório da Administração do Exercício de 2018.


Siegfried Urban
Contador
CRC: 1SP297745/O-4



Cenário

A Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região – CETRIL, foi fundada em 1965 e é responsável pela distribuição de energia elétrica na maior parte da área rural do município de Ibiúna, e parte do município de Piedade. Foi conferido a esta Permissionária a honra e o dever de acompanhar o desenvolvimento da região, levando força e luz às casas, comércios, serviços públicos, indústrias, estabelecimentos de lazer e, em especial, aos produtores rurais.

No cenário econômico brasileiro de 2018 ocorreram eventos que causaram grandes impactos em toda a economia até mesmo no setor elétrico, como paralisação dos caminhoneiros ocorrida entre os dias 21 e 31 de maio que afetou diretamente a cadeia produtiva nacional, a perda de ritmo da economia observada na produção industrial, a queda no mercado de trabalho, a expectativa do crescimento do PIB e a situação fiscal delicada do cenário político brasileiro ainda incerto até as realizações das eleições.

Apesar de todos esses acontecimentos e incertezas tivemos no ano de 2018 uma demanda dos serviços de distribuição de energia elétrica maior em relação ao ano anterior, representando um aumento de 2,51% no número de unidades consumidoras (cooperados/consumidores) e alcançando um total de 27.332 consumidores, com destaque a classe residencial que teve um incremento de 2,90% em relação a 2017, representando 93,27% do total de consumidores. A quantidade de energia distribuída foi de 72,25 GWh superior em 1,90% ao ano anterior

Sempre em busca da excelência, superando desafios e investindo na rede elétrica, por meio de planejamentos estratégicos, com base na sustentabilidade e com muito respeito a nossa fauna e flora, procuramos prestar os serviços com qualidade e isonomia a todos os consumidores, e como reconhecimento dessa qualidade em 2018 obtivemos novamente a certificação da NBR ISO 9001:2015 (*Norma de Padronização de Serviços ou Produtos*).



Geração, Transmissão e Distribuição de energia elétrica

Distribuição

A outorgada distribui energia elétrica em 02 dos 645 municípios do Estado, o que representa 0,14% dos consumidores do estado de São Paulo.

Ligação de Consumidores

Em 2018 foram realizadas 748 novas ligações, sendo 719 residenciais, 15 comerciais e 14 serviços públicos, na classe rural houve uma redução de 77 unidades consumidoras devido ao recadastramento de produtores rurais e nos poderes públicos uma redução de 3 unidades consumidoras, totalizando 27.332 unidades consumidoras atendidas pela outorgada, número 2,51% superior ao de 2017.

A seguir a tabela demonstrando a distribuição entre as classes de consumo:

Número de Consumidores

Consumidores	2014	2015	2016	2017	2018
Residencial	21.801	23.367	24.189	24.773	25.492
Comercial	362	398	470	483	498
Industrial	13	15	17	15	15
Rural	999	1.072	1.177	1.229	1.152
Poderes públicos	82	89	85	85	82
Iluminação pública	67	68	68	68	68
Serviço público	8	10	10	11	25
Total	23.332	25.019	26.016	26.664	27.332
Variação	5,08%	7,23%	3,98%	2,49%	2,51%

Comportamento do mercado

Em 2018 a CETRIL atingiu o patamar de 72,25 GWh de energia distribuída aos 27.332 consumidores, representando um acréscimo de 1,90% em relação aos 70,90 GWh distribuídos no ano anterior.

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o rural e o comercial. A classe rural contribuiu com um acréscimo de 0,52 GWh consumidos, representando 4,04% maior em relação a 2017 e a classe comercial foi atendida com 0,28 GWh a mais, ou seja, um incremento de 7,25% em relação a 2017. Também contribuíram nesse montante, o crescimento no consumo das classes residencial em 0,47% e industrial em 13,02% em relação ao ano anterior.

Na classe rural ocorreu o fenômeno de diminuição das unidades consumidoras e aumento do GWh consumido. A redução de unidades consumidoras na classe rural ocorreu devido ao recadastramento de produtores rurais, onde na atualização de cadastro alguns consumidores migraram para a classe residencial, já o aumento no consumo da classe rural foi proveniente do crescimento da utilização de motores elétricos para irrigação de plantios pelos produtores rurais em nossa região, resultado do trabalho de conscientização ambiental aos nossos consumidores elaborado pela CETRIL para contribuir com a preservação dos nossos rios e nascentes.



A seguir são apresentados os resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Mercado Atendido

Mercado Atendido - GWh	2014	2015	2016	2017	2018
Energia Faturada	69,07	68,50	68,82	70,90	72,25
Fornecimento	69,07	68,50	68,82	70,90	72,25
Residencial	47,36	47,09	46,86	48,67	48,90
Comercial	3,43	3,55	3,62	3,86	4,14
Industrial	2,42	2,24	1,87	1,92	2,17
Rural	12,46	12,08	12,95	12,88	13,40
Poderes Públicos	0,55	0,44	0,36	0,37	0,37
Iluminação Pública	2,70	2,92	2,93	2,95	2,99
Serviço Público	0,14	0,14	0,18	0,20	0,22
Consumo Próprio	0,01	0,04	0,05	0,05	0,06
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	69,07	68,50	68,82	70,90	72,25
Variação	9,13%	-0,82%	0,46%	3,02%	1,90%

Por meio de planejamentos estratégicos e investimentos melhoramos os processos de manutenção preventiva no sistema elétrico reduzindo as fraudes na rede elétrica, maximizando a qualidade de energia distribuída aos consumidores, com isso atingimos o menor índice de perda de energia em um período de cinco anos, registrando 10,01% em dezembro de 2018.

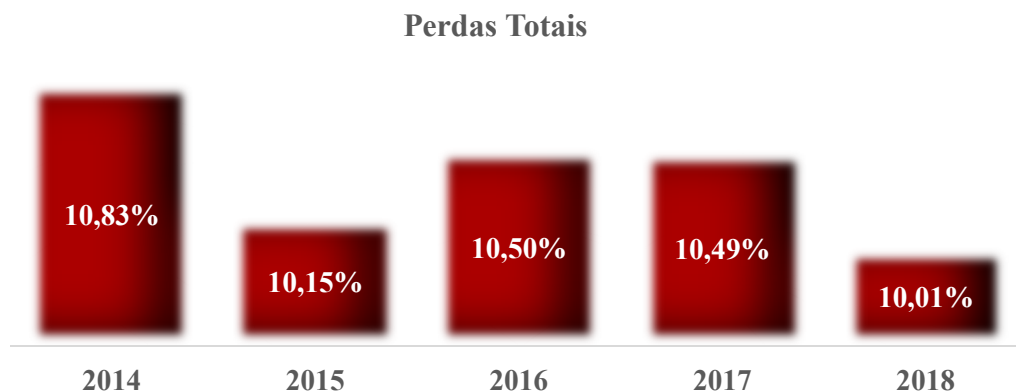
Balanco Energético

A) Energia Requerida - GWh	2014	2015	2016	2017	2018
Geração Própria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CPFL / Elektro	75,93	74,41	75,61	77,24	78,62
PROINFA	1,53	1,86	1,28	1,97	1,67
TOTAL	77,46	76,27	76,89	79,21	80,29
B) Energia Distribuída- GWh	2014	2015	2016	2017	2018
Cooperados/Consumidores	68,07	68,50	68,82	70,90	72,25
Consumidores Livres					
Suprimentos					
Energia Contratada					
TOTAL	69,07	68,50	68,82	70,90	72,25
Requerida - Distribuída	8,39	7,77	8,07	8,31	8,04
% de Perdas entre A / B	10,83%	10,15%	10,50	10,49%	10,01%

A CETRIL está trabalhando incessantemente para a redução das perdas comerciais de energia elétrica. No final do ano de 2016 foi criado um departamento para cuidar da recuperação de receita, que compreende a fiscalização de medidores e o controle à fraude e furtos de energia. No ano de 2018 investimos em tecnologia e aumentamos a quantidade



de equipes de fiscalização. Essas ações são evidenciadas pelo resultado positivo como mostra o gráfico abaixo:



No quadro abaixo demonstramos os dados computados da demanda contratada e da demanda realizada no universo de cinco anos para contribuir com possíveis processos de novas contratações de demanda, uma vez que o estudo do planejamento se torna complexo devido a sazonalidade de consumo de energia por ser em uma região de veraneio e de produtores rurais.

Demanda de Energia (MW)

Mês	Contratada em 2018	Realizada				
	CPFL e ELEKTRO	2014	2015	2016	2017	2018
JAN	21,61	18,95	18,42	19,43	18,11	17,68
FEV	21,61	17,58	19,98	21,32	22,46	20,20
MAR	21,61	22,30	14,40	18,48	15,86	18,20
ABR	21,61	22,71	18,17	20,83	20,04	19,71
MAI	21,61	20,95	14,65	18,44	15,09	18,49
JUN	21,61	20,08	19,26	15,74	19,06	18,89
JUL	21,61	17,52	17,46	18,00	19,73	19,66
AGO	21,61	17,46	16,06	16,80	16,71	17,31
SET	21,61	17,98	19,31	16,85	21,56	22,34
OUT	21,61	17,67	19,30	16,82	21,27	19,70
NOV	21,61	16,65	18,79	18,26	18,28	19,19
DEZ	21,61	24,11	21,59	22,77	25,24	26,01

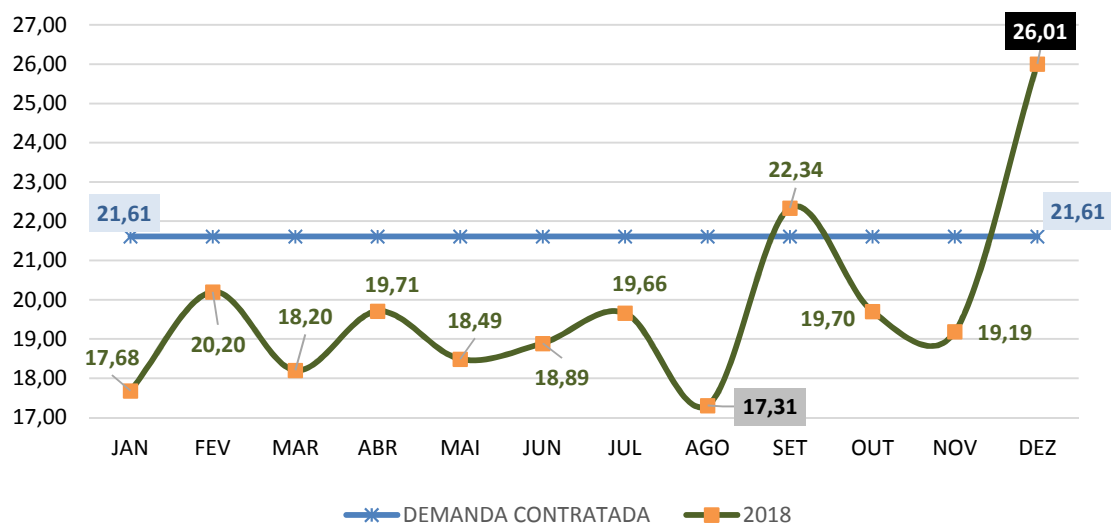
Menor Demanda - MW

Maior Demanda - MW

O gráfico a seguir ilustra a energia distribuída por mês e a energia contratada no último ano, aonde podemos observar os registros de energia de ponta e fora de ponta, destacando que no mês de dezembro ocorre a maior demanda, devido ao período de férias.

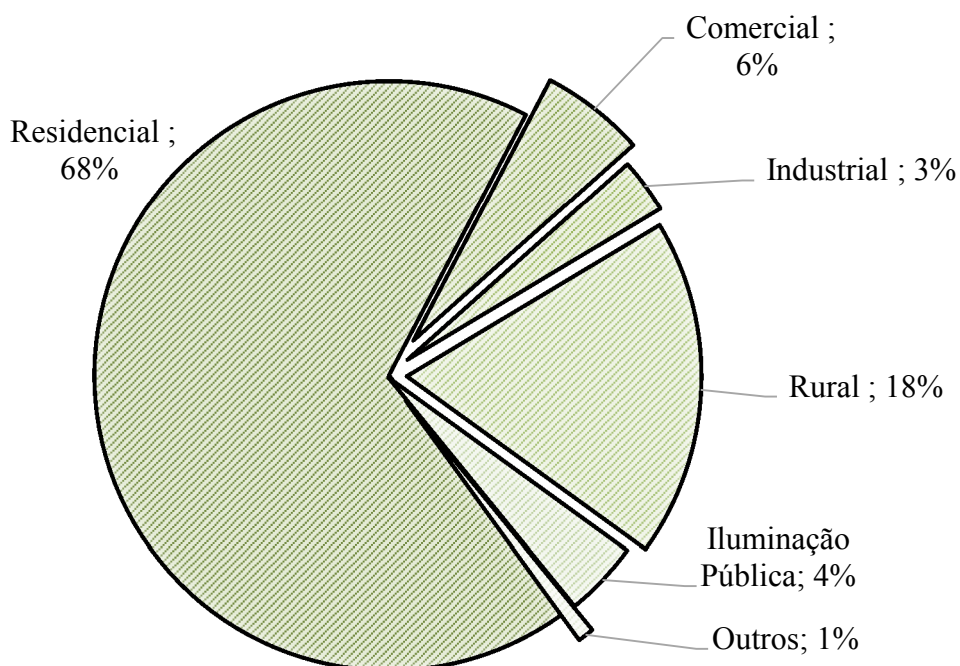


Demanda Contratada X Demanda Medida (MW)



Abaixo o gráfico demonstrando o percentual do consumo por classe no ano de 2018:

Consumo por classe de consumidores

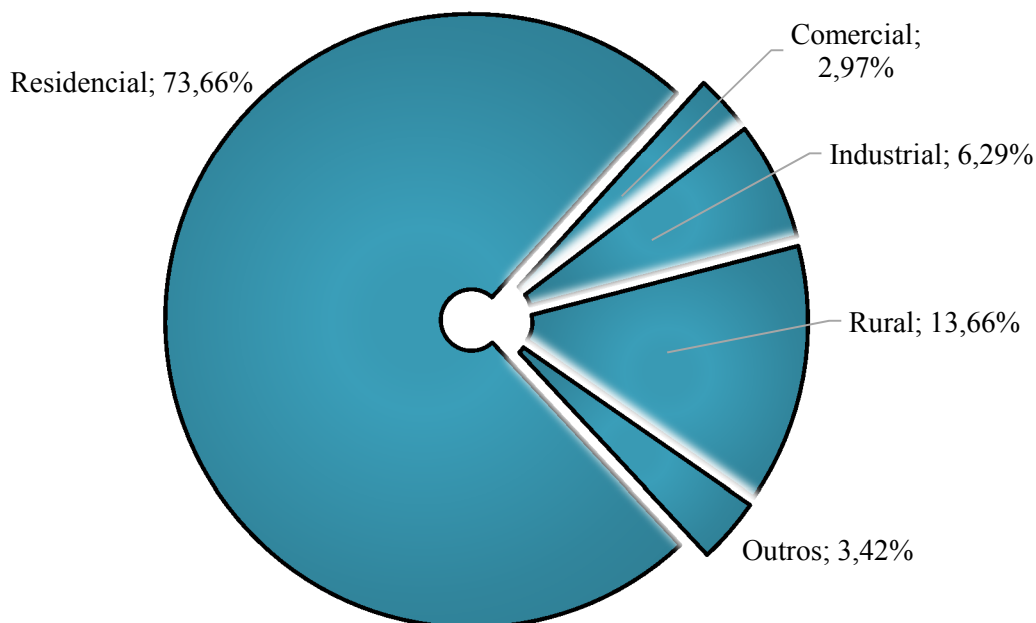


**Receita**

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica, líquida do ICMS, importou em 2018 o montante de R\$ 44,71 milhões, conforme quadro a seguir:

Receita líquida do ICMS em R\$ Mil

Classe		2018		2017		%
Residencial		32.936,42		29.531,46		11,53%
Comercial		1.325,99		2.355,94		-43,72%
Industrial		2.813,56		967,01		190,95%
Rural		6.107,07		5.318,30		14,83%
Outros	Poderes Públicos	245,42	1.532,29	224,93	1.385,45	10,60%
	Iluminação Pública	1.136,33		1.038,95		
	Serviço Público	150,54		121,57		
Total		44.715,33		39.558,16		13,04%

Receita líquida por classe de consumidores



Número de consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2018 apresentou um crescimento de 2,51% sobre o mesmo mês do ano anterior, como demonstrado no próximo quadro:

Número de Consumidores

Classe	2018	2017	%
Residencial	25.492	24.773	2,90
Comercial	498	483	3,11
Industrial	15	15	0,00
Rural	1.152	1.229	-6,27
Outros	175	164	6,71
Poderes Públicos	82	85	-3,53
Iluminação Pública	68	68	0,00
Serviço Público	25	11	127,27
Total	27.332	26.664	2,51

Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica atingiu em dezembro de 2018 o valor de R\$ 740,34/MWh, com aumento de aproximadamente 9,70% com relação a dezembro de 2017. Para o novo ciclo tarifário, de 30 de outubro de 2018 a 29 de outubro de 2019 as tarifas foram fixadas pela ANEEL por meio da Resolução Homologatória/ ANEEL nº 2.476 de 23 de outubro de 2018.

Tarifa Média em 2018 e 2017 (energia + tributos)

Classe	2018			2017			%
	RS/Mil	MWh	Tarifa Média	RS/Mil	MWh	Tarifa Média	
Residencial	40.306,17	48.899	824,27	36.620,10	48.670	752,42	9,55%
Industrial A4	694,66	1.044	665,60	514,58	1.024	502,52	32,45%
Industrial	922,31	1.123	821,50	674,53	901	748,65	9,73%
Comercial	3.403,02	4.140	821,93	2.879,28	3.861	745,73	10,22%
Rural	6.273,30	13.401	468,11	5.514,18	12.882	428,05	9,36%
Iluminação Pública	1.385,76	2.991	463,24	1.210,48	2.951	410,19	12,93%
Poder Público e Serv. Público	461,18	588	783,67	407,70	569	716,61	9,36%
Consumo Próprio	41,32	60	688,90	29,35	46	633,23	8,79%
Total	53.487,72	72.246	740,34	47.850,20	70.904	674,86	9,70%

Qualidade no fornecimento

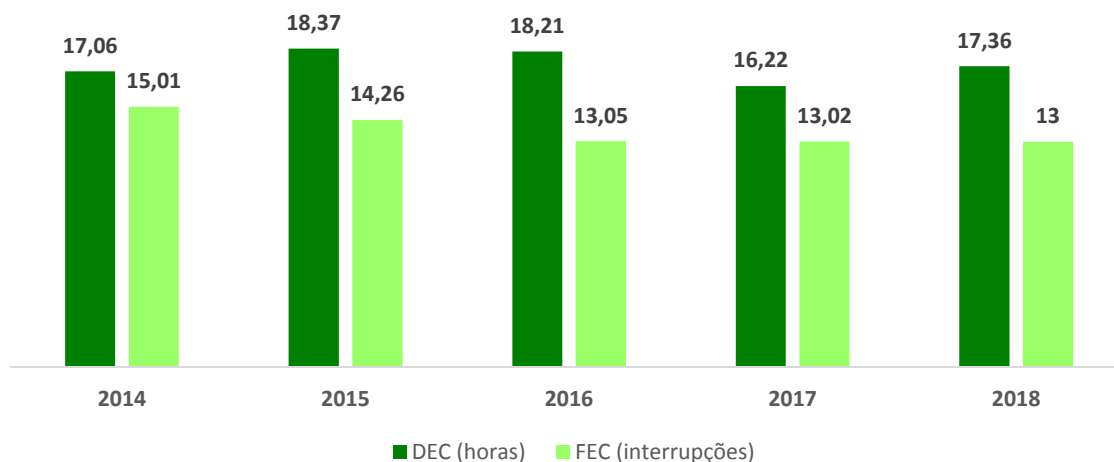
Os indicadores DEC – Duração equivalente de interrupções por consumidor (tempo total médio de interrupção por consumidor) e FEC – Frequência equivalente de interrupções por consumidor (quantas vezes os consumidores ficaram sem energia elétrica no ano) demonstram respectivamente, quanto tempo e quantas vezes, em média, cada consumidor ficou sem energia em um ano.

Já o TMA mostra o tempo médio de atendimento das equipes da CETRIL para atendimentos a comunicados de falhas na rede elétrica, seja com falta de energia ou não.



A evolução dos indicadores DEC e FEC é apresentada no gráfico a seguir:

Indicadores de Qualidade de Energia

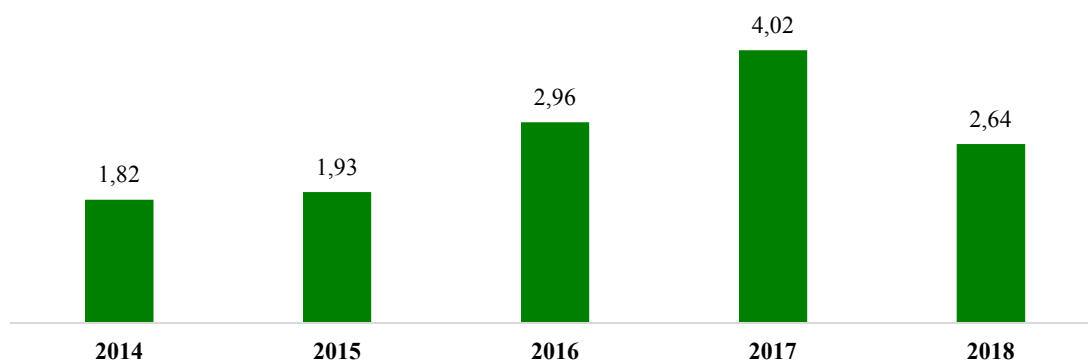


A CETRIL monitora dados de continuidade do sistema elétrico e as metas estão sendo atendidas de acordo com o estabelecido no Contrato de Permissão nº 008/2008 – ANEEL, Anexo III e conforme determina o Prodist Módulo 08 da referida agência.

Em 2018 o DEC registrou o índice de 17,36 mantendo abaixo do índice determinado pela Aneel que é de 22 e o FEC 13,00 mantendo também abaixo do índice determinado pela Aneel que é de 16.

TMA – Tempo médio de atendimento à ocorrências emergenciais

TMA - Tempo Médio de Atendimento (horas)



Houve também a redução no TMA (Tempo Médio de Atendimento às ocorrências Emergenciais) em relação ao ano anterior, que era de 4,02 horas para 2,64 horas, queda de 34,32%.

Considerando o crescimento do número de consumidores da ordem de 2,51% entre o ano de 2017 e 2018, e as ocorrências de temporais no referido período, a CETRIL manteve a



qualidade e continuidade do fornecimento de energia a seus consumidores conforme metas determinadas."

Níveis de Tensão

Regularmente a CETRIL envia à ANEEL relatórios de medições de níveis de tensão, seja por reclamação de seus consumidores, seja por medições feitas em consumidores escolhidos aleatoriamente pela Agência Reguladora.

No ano de 2018 foram realizadas 167 medições amostrais de níveis de tensão e 04 medições por solicitação dos consumidores. Não foram constatadas violações em nenhuma das medições. Isso demonstra a qualidade do fornecimento de energia prestada pela CETRIL.

Tecnologia da informação

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma distribuidora de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Outorgada faz, mediante sistemas de informação (software), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Em 2018, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação foram:

Instalação e reestruturação da infraestrutura de rede (Cabos e dispositivos de comunicação de rede) e telefonia do prédio administrativo;

Reestruturação da infraestrutura de rede (Cabos e dispositivos de comunicação de rede) dos demais setores da empresa;

Reformulação do site da empresa situado no endereço de web “www.cetril.com.br”, disponibilizando ao consumidor um canal de consulta a informações e serviços que anteriormente eram feitos somente com a presença do consumidor em nosso atendimento pessoal;

Aquisição de computadores, softwares e suprimentos para melhor funcionamento dos equipamentos;

Aquisição e implantação do sistema Intelix de telefonia IP e URA. O sistema Intelix fornece ao consumidor um atendimento automatizado para solicitações através de ações efetuadas pelo telefone, evitando a espera para o atendimento e agilizando o processo da solicitação. O sistema permite também o gerenciamento do atendimento telefônico prestado ao consumidor, podendo ser auditado para fins de melhoria contínua da equipe.

Aquisição e implantação de sistema de monitoria por vídeo.

Aquisição de impressoras térmicas e dispositivos de coleta para emissão de faturas instantâneas.

Desempenho econômico-financeiro

Em 2018 as sobras líquidas foram de R\$ 4.732,92 mil, contra R\$ 4.993,61 mil em 2017, uma redução na ordem de 5,22%. Por questões Setoriais, a Empresa realiza concomitantemente à sua Contabilidade Societária, a Contabilidade Regulatória e Fiscal. A Contabilidade Regulatória é realizada a partir de determinações da ANEEL que não reconhece efeitos de vários procedimentos da Contabilidade Internacional, bem como inclui, para fins de gerência Setorial, a Reavaliação Regulatória Compulsória. Já com relação à Contabilidade Fiscal, a mesma contempla os efeitos de adição ou subtração de despesas e receitas não permitidas no cálculo da base dos impostos. Adicionalmente, é realizado o estorno dos efeitos da Contabilidade Internacional, pois, a Receita Federal



determinou que sua base de cálculo deve seguir os conceitos contábeis vigentes até dezembro de 2007 (BRGAAP e USGAAP). Para melhor visualização, segue a demonstração e comparação do resultado da Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal:

RESULTADO SOCIETÁRIO: R\$ 4.732,92 mil

RESULTADO REGULATÓRIO: R\$ 2.427,23 mil

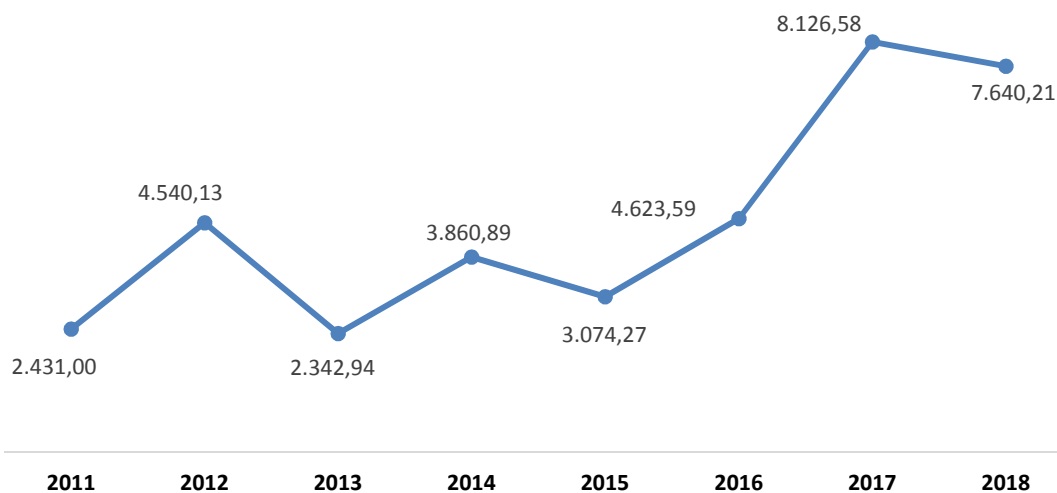
RESULTADO FISCAL (BASE PARA IMPOSTOS): R\$ 1.311,09 mil

A receita operacional líquida atingiu R\$ 54.166,96 mil, enquanto em 2017 situou-se em R\$ 43.115,73 mil. Esse aumento de 25,63% resulta na evolução das vendas para consumidores finais em 22,05% em relação ao ano anterior combinado com os efeitos dos reajustes médios tarifários que em de 2018 foi de 12,95% (REH N°. 2.476/ANEEL).

O total dos custos (parcela A + parcela B) registraram em 2018 R\$ 49.387,59 mil, 25,15% superiores em relação à 2017 que contabilizou R\$ 39.461,74. A rentabilidade do Patrimônio Líquido societário do exercício foi de 8,58% contra 9,90% em 2017.

O EBITDA ou LAJIDA societário, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 7.640,21 mil, inferior em -5,98% a 2017, que foi de R\$ 8.126,58 mil, conforme gráfico abaixo:

EBITDA ou LAJIDA - Legislação Societária
(Valores expressos em milhares de reais)





Investimentos: Em 2018, os investimentos da outorgada importaram em R\$ 4.879,98 Mil, 70,64% superiores em relação à 2017, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Obras de Distribuição	Investimentos - R\$ Mil		
	2018	2017	%
Obras	3.623,29	2.222,47	63,03
Ligações e Medições	490,36	334,81	46,46
Veículos	495,51	241,44	105,23
Equipamento Geral	270,82	61,10	343,24
Total	4.879,98	2.859,82	70,64

Captações de recursos: Para poder viabilizar os programas de investimentos não foram captados recursos externos durante o período, para isso a permissionária focou somente nos investimentos prioritários procurando não impor nenhum ônus financeiro aos exercícios futuros mediante ao cenário obscuro, político, econômico e financeiro em que o país está passando, mas com a esperança e perspectiva de uma mudança positiva nos próximos anos.

Valor adicionado: Em 2018, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Outorgada foi de R\$ 27.047,20 mil, representando 40,16% do total da receita de venda de energia e serviços, com a seguinte distribuição:


Demonstração do Valor Adicionado - DVA - Encerrado em 31 de Dezembro de 2018
(Valores Expressos em Milhares de Reais)


	Legislação societária	
	2018	2017
Receitas	67.671,34	57.438,09
Venda de energia e serviços	67.355,84	55.188,05
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-138,80	-115,78
Resultado não operacional	454,30	2.365,82
(-) Insumos adquiridos de terceiros	-38.138,63	-29.576,65
Insumos consumidos	0,00	0,00
Outros insumos adquiridos	-2.607,74	-4.264,80
Material e serviços de terceiros	-35.530,89	-25.311,85
(=) Valor adicionado bruto	29.532,71	27.861,44
(-) Quotas de reintegração	-2.485,51	-2.484,80
(=) Valor adicionado líquido	27.047,20	25.376,64
(+) Valor adicionado transferido	375,32	1.987,79
Receitas (Despesas) financeiras	375,32	1.987,79
Resultado da equivalência patrimonial	0,00	0,00

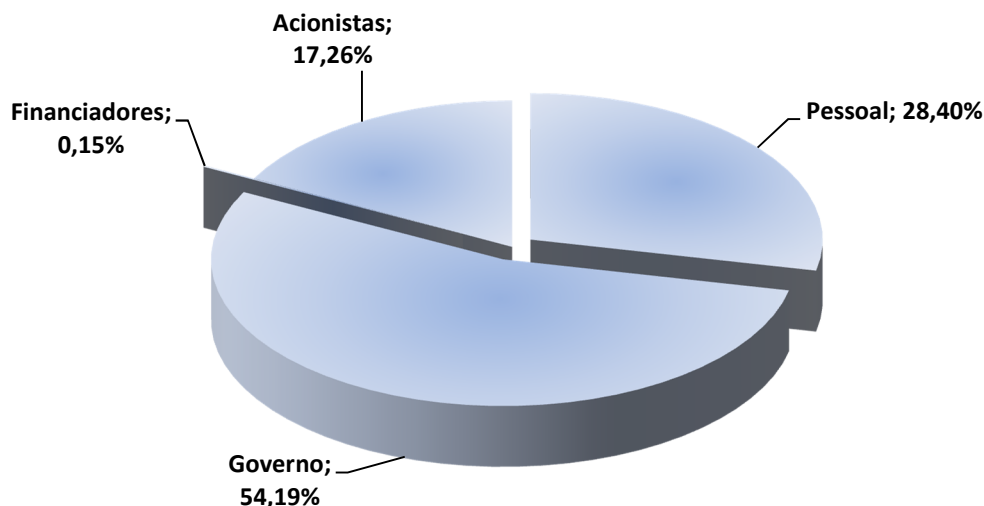


(=) Valor adicionado a distribuir	27.422,52	27.364,43
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal	7.787,94	7.748,09
Remunerações	5.478,07	5.491,68
Encargos sociais (exceto INSS)	664,39	674,44
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Auxílio alimentação	0,00	0,00
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00
Provisão para gratificação	417,10	543,46
Convênio assistencial e outros benefícios	1.368,14	1.308,25
Participação nos resultados	0,00	0,00
Custos imobilizados	-139,76	-269,74
Provisão trabalhista	0,00	0,00
Governo	14.860,77	14.576,87
INSS (sobre folha de pagamento)	1.250,12	1.856,38
ICMS	8.810,82	7.930,20
Imposto de renda e contribuição social	421,77	648,17
Outros (PIS/ COFINS/ encargos setoriais, outros)	4.378,06	4.142,12
Financiadores	40,88	45,86
Juros e variações cambiais	0,00	0,00
Aluguéis	40,88	45,86
Acionistas	4.732,93	4.993,61
Remuneração do capital próprio	0,00	0,00
Lucros retidos	4.732,93	4.993,61
Valor adicionado (médio) por empregado	326,46	333,71

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis


Nélio Antônio Leite
Presidente
CPF:093.796.988-52


Siegfried Urban
Contador
CRC 1SP297.745/O-4

**Distribuição do Valor Adicionado em 2018
(Legislação Societária)****Política de reinvestimento e distribuição de dividendos**

Sendo a entidade uma Cooperativa, seu objetivo é o de aplicar todas as sobras na melhoria de seus serviços aos seus Cooperados e Consumidores mediante aprovação da AGO de cada exercício.

A Outorgada com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 10% (dez por cento) para o Fundo de reserva Legal, 10% (dez por cento) para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, e 40% (quarenta por cento) para Fundos diversos de desenvolvimento e para atendimento às exigências da regulação das atividades de distribuição de energia elétrica no tocante à manutenção da qualidade da energia elétrica distribuída e de ressarcimento de danos elétricos produzidos em equipamentos de cooperados e usuários. Quanto ao Lucro com Atos não Cooperados, foi devidamente transferido para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, conforme previsto na Lei 5764/71 e na NBC T 10.8.

Composição acionária

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social da Outorgada é de R\$16.072,56 mil, composto por 1.607.256 mil quotas partes, com valor nominal R\$ 0,01.

Atendimento a acionistas

Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Outorgada coloca à disposição dos seus cooperados, colaboradores capacitados a esclarecer suas dúvidas e solicitações de forma presencial, email ou telefone da empresa.

**Responsabilidade social e sustentabilidade**

Cada vez mais, a Outorgada vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade, buscando contribuir com a preservação do planeta e atendimento às necessidades humanas hoje e das novas gerações, com essa ideologia a CETRIL adotou em 2018 as seguintes medidas:

- **Incentivo a utilização do motor de irrigação elétrico:** Após a elaboração de um planejamento estratégico, a CETRIL adotou como atitude primordial, a conscientização dos funcionários, fornecedores e consumidores, no tocante de que é de extrema importância começarmos de forma determinante, uma luta contra a destruição do meio ambiente, iniciamos uma demonstração aos nossos agricultores rurais que haveria um considerável ganho na sua economia se os motores de irrigação movidos a diesel fossem trocados pelos elétricos, pois, os motores elétricos além de serem mais eficazes (o motor elétrico tem a mesma potência de irrigação que um motor a diesel com maior cavalaria de potência), contribuem grandemente para a diminuição da poluição causada pela combustão dos motores movidos a diesel, os motores elétricos são mais silenciosos e não existe o risco de vazamento de combustível no solo, o objetivo está sendo atingido podendo ser percebido no crescimento do consumo de energia na classe rural.
- **Aquisição de Transformadores Verdes (Ecológicos) :** A partir de março 2018, adotamos o procedimento de adquirir somente transformadores que contém óleo vegetal, que diferentemente do líquido convencional, derivado do petróleo, o óleo vegetal é produzido a partir de ésteres naturais (gorduras e ácidos graxos), extraídos de fontes renováveis, e seguem uma tendência mundial de preocupação com o meio ambiente. Derivado de produtos agrícolas e sintetizado a partir de uma base orgânica, o óleo vegetal é biodegradável e, em caso de acidente, reduz significativamente os riscos de contaminação do solo, cursos de água e lençóis freáticos. Caso ocorra algum vazamento, em contato com a natureza o produto desaparece naturalmente em poucos dias. A utilização deste óleo contribui para reduzir o refino de petróleo, que é um processo com altos índices de emissão de CO₂, principal causador do efeito estufa, além disso, está comprovado que o transformador verde eleva o tempo de vida em até cinco vezes em comparação aos equipamentos convencionais, reduz os gastos com a manutenção e as interrupções no fornecimento de energia e também os riscos de incêndios em subestações.
- **Construção de Rede de Distribuição Aérea Compacta Protegida (RDC):** Em busca de mudanças tecnológicas na rede elétrica para o benefício dos consumidores e concomitantemente em prol da preservação da natureza, a CETRIL está investindo nos últimos anos na construção de redes compactas, essa medida irá contribuir com a redução dos custos de manutenção preventiva e corretiva a longo prazo, na melhoria na percepção do consumidor quanto a confiabilidade, na redução dos indicadores de falta de energia (DEC e FEC), na melhoria no espaço disponível, em maior segurança e preservação da fauna e flora, e que resultarão em um bom faturamento para a outorga e uma boa qualidade de serviço para o consumidor.



- **Confecção e distribuição de Caixas de Correspondência:** Para reduzir o grande número de impressão da 2º via das faturas pelo motivo de degradação da fatura devido a chuvas, ventos e ao sol, fizemos um trabalho de confecção de caixinhas de correspondência a partir de garrafas PET, que foram distribuídas gratuitamente aos nossos consumidores que não tinham caixinhas de correspondência na propriedade, diminuindo assim, a impressão de segundas vias e melhorando o uso consciente de impressão na Cetril.
- **Consumo de Combustível ecologicamente correto (etanol) :** Com a consciência de que pequenas e boas atitudes de hoje terão resultados positivos, sem comprometer as necessidades de futuras gerações, a CETRIL colabora com o meio ambiente abastecendo seus veículos “flex” somente com etanol.
- **Programa Aprendiz Cooperativo CETRIL**
O Programa Aprendiz da Cetril que se apoia na Lei 10.097/00, tem como objetivo incluir os jovens no mercado de trabalho e os capacitar com atividades práticas e teóricas voltadas para o preparo do início da carreira profissional.
Em 2018 foram contratados quatro jovens que atuaram nas áreas Comercial, Contábil e Técnica, com idade entre 14 e 24 anos. O contrato de trabalho dura dois anos e possui a carga horária de 20 horas semanais, compreendendo as atividades em dois ambientes, a unidade de formação CIEE (Centro Integração Empresa Escola) e na Cetril, onde o jovem aplica seus conhecimentos adquiridos em prol da Cooperativa.
- **Alunos da Escola Cooperativa conhecem a CETRIL**
Visando a valorização e a integração das crianças do município com a Cetril, alunos do 2º Ano do Ensino Médio da Escola Cooperativa de Ibiúna estiveram na sede da Cetril para conhecer toda a sede e passo a passo dos processos que envolvem toda a cooperativa, desde a geração até a distribuição de energia.
Foram realizados exemplos reais de uma residência com os alunos, assim puderam utilizar as fórmulas que eles estão aprendendo nas aulas para realizar o cálculo de consumo, entender as informações sobre conta de luz e outras curiosidades sobre o tema. Os alunos ainda receberam cartilhas com dicas de economia de energia, direitos e deveres dos consumidores e como usar a energia com inteligência.

**Outorgada em números**

Atendimento	2018	2017	%
Número de consumidores	27.332	26.664	2,51
Número de empregados	84	79	6,33
Número de consumidores por empregado	325	338	-3,73
Número de localidades atendidas	2	2	0,00
Número de agências	1	1	0,00
Número de postos de atendimento	1	1	0,00
Número de postos de arrecadação	0	0	0,00
Número de postos conveniados de arrecadação	8	8	0,00
Mercado			
Área de Permissão (Km ²)	939,73	939,73	0,00
Geração própria (GWh)	0	0	0,00
Demanda máxima (KW)	26.018	25.244	3,07
Distribuição direta (GWh)	72,25	70,90	1,90
Energia Adquirida (GWh)	80,29	79,21	1,36
Consumo residencial médio (kWh/ano)	1,92	1,96	-2,04
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)			
Total (exceto curto prazo)	740,34	674,86	9,70
Residencial	824,27	752,42	9,55
Comercial	821,93	745,73	10,22
Industrial	821,50	748,65	9,73
Rural	468,11	428,05	9,36
Suprimento	0,00	0,00	0,00
DEC (horas)	17,36	16,22	7,03
População atendida - Urbana Atendida (Mil/habitantes)	0,00	0,00	0,00
População atendida - Rural (Mil/habitantes)		106,65	-100,00
FEC (número de interrupções)	13	13,02	-0,15
Número de reclamações (Mil/consumidores)	420,79	368,36	14,23
Operacionais			
Número de usinas em operação	0	0	0,00
Número de subestações	3	3	0,00
Linhas de transmissão (Km)	0	0	0,00
Linhas de distribuição (Km)	1.873	1.857	0,86
Capacidade instalada (MW)	94,21	92,24	2,14
Financeiros - Contabilidade Societária			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	67.355,84	55.188,05	22,05
Receita operacional líquida (R\$ mil)	54.166,96	43.115,73	25,63
Margem operacional do serviço líquida (%)	24,35%	28,00%	-13,04
EBITDA OU LAJIDA	7.640,21	8.126,58	-5,98
Lucro líquido (R\$ mil)	4.732,92	4.993,61	-5,22
Lucro líquido por mil cotas	4.732,92	4.993,61	-5,22
Patrimônio líquido (R\$ mil)	55.180,86	50.428,26	9,42
Valor patrimonial por cota R\$	55.180,86	50.428,26	9,42
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	8,58%	9,90%	-13,33
Endividamento do patrimônio líquido (%)	33,75%	34,66%	-2,63
Em moeda nacional (%)	33,75%	34,66%	-2,63
Em moeda estrangeira (%)	0,00%	0,00%	0,00
Indicadores de Performance			
Salário Médio dos Funcionários	3,55	3,33	6,61
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	0,956	1,003	-4,67
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	0,003	0,003	-1,09
Retorno sobre ativos (ROA = LL/ATIVOS)	0,06	0,07	-14,29

**COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA CETRIL – 2018****CONSELHO ADMINISTRATIVO**

Presidente:	Nélio Antônio Leite
Vice Presidente:	Paulo Dias de Moraes
Secretário:	Fernando Vieira Branco
Vogal:	Luiz Vieira de Góes
Vogal:	Antônio Aparecido Trindade
Vogal:	Jaqueline Sumida Guimarães

CONSELHO FISCAL TITULAR

Titular Coordenador:	Roque José Pereira
Secretário:	Alcides Machado de Oliveira
Vogal:	Leôncio Ribeiro da Costa

CONSELHO FISCAL SUPLENTE

Suplente:	Renato Gabriel Vieira
Suplente:	Inácio Vieira Godinho Júnior
Suplente:	José Benedito de Camargo Rolim

ADMINISTRAÇÃO

Gerente Geral:	Vagner José de Góes
Gerente de Distribuição:	Alberto Hilário Ferreira
Coordenador Comercial:	Luiz Fernando Rodrigues
Supervisora Administrativa:	Cláudia Regina de Oliveira
Contador:	Siegfried Urban - CRC 1SP297.745/0-4

**Agradecimentos**

Vivemos em 2018 um momento propício para a consolidação dos nossos objetivos e favorável a expansão e melhoria contínua dos nossos serviços. Investimos na busca do aprimoramento da relação com nossos consumidores/cooperados e no combate às perdas e desperdícios, o que nos proporcionou uma melhora significativa nos padrões operacionais de eficiência.

Imersos em um ambiente de positivismo, faremos de 2019 um período de grandes conquistas e novas realizações.

A todos nosso muito obrigado pelo apoio incondicional.

Ibiúna, 05 de fevereiro de 2019.

A Administração,

Vagner José de Góes
Gerente Geral

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS**


Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região
CNPJ nº. 49.313.653/0001-10
Balança Patrimonial - Encerrado em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

Legislação societária

	2018	2017
Ativo		
Ativo Circulante	29.540,59	25.695,45
Caixa e equivalentes de caixa	13.449,95	10.501,93
Consumidores	10.351,10	8.567,80
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	135,93	182,93
Tributos compensáveis	391,09	1.358,92
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Almoxarifado operacional	385,89	558,86
Investimentos temporários	14,76	13,90
Empréstimos	-	-
Ativos financeiros setoriais	1.957,63	1.394,80
Despesas pagas antecipadamente	33,67	39,18
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	2.820,57	3.077,13
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	44.277,41	42.212,95
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	375,58	288,29
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	17.404,44	14.878,14
Bens e atividades não vinc. à concessão do SPEE	0,15	78,70
Imobilizado	2.617,02	2.213,20
Intangível	23.880,22	24.754,62
Total do ativo	73.818,00	67.908,40

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis


Nélio Antônio Leite
Presidente
CPF:093.796.988-52


Siegfried Urban
Contador
CRC 1SP297.745/O-4



Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região
CNPJ nº. 49.313.653/0001-10
Balço Patrimonial - Encerrado em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

Legislação societária

	2018	2017
Passivo		
Passivo Circulante	11.450,07	10.700,89
Fornecedores	3.857,27	3.698,96
Empréstimos, financiamentos e debêntures	212,76	262,70
Obrigações sociais e trabalhistas	880,00	719,81
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	1.441,91	1.345,45
Provisão para litígios	9,19	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	948,01	1.058,26
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	481,65	33,07
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos circulantes	3.619,28	3.582,64
	-	-
Passivos de operações descontinuadas	-	-
	-	-
Passivo Não-Circulante	7.187,57	6.779,26
Fornecedores	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	246,05	366,69
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	-	-
Provisão para litígios	12,00	12,00
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-
Passivos financeiros setoriais	-	4,02
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do SPEE	6.929,52	6.396,55
	-	-
Total do passivo	18.637,64	17.480,15
	-	-
Patrimônio líquido	55.180,36	50.428,25
Capital social	16.072,56	16.072,56
Reservas de capital	107,92	50,15
Outros resultados abrangentes	-	-
Reservas de lucros	4,92	4,92
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	-	-
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	37.444,37	32.825,30
Sobras à disposição da Assembleia	1.550,59	1.475,32
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-

**Cetril**COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIÚNA E REGIÃO
49.313.653/0001-10 - Prestação Anual de Contas – PAC / 2018

Total do patrimônio líquido	55.180,36	50.428,25
Total do passivo e do patrimônio líquido	73.818,00	67.908,40

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Nélio Antônio Leite
Presidente
CPF:093.796.988-52

Siegfried Urban
Contador
CRC 1SP297.745/O-4

Demonstração do Resultado do Exercício Societário

Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região
CNPJ nº. 49.313.653/0001-10
Demonstração do Resultado do Exercício- DRE - Encerrado em 31 de Dezembro de 2018
(Valores Expressos em Milhares de Reais)

	Consolidado	
	2018	2017
Operações em continuidade		
Ingressos/Receitas	67.355,84	55.188,05
Fornecimento de energia elétrica	28.273,00	18.884,25
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	25.359,17	28.931,18
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	(99,57)	325,74
Serviços cobráveis	124,58	133,92
Doações, contrib. e sub. Vinc. ao serv.concedido	13.698,66	5.445,68
Outras receitas	-	1.467,28
Tributos	(9.313,38)	(8.348,89)
ICMS	(8.810,82)	(7.930,20)
PIS-PASEP	(88,94)	(73,99)
Cofins	(413,62)	(344,70)
ISS	-	-
Encargos - Parcela "A"	(3.875,50)	(3.723,43)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(2.069,84)	(2.146,80)
Comp. Financ.Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fisc. Serv. de Energia Elétrica – TFSEE	(126,47)	(122,19)
Outros encargos	(1.679,19)	(1.454,44)




Ingresso/ Receita Operacional líquida	54.166,96	43.115,73
Dispêndios/Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(27.496,44)	(17.284,00)
Energia elétrica comprada para revenda	(27.496,44)	(17.284,00)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de comb. para prod. de energia elétrica	-	-
Resultado antes dos dispêndios/custos gerenciáveis	26.670,52	25.831,73
Dispêndios/Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(21.891,15)	(22.177,74)
Pessoal e administradores	(10.261,37)	(10.993,31)
Material	(1.577,39)	(2.661,09)
Serviços de terceiros	(6.457,06)	(5.366,76)
Arrendamento e aluguéis	(40,88)	(45,86)
Seguros	(93,17)	(76,93)
Doações, contribuições e subvenções	(139,98)	(129,03)
Provisões	(202,99)	(115,78)
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	44,10	29,68
Tributos	(220,25)	(217,58)
Depreciação e amortização	(2.485,51)	(2.484,80)
Gastos diversos	(910,95)	(2.482,10)
Outras Receitas Operacionais	1.447,46	3.154,24
Outras Despesas Operacionais	(993,16)	(788,42)
Resultado da Atividade	4.779,37	3.653,99
Equivalência patrimonial	-	-
Resultado Financeiro	375,32	1.987,79
Dispêndios/Despesas financeiras	(1.211,47)	(105,32)
Ingressos/Receitas financeiras	1.586,79	2.093,11
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	5.154,69	5.641,78
Despesa com impostos sobre os lucros	(421,77)	(648,17)
Resultado líquido das operações em continuidade	4.732,92	4.993,61




Resultado antes dos impostos sobre os lucros	<u>5.154,69</u>	<u>5.641,78</u>
Resultados com não associados	<u>1.278,22</u>	<u>1.953,47</u>
Destinações Estatutárias		
Base para as Destinações	<u>3.876,47</u>	<u>3.688,31</u>
Fundo de Reserva (10%)	387,65	368,83
Fundo de Assistência Técnica Educacional - FATES (10%)	387,65	368,83
Fundo de Desenvolvimento (40%)	1.550,59	1.475,32
Sobras a disposição da AGO	<u>1.550,59</u>	<u>1.475,32</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis



Nélio Antônio Leite
Presidente
CPF:093.796.988-52



Siegfried Urban
Contador
CRC 1SP297.745/O-4

**Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região****CNPJ nº. 49.313.653/0001-10****Demonstrações de sobras ou perdas de associados e terceiros- Encerrado em 31 de dezembro de 2018 – (Valores expressos em milhares de reais)****Legislação Societária****2018**

Operações em continuidade	Associado	Terceiros	Total
Ingresso/Receita	51.262,55	16.093,29	67.355,84
Fornecimento de energia elétrica	40.792,62	12.839,55	53.632,17
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	(76,02)	(23,55)	(99,57)
Serviços cobráveis	87,91	36,67	124,58
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	10.458,04	3.240,62	13.698,66
Tributos	(6.646,39)	(2.666,99)	(9.313,38)
ICMS	(6.612,52)	(2.198,30)	(8.810,82)
PIS-PASEP	(5,77)	(83,17)	(88,94)
Cofins	(28,10)	(385,52)	(413,62)
Encargos - Parcela "A"	(2.958,69)	(916,81)	(3.875,50)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(1.580,19)	(489,65)	(2.069,84)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(96,55)	(29,92)	(126,47)
Outros encargos	(1.281,95)	(397,24)	(1.679,19)
			-
Ingresso líquido/Receita líquida	41.657,47	12.509,49	54.166,96
			-
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(20.991,75)	(6.504,69)	(27.496,44)
Energia elétrica comprada para revenda	(20.991,75)	(6.504,69)	(27.496,44)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	20.665,72	6.004,80	26.670,52
			-
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(16.560,32)	(5.330,83)	(21.891,15)
Pessoal e administradores	(7.833,89)	(2.427,48)	(10.261,37)
Material	(1.204,73)	(372,66)	(1.577,39)
Serviços de terceiros	(4.929,55)	(1.527,51)	(6.457,06)
Arrendamento e aluguéis	(31,21)	(9,67)	(40,88)
Seguros	(71,13)	(22,04)	(93,17)
Doações, contribuições e subvenções	(106,87)	(33,11)	(139,98)
Provisões	(154,97)	(48,02)	(202,99)
(-) Recuperação de despesas	33,67	10,43	44,10
Tributos	(168,15)	(52,10)	(220,25)
Depreciação e amortização	(1.897,53)	(587,98)	(2.485,51)
Gastos diversos	(695,45)	(215,50)	(910,95)
Outros Ingressos/Receitas Operacionais	1.257,70	189,76	1.447,46
Outros Dispendios/Despesas Operacionais	(758,21)	(234,95)	(993,16)
			-
Resultado da Atividade	4.105,40	673,97	4.779,37
			-
Equivalência patrimonial	-	-	-
			-



Resultado Financeiro	(228,94)	604,26	375,32
Dispêndios/Despesas financeiras	(924,88)	(286,59)	(1.211,47)
Ingressos/Receitas financeiras	695,94	890,85	1.586,79
			-
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	3.876,46	1.278,23	5.154,69
			-
Despesa com impostos sobre os lucros	-	(421,77)	(421,77)
			-
Resultado líquido das operações em continuidade	3.876,46	856,46	4.732,92

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis



Nélio Antônio Leite

Presidente

CPF:093.796.988-52



Siegfried Urban

Contador

CRC 1SP297.745/O-4



Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região
CNPJ nº. 49.313.653/0001-10
Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL - Encerrado em 31 de Dezembro de 2018
(Valores Expressos em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/ Perdas a disposição da Assembleia	Recursos destinados a Aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	16.072,50	50,15	-	4,92	-	28.584,33	722,69	-	45.434,59
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	0,06	-	-	-	-	-	-	-	0,06
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	1.305,30	-	-	-	1.305,30
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	3.688,31	-	3.688,31
Reserva legal	-	-	-	-	-	368,83	(368,83)	-	-
FATES	-	-	-	-	(1.305,30)	1.674,13	(368,83)	-	(0,00)
Reservas de Lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	2.198,01	(2.198,01)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	16.072,56	50,15	-	4,92	-	32.825,30	1.475,33	-	50.428,26
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	57,77	-	-	-	-	744,73	-	763,91
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	856,46	-	-	-	856,46
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	3.131,73	-	3.131,73
Reserva legal	-	-	-	-	-	387,65	(387,65)	-	-
FATES	-	-	-	-	(856,46)	1.244,11	(387,65)	-	0,00
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	2.987,31	(3.025,90)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	16.072,56	107,92	-	4,92	-	37.444,37	1.550,59	-	55.180,36

Nélio Antônio Leite
Presidente
CPF:093.796.988-52

Siegfried Urban
Contador
CRC 1SP297.745/O-4

**Demonstração do Fluxo de Caixa Societário**

Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região
CNPJ nº. 49.313.653/0001-10
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto - Encerrado em 31 de Dezembro de 2018
(Valores Expressos em Milhares de Reais)

	Legislação societária	
	2018	2017
Atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	68.272,67	53.851,58
Outros recebimentos	1.035,61	577,51
Pagamentos a fornecedores	(14.708,09)	(11.942,24)
Fornecedores Energia Elétrica Comprada	(27.997,75)	(14.757,09)
Pagamentos a empregados	(6.409,84)	(6.493,47)
Juros pagos	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-
Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos	-	-
Tributos Federais	(3.795,48)	(5.368,84)
Tributos Estaduais e Municipais	(8.510,55)	(7.584,56)
Encargos Setoriais	(2.051,03)	(1.574,68)
Outros Pagamentos	(1.652,02)	(768,91)
Fluxo de caixa líquido originado de atividades operacionais	4.183,52	5.939,30
Atividades de investimento		
Recebimento (pagamento) de venda de imobilizado	-	43,76
Aquisição de imobilizado	(1.703,87)	(2.257,65)
Aquisição de propriedades para investimento	-	-
Aquisição de instrumentos financeiros	-	-
Recebimento (pagamento) da venda de instrumentos financeiros	-	-
Aquisição de intangíveis	-	-
Aquisição de controlada, líquida de caixa adquirido	-	-
Recebimento de incentivos	-	-
Juros recebidos	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	-	-
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento	(1.703,87)	(2.213,89)
Atividades de financiamento		
Recebimento (pagamento) do exercício de opções	658,80	1.497,70
Aquisição de participação de não controladores	-	-
Recebimento pela emissão de ações	-	-
Pagamento de passivos de arrendamento	-	-
Captações de empréstimos obtidos	-	-
Pagamento de empréstimos	(149,28)	(379,54)
Outras Despesas Financeiras	(41,15)	(377,44)
Dividendos pagos	-	-



Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de financiamento	468,37	740,72
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	2.948,02	4.466,13
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	10.501,93	6.035,80
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	13.449,95	10.501,93

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis



Nélcio Antônio Leite

Presidente

CPF:093.796.988-52



Siegfried Urban

Contador

CRC 1SP297.745/O-4

O modelo de fluxo de caixa apresentado acima se refere ao fluxo de caixa preparado por meio do método direto, sendo que também é permitida a apresentação do fluxo de caixa preparado por meio do método indireto.



**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Societárias
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.
(Valores expressos em milhares de reais)**



Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Societárias dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. (Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIÚNA E REGIÃO – CETRIL é uma cooperativa, destinada a explorar a Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e pelo Ministério de Minas e Energia. A Permissionária está autorizada a participar de consórcios ou companhias, em conjunto com empresas públicas e/ou privadas, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de energia, observada a legislação aplicável.

2 Das Permissões

A CETRIL possui permissão válida até o ano 2028 para a distribuição e comercialização de energia elétrica nos Municípios paulistas de Ibiúna e Piedade, conforme estabelecido em contrato de permissão nº 008/2008, assinado em 12/06/2008 com a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). Até dezembro de 2018 foram realizadas 748 novas ligações, sendo 719 residenciais, 15 comerciais e 14 serviços públicos, na classe rural houve uma redução de 77 unidades consumidoras devido ao recadastramento de produtores rurais e nos poderes públicos uma redução de 3 unidades consumidoras, totalizando 27.332 unidades consumidoras atendidas pela outorgada, número 2,51% superior ao de 2017. Os consumidores não ligados em nossa Permissionária são atendidos por Concessionárias de energia elétrica da região.

Na medida provisória nº 466/2009, convertida em Lei nº. 12.111/2009, foi emendado o artigo 23 da Lei nº 9074/1995 com o seguinte texto: “§ 3º As autorizações e permissões serão outorgadas às Cooperativas de Eletrificação Rural **pelo prazo de até 30 (trinta) anos**, podendo ser prorrogado por igual período, a juízo do Poder Concedente”.

3 Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com a Legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, observando rigorosamente as exigências contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, instituído pela Resolução ANEEL nº 605, de 11 de março de 2014.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Cooperativa adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando alinhado às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – (*International Accounting Standard Board*) com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011, com aplicação retrospectiva a 01 de janeiro de 2010 para fins de comparabilidade.

Elaboradas em conformidade também com a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que rege as atividades cooperativas no Brasil, Resolução do CFC nº 1.255/09, e alterações, NBC TG 1000 que estabelece as normas para apresentação das demonstrações financeiras das pequenas e médias empresas, disposições regulatórias e os princípios fundamentais da contabilidade e interpretação técnica NBC TG 2004.



Conforme determinação da SFF/ANEEL, com o intuito de buscar a harmonização com as normas internacionais de contabilidade, destacamos as transferências do Ativo Imobilizado Vinculado para o Grupo Intangível e Ativo Financeiro conforme ICPC 01 e OCPC 05, determinados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Como o ICPC 01 não foi aprovado pela SFF/ANEEL, seus efeitos figuram somente nas Demonstrações Societárias. Em 2011 entrou em vigor a Contabilidade Regulatória, instituída pela Resolução ANEEL 396/2010. Orientações complementares foram expedidas pela SFF/ANEEL através dos Despachos: 4.722/2009, 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4.786/2014, 245/2016, 3.371/2016 e 4.356/2017.

A adoção deste procedimento resultou na reclassificação para o Ativo Intangível de R\$ 21.563,98 mil (R\$ 22.769,22 mil em 2017) e para Ativos Financeiros de R\$ 17.230,17 mil (R\$ 14.815,14 mil em 2017).

Durante o exercício de 2015, a ANEEL em conjunto com vários outros Órgãos, teve sucesso na possibilidade de reconhecimento dos Ativos e Passivos Regulatórios na Contabilidade Societária, com contabilização retrospectiva. Tal fato poderia ser colocado em prática, segundo o IFRS desde que:

- 1) Fosse assinado entre o agente de Distribuição de Energia Elétrica e o Poder Concedente, Aditivo Contratual prevendo a indenização ou devolução de tais valores ao final da Permissão, quando aplicado a Reversão de Ativos;
- 2) Que os mesmos tivessem uma denominação mais adequada à Contabilidade Societária.

Cumprido todas as condições acima, a CETRIL, procedeu ao reconhecimento contábil de tais valores no seu Balanço Societário, de forma retrospectiva, diminuindo de forma muito benéfica a diferença de resultados entre a Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal.

Os procedimentos acima citados foram orientados oficialmente através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com a emissão da Orientação Técnica OCPC-08.

Desta forma, para o exercício de 2018, reconhecemos os seguintes valores:

Ativos Financeiros Setoriais: 1.957,63
Passivos Financeiros Setoriais: 481,65

4 Principais Práticas Contábeis

Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Estão, quando aplicável, demonstrados pelo custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis (Nota 5).

Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada até 31 de dezembro de 2018, contabilizado com base no regime de competência.

**Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber, de acordo com as Instruções contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE (Nota 6).

Estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e, aqueles destinados a investimentos, estão classificados no Ativo Imobilizado em Curso pelo custo de aquisição e, também, controlados pelo custo médio.

Investimentos

A CETRIL não possui outros investimentos, senão em seu próprio Imobilizado, destinado ao Serviço Público de Energia Elétrica.

Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nos respectivos Tipos de Unidades de Cadastro - TUC, conforme determina a Resolução ANEEL nº 674/2015, às taxas anuais constantes da tabela anexa XVI - TAXAS DE DEPRECIAÇÃO. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no Imobilizado em Curso, estão registrados neste subgrupo como custo. Destaca-se que a implementação das determinações da Resolução ANEEL nº 674/2015, em substituição às instruções da Resolução ANEEL nº 367/2009 e anterior Portaria DNAEE nº 815/94 teve a migração e adequação dos dados concluída no encerramento do mês contábil de dezembro/2016. Salientamos que, em virtude da harmonização com as Normas Internacionais de Contabilidade, em função de nosso Ativo Imobilizado ser vinculado à Concessão, todo o ativo diretamente ligado à Distribuição de Energia Elétrica foi reclassificado para o Grupo de Intangíveis (os que já estarão reintegrados até o final da Concessão) e para o Grupo de Ativo Financeiro da Concessão a receber (para aqueles não reintegrados até o Final do prazo da Concessão).

Imposto de renda diferido

A Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região – CETRIL não diferiu nenhum Imposto no exercício de 2018 ou anterior.

Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Outros direitos e obrigações

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

Estrutura das demonstrações contábeis

Com referência às novas implementações na estrutura das demonstrações contábeis, em face a harmonização internacional e, em virtude do atendimento do Ofício de Encerramento no 2.775/2008 – SFF/ANEEL, no 4.097/2010 – SFF/ANEEL e Despacho ANEEL 4.722/2009 e 4.991/2011, aplicou-se a mudança nos quadros do Ativo e Passivo, incluindo os subgrupos Ativo não Circulante e Passivo não Circulante, excluindo-se o grupo de Ativo Permanente, conforme determinação do Órgão Regulador.



Conforme Ofício Circular 364/2012, a ANEEL desobriga as Permissionárias/Concessionárias a publicar as Demonstrações Contábeis Regulatórias e Despacho ANEEL 575/2013 dispensa as Cooperativas Permissionárias de publicarem suas demonstrações contábeis societárias e regulatórias em qualquer tipo de jornal, devendo apenas disponibilizá-las no sítio eletrônico da Permissionária e encaminhá-las à SFF para posterior divulgação na CIEFSE.

Adicionalmente, conforme Despacho SFF/ANEEL No. 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4.786/2014, 245/2016, 3.371/2016 e 4.356/2017 estão sendo publicadas em separado as Demonstrações Contábeis Regulatórias, compostas de: RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO, BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO, DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO REGULATÓRIO, DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REGULATÓRIO, NOTAS EXPLICATIVAS REGULATÓRIAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.

Vale destacar, também, a apuração e publicação, em Nota Explicativa do presente Balanço, o "Balanço Fiscal", composto das peças: BPF - Balanço Patrimonial Fiscal, composto dos quadros do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração do Resultado do Exercício Fiscal, e, DMPLF - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal, expresso na Nota No. 44, abaixo.

Diferença Mensal de Receita – DMR e Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE

A apuração dos valores da Diferença Mensal de Receita – DMR estabelecida pela resolução normativa nº 472/2012 ANEEL de 24 de janeiro de 2012 e atendendo ao Despacho nº 155/2013-SFF/ANEEL de 23 de janeiro de 2013 aonde estabelece que no exercício de 2012 todos os valores apurados sejam registrados contabilmente e em atendimento conforme o referido no Despacho na cláusula 9, item 41 os valores foram devidamente contabilizados como determinado, inclusive no exercício de 2018.

5 Equivalentes de Caixa, Títulos e Investimentos Temporários

A Permissionária possui em dezembro/ 2018 o montante de R\$ 302,83 em contas bancárias à vista e R\$ 13.157,87 em Títulos e Valores Mobiliários, devidamente contabilizados conforme demonstrado a seguir:

Instituição	Conta bancária à Vista	Vencimento	Remuneração	Legislação Societária	
				2018	2017
Banco do Brasil	FUNDO FIXO	Indeterminado	-	4,00	4,00
Banco do Brasil	BANCO DO BRASIL S/A	Indeterminado	-	0,00	27,97
Caixa	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Indeterminado	-	74,26	58,77
Bradesco	BRADESCO S/A	Indeterminado	-	31,88	29,54
Santander	BANCO SANTANDER BANESPA S/A	Indeterminado	-	125,62	399,80
Itaú	ITAÚ S/A	Indeterminado	-	2,05	0,00
Banco do Brasil	BANCO DO BRASIL S/A	Indeterminado	-	45,00	2,05
Bradesco	BRADESCO S/A	Indeterminado	-	24,02	25,46
Total de Caixa				306,83	547,59

Instituição	Tipo de Aplicação	Vencimento	Remuneração		
				2018	2017
Banco do Brasil	BB RENDA FIXA 500	Indeterminado	Selic	0,00	0,00
Banco do Brasil	BB RF LP CORP 10 MILH	Indeterminado	Selic	0,00	98,81
Bradesco	BRADESCO FIC FI REF.DI HIPERF.	Indeterminado	Selic	52,09	50,84



Santander	CDB SANTANDER	Indeterminado	Selic	55,11	49,89
Itaú	CDB ITAÚ	Indeterminado	Selic	306,27	480,66
Bradesco	CDB BRADESCO - HIPERFÁCIL	Indeterminado	Selic	0,00	0,00
Caixa	CDB CAIXA FLEX EMPRESARIAL	Indeterminado	Selic	3.529,09	4.155,53
Banco do Brasil	BB RENDA FIXA LP 100 (Sucatas)	Indeterminado	Selic	0,00	0,00
Banco do Brasil	FUNDO BB RF SIMPLES	Indeterminado	Selic	978,50	1.315,84
Banco do Brasil	FUNDO BB RF SIMPLES (Sucatas)	Indeterminado	Selic	15,02	136,51
Banco do Brasil	FIC GIRO EMPRESAS RF REF DI L	Indeterminado	Selic	8.207,04	3.666,26
Total de Equivalentes a Caixa				13.143,12	9.954,34
TOTAL DE CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA				13.449,95	10.501,93
Banco do Brasil	* Banco do Brasil S/A - OUROCAP	Indeterminado	TR+ Juros	14,75*	13,90*

6 Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os valores referentes a Consumidores, Concessionárias e Permissionárias dos períodos de 2018 e 2017, estão assim elencados, a seguir:

	<u>Legislação</u>	<u>Societária</u>
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Consumidores		
Faturados	7.477,56	6.076,68
Não faturados	2.184,62	2.050,64
Serviços Cobráveis	28,17	27,64
Participação Financeira	845,35	643,92
Parcelamentos	203,85	102,22
Outros	328,07	245,81
(-) PCLD	(716,52)	(579,10)
Subtotal	<u>10.351,10</u>	<u>8.567,81</u>
Concessionárias	0,00	0,00
Permissionárias	0,00	0,00
Comercialização no âmbito do CCEE	0,00	0,00
Subtotal	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Total	10.351,10	8.567,81

**Composição das Contas a Receber**

Legislação Societária

Consumidor/Concessionárias/Permissãoárias	Vencidos	Vencidos até 90 dias	Vencidos a mais de 90 dias	Total	Provisão para devedores duvidosos		Saldo	
					2018	2017	2018	2017
Residencial	3.294,52	1.322,46	450,60	5.067,58	(450,61)	(349,50)	4.616,97	4.096,29
Industrial	156,40	73,03	117,25	346,68	(117,25)	(117,25)	229,43	179,64
Comércio e serviços	307,45	59,70	20,54	387,69	(17,67)	(16,78)	370,02	298,46
Rural	583,12	214,50	53,60	851,22	(45,07)	(44,88)	806,15	685,83
Poderes Públicos	27,53	65,06	95,18	187,77	-	-	187,77	47,25
Federal	-	-	-	-	-	-	-	-
Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-
Municipal	27,53	65,06	95,18	187,77	-	-	187,77	47,25
Iluminação Pública	118,42	287,01	215,91	621,34	(0,18)	(0,18)	621,16	228,38
Serviço Público	15,28	-	-	15,28	-	-	15,28	12,24
Renda não faturada	2.184,62	-	-	2.184,62	-	-	2.184,62	2.050,64
Serviços cobráveis	28,17	-	-	28,17	(13,04)	(6,76)	15,13	20,88
Participação Financeira	845,35	-	-	845,35	(14,21)	-	831,14	643,92
Parcelamentos	203,85	-	-	203,85	(49,10)	(35,77)	154,75	66,45
Outros	328,07	-	-	328,07	(9,39)	(7,98)	318,68	237,83
Atualização regime de competência	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargo a recuperar na tarifa	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal - Consumidores	8.092,78	2.021,76	953,08	11.067,62	(716,52)	(579,10)	10.351,10	8.567,81
Concessionárias	-	-	-	-	-	-	-	-
Permissãoárias	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização do MAE	-	-	-	-	-	-	-	-
Concessionárias/Permissãoárias	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	8.092,78	2.021,76	953,08	11.067,62	(716,52)	(579,10)	10.351,10	8.567,81

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos Normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos há mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos há mais de 180 dias;
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos há mais de 360 dias.



A Provisão para Devedores Duvidosos em 2018 R\$ 716,52 aumentou em 19,18 % em relação ao ano de 2017 R\$ 579,10.

Conforme determinação Regulatória, apropriamos na Conta 1119.1.09, o valor concedido a título de descontos regulatórios, a ser reembolsado pela ELETROBRAS, via Subsídio CDE, bem como o valor de Subsídio Redução Equilibrada de Tarifas publicada pela ANEEL em função da determinação da concessão de descontos gerais aos nossos consumidores implementados pela política governamental.

Tais subsídios a receber, em dezembro/2018, importavam em: 2.503,45.

7 Imobilizado

Segue quadro de conciliação do Ativo Imobilizado Regulatório com o Ativo Imobilizado Societário:

	Legislação Societária	
	2018	2017
Em Serviço Societário	2.617,01	2.213,20
Em Curso Societário	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	17.231,44	14.815,14
Ativo Intangível da Concessão	21.563,99	22.781,33
Ativo Intangível em Curso	2.316,23	1.973,29
Reavaliação Regulatória Compulsória	40.454,64	44.555,43
Diferenças SOC x REG	44,71	63,89
Sob Total	84.228,02	86.402,28
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	-6.929,52	-6.396,55
Sub Total	-6.929,52	-6.396,55
Total	77.298,50	80.005,73
Ativo Imobilizado Societário	2.618,28	2.213,20
Ativo Imobilizado Regulatório	77.298,50	80.005,73

A partir de 2011, foram reclassificados valores do ativo imobilizado que estão em função do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica para os grupos de Ativo Financeiro e Ativo Intangível, atendendo a OCPC 05. onde:

“De acordo com os contratos de concessão, consideram-se bens vinculados aqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos.”

**Ativo intangível**

Foi reclassificado para o ativo intangível os valores referentes ao imobilizado residual, onde estes têm sua reintegração total realizada dentro da concessão dos serviços públicos conforme abaixo:

Legislação Societária				
Intangíveis	Custo	Depreciação e/ou Amortização Acumulada	Valor Líquido 2018	Valor Líquido 2017
Em Serviço	22.545,16	-981,17	21.563,99	22.781,33
Em Curso	2.316,23	0,00	2.316,23	1.973,29
Total	24.861,39	-981,17	23.880,22	24.754,62



8 Ativo e Passivo Setorial Financeiro

Em 31 de Dezembro de 2018, conforme MCSE os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais possuíam os seguintes saldos:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2017	Adição	Amortização	Remuneração	Transf.	Saldo em 31/12/2018	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVA)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	1.394,80	1.651,69	(1.443,97)	21,20	333,91	1.957,63	-	1.957,63	1.957,63	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	302,68	8,84	(151,10)	21,20	188,89	370,51	-	370,51	370,51	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	1.092,12	1.642,85	(1.292,87)	-	145,02	1.587,12	-	1.587,12	1.587,12	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	1.394,80	1.651,69	(1.443,97)	21,20	333,91	1.957,63	-	1.957,63	1.957,63	-



Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2017	Adição	Amortização	Remuneração	Transf.	Saldo em 31/12/2018	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVA energia)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROINFA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	37,09	345,54	(102,31)	2,51	202,84	481,65	-	481,65	481,65	-
Majoração PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	31,36	325,87	(25,77)	2,51	(78,33)	255,64	-	255,64	255,64	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	1,71	19,67	(76,54)	-	281,17	226,01	-	226,01	226,01	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	33,07	345,54	(102,31)	2,51	202,84	481,65	-	481,65	481,65	-

**9 Fornecedores**

	Legislação Societária	
	2018	2017
CPFL	3.119,68	3.203,44
ELEKTRO	0,00	0,00
PROINFA	47,98	43,67
Subtotal - Fornecedores de E. Elétrica	3.167,66	3.247,11
Fornecedores de Energia Elétrica - CCEE	0,00	0,00
Subtotal – Fornecedores E. Elétrica - CCEE	0,00	0,00
Materiais e Serviços	689,61	451,85
Subtotal - Materiais e Serviços	689,61	451,85
Total	3.857,27	3.698,96

10 Empréstimos e Financiamentos

	Circulante		Não circulante		Total	
	Principal	Encargos	Principal	Encargos	2018	2017
Moeda Estrangeira						
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Moeda Nacional						
ECFS0247/2008	128,37	82,47	246,05	0,00	456,89	627,85
Banco do Brasil	1,92	0,00	0,00	0,00	1,92	1,53
Subtotal	130,29	82,47	246,05	0,00	458,81	629,38
Total	212,76		246,05		458,81	629,38

Detalhamento do Empréstimo e Financiamento:**Banco do Brasil Eletrobrás**

- Recursos do RGR
- Início 01/02/2008
- Término 31/01/2018
- Juros 5% a.a.
- Atualização – Juros *pro rata temporis* (índice de correção monetária dos Recursos RGR)



11 Encargos Setoriais

Demonstramos abaixo as Taxas Regulamentares sob responsabilidade de nossa Empresa, referente aos exercícios 2018 e 2017.

	Legislação Societária	
	2018	2017
Compensação Financeira pela Utilização de recursos Hídricos	0,00	0,00
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	0,00	0,00
Quota de Consumo de combustível - CCC	0,00	0,00
Taxa de Fiscalização - ANEEL	11,15	10,22
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	272,04	123,75
0,3% CCC sobre Sistemas Isolados	0,00	0,00
Pesquisa e Desenvolvimento Energético - PEE	178,24	178,24
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	149,69	149,69
Bandeiras Tarifárias a Recolher/Consulta CCEE	336,89	596,36
Total	948,01	1.058,26

12 Tributos Compensáveis

Os valores referentes a Tributos Compensáveis apresentados nos períodos de 2018 e 2017 ficaram composto conforme demonstrado a seguir:

Tributos compensáveis – Curto Prazo	Legislação Societária (R\$/Mil)	
	2018	2017
PIS	0,02	0,02
IRPJ	0,00	9,79
IR Retido na fonte	45,63	1.081,08
CSLL	82,11	8,35
ICMS A RECUPERAR	263,33	152,38
ICMS A RECUPERAR-PARCEL. 1/48	0,00	107,30
TOTAIS	391,09	1.358,92

Tributos e Contribuições Sociais - Longo Prazo

A CETRIL possui créditos referentes a tributos e contribuições sociais no Longo Prazo no valor de R\$ 375,58 mil referente a ICMS sobre compra de ativo imobilizado em 48 AVOS.

Tributos Compensáveis – Longo Prazo	Legislação Societária	
	2018	2017
ICMS A RECUPERAR-PARCEL. 1/48	375,58	288,29
TOTAIS	375,58	288,29



13 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Não há imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos na CETRIL no exercício de 2018 e anteriores.

14 Provisões para Contingências

Contingência	Legislação Societária					
	2018			2017		
	Valor da provisão		Depósitos judiciais	Valor da provisão		Depósitos judiciais
No exercício	Acumulada	No exercício		Acumulada		
Trabalhistas	-	-	-	-	-	-
Plano Bresser	-	-	-	-	-	-
Plano Collor	-	-	-	-	-	-
Periculosidade	-	-	-	-	-	-
Outros	-	12,00	-	-	12,00	-
Subtotal	-	12,00	-	-	12,00	-
Cíveis						
Fornecedores	-	-	-	-	-	-
Consumidores	-	-	-	-	-	-
Empreiteiros	-	-	-	-	-	-
Outros	9,19	9,19	-	-	-	-
Subtotal	9,19	9,19	-	-	-	-
Fiscais						
Cofins	-	-	-	-	-	-
Pis/Pasep	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	-
Total	9,19	21,19	-	-	12,00	-

Contingências Trabalhistas

Não ocorreram novas provisões de contingências trabalhistas no exercício de 2018, apenas temos o saldo acumulado de R\$ 12,00.

Contingências Fiscais

Não ocorreu provisão de contingências fiscais no exercício de 2018.

Contingências Cíveis

Ocorreram provisões cíveis no exercício de 2018 no valor de R\$ 9,19 reais.



15 Patrimônio Líquido

15.1 Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2018 representa R\$ 16.072,56, sendo composto por 1.607.256 mil quotas partes, com valor nominal R\$ 0,01, com a seguinte composição:

Cotistas	Cotas	%
O quadro de sócios/quotistas da CETRIL é composto de 23.335 unidades consumidoras com o capital social integralizado de:	16.072,56	100

Sócios controladores que fazem parte da diretoria (conselho administrativo e fiscal):

1	Nêlio Antônio Leite	Presidente:	1,74	0,0108
2	Paulo Dias de Moraes	Vice Presidente:	1,35	0,0084
3	Fernando Vieira Branco	Secretário:	0,23	0,0014
4	Luiz Vieira de Góes	Diretor	0,45	0,0028
5	Antônio Aparecido Trindade	Diretor	0,68	0,0042
6	Jaqueline Sumida Gimarães	Diretor	0,25	0,0015
7	Roque José Pereira	Conselho Fiscal	0,46	0,0029
8	Alcides Machado de Oliveira	Conselho Fiscal	0,23	0,0014
9	Leôncio Ribeiro da Costa	Conselho Fiscal	0,46	0,0029
10	Renato Gabriel Vieira	Conselho Fiscal (Suplente)	0,14	0,0008
11	Inácio Vieira Godinho	Conselho Fiscal (Suplente)	0,23	0,0014
12	José Benedito de Camargo Rolim	Conselho Fiscal (Suplente)	1,58	0,0098

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social Subscrito da Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região - CETRIL em 31 de dezembro de 2018 representa R\$ 16.086,53 e o capital a integralizar representa R\$ 13,97, cujo processo de individualização e o seu controle encontra-se informatizado e devidamente conciliados com as fichas de matrículas e o saldo contábil.

15.2 Reserva de Capital, Reservas de Lucros e Reserva de Sobras

A composição das Reservas de Capital, Reservas de Lucros e Reserva de Sobras, estão desdobrados de acordo com a tabela abaixo:

Reserva de Capital	Legislação societária	
	2018	2017
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	0,00	0,00
Doações e Subvenções para investimentos	0,00	0,00
Conta de resultado a Compensar (CRC)	0,00	0,00
Outras	107,92	50,15
Subtotal	107,92	50,15
Total da Reserva de Capital	107,92	50,15



	Legislação societária	
	2018	2017
Reserva de Lucros e Sobras		
Reserva Legal	1.994,19	1.606,54
FATES	5.196,99	3.952,89
Reservas Estatutárias	30.253,19	27.265,88
Lucros a realizar	0,00	0,00
Reserva para Investimentos e Outros	4,92	4,92
Lucros/Sobras Acumulados a disposição da AGO	1.550,59	1.475,32
Capital social	16.072,56	16.072,56
Subtotal	55.072,44	50.378,11
Total das Reservas	55.180,36	50.428,26

Conforme determinações do Despacho 4.991/2011-SFF/ANEEL (Despacho de Encerramento), item 2.6, procederemos ao reconhecimento contábil da Avaliação (VNR) com a contabilização da Reavaliação Regulatória Compulsória. Tal contabilização debitara nosso Ativo Imobilizado em Serviço em contrapartida ao Subgrupo Contábil Reservas de Reavaliação no Grupo Contábil Patrimônio Líquido.

15.3 Ajustes de Exercícios Anteriores

Durante o exercício de 2018 não houve nenhum ajuste em exercícios anteriores.

16 Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

No exercício de 2018 e anteriores não foram distribuídos dividendos e reconhecidos juros sobre o capital próprio.

17 Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

	Nº de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Receita Bruta						
Fornecimento - Faturado	27.332	26.664	72.186	70.857	28.273,00	18.884,25
Residencial	25.492	24.773	48.899	48.670	40.343,89	36.280,92
Industrial	15	15	2.167	1.925	1.616,98	1.178,91
Comercial	498	483	4.140	3.861	3.422,58	2.869,08
Rural	1.152	1.229	13.401	12.882	6.274,06	5.469,99
Poder público	82	85	365	370	299,28	274,30
Iluminação pública	68	68	2.991	2.950	1.385,76	1.267,01
Serviço público	25	11	223	199	183,61	148,15
(-) Transferência. para USD					(25.359,17)	(28.931,18)
Suprimento Faturado	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Distrib.Faturado	-	-	-	-	25.359,17	28.931,18



OBS: O Valor expresso em R\$/mil foi formado por Consumo +Demanda +Fator de Potência +ICMS +PIS +COFINS. Salientamos que a classe Consumo Próprio foi contabilizada em grupo específico conforme determinação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

18 Compra e Venda de Energia Elétrica de Curto Prazo no Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Nos exercícios de 2018 e 2017 a CETRIL não efetuou operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

19 Energia Elétrica Comprada para Revenda:

	Legislação Societária			
	Quantidade MWh		Reais Mil.	
	2018	2017	2018	2017
CPFL - Piratininga	76.755	75.901	27.508,96	16.088,37
ELEKTRO	1.566	1.296	606,76	236,73
PROINFA	1.670	1.970	536,93	561,46
MICROGERAÇÃO	98	51	64,16	52,56
DIC-FIC/PIS-COFINS			1.156,82	1.057,27
	80.289	79.218	27.496,44	17.996,39

20 Despesas Operacionais

	Legislação societária					
	Despesas com vendas		Despesas operacionais		Despesas gerais	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Pessoal						
Remunerações	-	-	5.895,17	6.489,02	-	-
Encargos Sociais	-	-	1.914,51	2.728,58	-	-
Auxílio alimentação	-	-	-	-	-	-
Indenizações (Rescisões)	-	-	-	4,33	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-	-	-
(-) Transferências para imobilização em curso	-	-	(139,76)	(1.194,78)	-	-
Auxílio estudante	-	-	-	-	-	-
Outros benefícios	-	-	1.368,14	1.577,32	-	-
Total Pessoal	-	-	9.038,06	9.604,47	-	-
Material	-	-	1.577,39	2.661,09	-	-
Serviços de Terceiros	-	-	6.457,06	5.366,76	-	-
Arrend. e Aluguéis	-	-	40,88	45,86	-	-



Depreciação e Amortização	-	-	2.485,51	2.484,80	-	-
Provisões	-	-	202,99	115,78	-	-
Provisões (PDD)	-	-	138,80	115,78	-	-
Outras provisões	-	-	64,19	-	-	-
Outras						
Energia comprada para revenda	-	-	27.496,44	17.284,00	-	-
Taxa de fiscalização	-	-	-	-	-	-
Tributos	-	-	220,25	217,58	-	-
Outras	-	-	1.869,01	1.681,40	-	-
Total Outras	-	-	29.585,70	19.182,98	-	-
Total Geral	-	-	49.387,59	39.461,74	-	-

21 Despesas Financeiras

Os encargos financeiros e as variações monetárias, distribuídos por macro atividades, estão apropriados no resultado e no imobilizado em curso, quando for o caso, de acordo com a Instrução Contábil nº6.3.6 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e a Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, conforme demonstrativo a seguir:

	Legislação Societária					2018	2017
	Geração	Transmis-são	Distribui-ção	Comer-cializa-ção	Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		
Encargos financeiros totais	-	-	1.211,47	-	-	1.211,47	105,32
(-) Transferências para imobi-lizado em curso	-	-	-	-	-	-	-
Líquido apropriado no exercício	-	-	1.211,47	-	-	1.211,47	105,32
Efeitos inflacionários e cambiais totais	-	-	-	-	-	-	-
(-) Transferências para imobi-lizado em curso	-	-	-	-	-	-	-
Líquido apropriado no exercício	-	-	1.211,47	-	-	1.211,47	105,32

22 Reconciliação das Taxas Efetivas e Nominais da Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo da provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social neste exercício são demonstradas a seguir:



	Legislação societária	
	2018	2017
Lucro (Prejuízo antes do IR e CSLL)	5.154,69	5.641,78
Ajustes Lalur	(3.843,60)	(3.664,80)
Base de Cálculo Fiscal	1.311,09	1.976,98
IRPJ e CSLL calculados (15% e 9%)	(421,77)	(648,17)
Efeitos Fiscais Sobre:		
Participação nos resultados	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Encargos capitalizados	-	-
Compensação da CSLL com a Cofins	-	-
Efeitos IFRS	-	-
IRPJ e CSLL no Resultado	(421,77)	(648,17)

23 Participação nos Resultados

Não foi implantado o programa de participação dos empregados nos lucros da Empresa até o exercício de 2018.

24 Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados

Neste exercício, foram concedidos no programa de benefícios aos funcionários a todos os colaboradores, Planos de Saúde e Odontológico, seguro de vida; vale compras, vale farmácia, cestas básicas mensais, uniformes e também uma linha créditos de financiamento consignado junto ao Banco do Brasil.

Não foi implantado no exercício de 2018 Plano Previdenciário.

25 Transações com Partes Relacionadas

Não houve Transação com partes relacionadas no exercício de 2018 e 2017.

A título de remuneração da diretoria “chave – administrativa”, foram pagos durante o exercício:

Descrição	Legislação Societária	
	2018	2017
Remuneração	428,45	335,59
Encargos	187,37	210,90
Total	615,82	546,49



26 Instrumentos Financeiros

Não houve a utilização de Instrumentos Financeiros no exercício contábil de 2018 e 2017, exceção feita a aplicações a curto prazo em 2018, devidamente demonstradas e conciliadas com o extrato bancário que expressa o mesmo valor contábil.

27 Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

A CETRIL não participou de Programa de Recuperação Fiscal REFIS, no exercício de 2018 e 2017.

28 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Riscos - 2018	Data da Vigência	Importância Segurada (R\$/Mil)	Valor contratado (R\$/Mil)
Veículos	Diversos	817,60	44,54
TRAFOS - Subestações	21/08/2019	1.142,21	8,42
Prédios da Sede Administrativa	08/03/2019	543,86	3,64
		2.503,67	56,60

Nas apólices os seguintes veículos foram segurados em 2018:

MODELO	MARCA	ANO	PLACAS	VENCIMENTO
MOTO CG CARGO	HONDA	2013	FEL 5082	22/07/2018
MOTO CG CARGO	HONDA	2014	FEL 7191	22/07/2018
UNO 4 PORTAS	FIAT	2010	EGQ 4054	22/07/2018
NXR 150 BROS	HONDA	2010	EOU 7103	22/07/2018
UNO	FIAT	2011	EGQ 4863	22/07/2018
HILUX	TOYOTA	2004	DBW 5021	22/07/2018
NXR 150 BROS	HONDA	2011	EOU 7379	22/07/2018
UNO	FIAT	2011	EGQ 4864	22/07/2018
MOTO BROS 150 ESD	HONDA	2012	EOU 7897	22/07/2018
MOTO BROS 150 ESD	HONDA	2012	EOU 7900	22/07/2018
HILUX	TOYOTA	2004	DBW 5011	22/07/2018
NXR 150 BROS	HONDA	2008	BYT 1288	22/07/2018
COROLLA XEI 2.0	TOYOTA	2013	EVJ 7888	22/07/2018
UNO WAY 1.4 - NOVO	FIAT	2012	EVJ 7071	22/07/2018
STRADA	FIAT	2012	EVJ 8083	22/07/2018
STRADA	FIAT	2012	EVJ 8093	22/07/2018
HILUX	TOYOTA	2011	EGQ 4862	22/07/2018
STRADA	FIAT	2007	DUU 0380	22/07/2018
NXR 150 BROS	HONDA	2009	EHB 7963	22/07/2018



F-4000 / CESTA AEREA	FORD	2011	EVJ 7307	22/07/2018
CAMINHÃO F-4000	FORD	1997	CMY 0369	22/07/2018
HILUX	TOYOTA	2008	DUU 0965	22/07/2018
UNO	FIAT	2009	DUU 0953	22/07/2018
CAMINHÃO F-14000	FORD	1989	BWE 6370	22/07/2018
HILUX	TOYOTA	2008	DUU 0956	22/07/2018
HILUX	TOYOTA	2011	EGQ 4861	22/07/2018
UNO	FIAT	2013	FKW 8653	22/07/2018
UNO	FIAT	2013	FKW 8654	22/07/2018
STRADA	FIAT	2014	FKW 8786	22/07/2018
ATRON 1719	MERCEDES	2014	FRD 9931	22/07/2018
MOTO NXR 160	HONDA	2015	FWS 2766	22/07/2018
MOTO NXR 160	HONDA	2015	FQN 2787	22/07/2018
MOTO NXR 160	HONDA	2015	FVW 0458	22/07/2018
STRADA	FIAT	2016	FDC 0086	22/07/2018
HILUX	TOYOTA	2016	FRR 2293	22/07/2018
PALIO WAY	FIAT	2017	FUZ 3033	22/07/2018
HILUX	TOYOTA	2017	FRQ 0129	22/07/2018
SAVEIRO	VOLKSWAGEN	2017	FTS 9693	22/07/2018
HILUX CD SRV	TOYOTA	2018	FII 3791	22/07/2018
MOTO NXR 160 ESDD	HONDA	2018	FDW 7976	22/07/2018
MOTO NXR 160 ESDD	HONDA	2018	FYK 1224	22/07/2018
HILUX CHASSI	TOYOTA	2018	FHK 6556	22/07/2018

Além dos seguros citados acima, a CETRIL também faz seguro de vida a todos os colaboradores contra Danos Materiais, Danos Corporais, APP por Morte e Invalidez.

29 Eventos Subsequentes

29.1 Revisão Tarifária pelos critérios do Módulo Pró-RET 8.1 – 2016.

Durante os estudos para a formação da metodologia e regra para a Segunda Revisão Tarifária das Permissionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, a ANEEL tomou a decisão de verificar toda a demanda de solicitações de mudanças do Setor Cooperativista, e, com essa verificação encerrar o prazo para que as 14 Cooperativas de Eletrificação do País que ainda não haviam assinado com o Poder Concedente assinassem.

Tal metodologia resultou em muitas Audiências Públicas do Órgão Regulador, bem como diversas consultas e solicitações do ramo Cooperativista, que resultaram na publicação do Módulo 8.4 do PRORET.

Nesta publicação, a Agência Reguladora determinou que um dos caminhos abaixo elencados fossem adotados pela Empresa, sendo:

- 1) Para aquelas que não assinaram o contrato junto ao Poder Concedente em 2008, foi determinado somente a escolha entre assinatura imediata de Contrato de



Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica com a Parcela Tarifária denominada “Parcela B” regulada pelo módulo 8.4 do PRORET, ou, o encerramento de suas atividades no Setor Elétrico; e,

- 2) Para aquelas que assinaram o Contrato junto ao Poder Concedente em 2008, foi dada a escolha de continuar com sua Parcela Tarifária denominada Parcela B regulada pelo módulo 8.1 do PRORET, ou, assinar Aditivo Contratual ao Contrato de Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica e passar a Revisão Tarifária de sua Parcela Tarifária denominada Parcela B regulada pelo Módulo 8.4 do PRORET.

Nossa Empresa, de posse da Regulação e, ao estudar as duas modalidades de Revisão Tarifária, optou por continuar a ter sua Revisão Tarifária Periódica regulada, mormente à Parcela B, regulada pelo módulo PRORET 8.1.

Tal decisão ocorreu por nossa Diretoria, em virtude das regras deste módulo serem conhecidas, lógicas, e, totalmente baseadas em fatos seguros apurados pelo Departamento Contábil e Departamento Técnico, resultando em segurança para nossos Cooperados como proprietários da Empresa, e, para nossos cooperados e não cooperados, na qualidade de Consumidores de Energia Elétrica, oferecendo transparência, legalidade e preço justo com remuneração adequada aos investimentos necessários.

Realizado todo o processo pela SGT/ANEEL (Superintendência de Regulação Tarifária), após a solicitação de dados, Laudo de Avaliação de Ativos pelo processo Regulatório, cálculo do VNR – Valor novo de Reposição Regulatório, e sua consequente Quota de Depreciação Regulatória e Base de Remuneração Regulatório, nosso processo resultou em:

Reajuste da Parcela A com vistas à Neutralidade: (4,48)% de reajuste.

Revisão da Parcela B pelas normas do PRORET 8.1: 23,51% de revisão.

Itens Financeiros: -2,97% negativo. Este efeito negativo foi influenciado, principalmente, pelas Bandeiras Tarifárias Credoras, cuja cobrança ao consumidor foi obrigatória, mas o valor não foi requerido pela ANEEL para pagamento da Energia das Usinas Térmicas, devolvidas por ocasião desta Revisão através de desconto.

O percentual total de nossa Revisão foi de: 7,98% com efeito médio ao nosso consumidor de: 7,03%.

29.2 Índices de Continuidade e Frequência (DEC/FEC)

Um dos pilares da Regulação do Setor Elétrico Brasileiro é o controle dos índices de interrupção, ou seja, energia com qualidade e frequência.

Fruto dos investimentos maciços em melhoria de todas as nossas redes de distribuição, com satisfação, anunciamos que nossa Empresa atingiu os patamares regulatórios de qualidade, onde, em 2018, nosso DEC e FEC figuram dentro da margem regulatória. Vale



salientar que nossos índices, conforme determinação Regulatória, são verificados através do Sistema de Qualidade ISO9000.

Ano de 2018:

Limites Regulatórios: DEC: 22 e FEC: 16

Realizado: DEC: 17,36 e FEC: 13,00

Para o ano de 2019, nossos limites Regulatórios (REN 753/ANEEL) são:

DEC: 21 e FEC: 15

Envidamos todos nossos esforços para não ultrapassarmos estes índices, e, com isso, melhor atender nosso Consumidor, garantindo-lhes Energia de qualidade.

30 Balanço Social

**Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região
CNPJ no. 49.313.653/0001-10
Demonstração do Balanço Social - 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)**

	2018			2017		
	R\$ mil			R\$ mil		
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)			54.166,96			43.115,73
Lucro Operacional (LO)			4.779,37			3.653,99
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			10.261,37			10.993,32
			% sobre			% sobre
2 - Indicadores sociais internos	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Encargos sociais compulsórios	1.915,51	18,67%	3,54%	2.683,40	24,41%	6,22%
Entidade de previdência privada	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	314,98	3,07%	0,58%	283,83	2,58%	0,66%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Educação - Auxílio educação	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	17,23	0,17%	0,03%	25,22	0,23%	0,06%
Auxílio creche	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%



Participação nos resultados	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Vale-transporte - excedente	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros Benefícios	1.035,93	10,10%	1,91%	957,14	8,71%	2,22%
Total	3.283,65	32,00%	6,06%	3.949,59	35,93%	9,16%
			% sobre			% sobre

3 - Indicadores sociais externos

	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Educação - Programa Luz das Letras	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Habitação - Reassentamento de famílias	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Doações e contribuições	139,98	2,93%	0,26%	129,03	3,53%	0,30%
Total de contribuições para a sociedade	139,98	2,93%	0,26%	129,03	3,53%	0,30%
Tributos - excluídos encargos sociais	9.533,63	199,47%	17,60%	8.566,47	234,44%	19,87%
Total	9.673,61	202,40%	17,86%	8.695,50	237,97%	20,17%
			% sobre			% sobre

4 - Indicadores ambientais

	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Desapropriações de terras	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%



Programa de Eletrificação para População Carente	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Museu Ecológico	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%

5 - Indicadores do corpo funcional**Empregados no final do período**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
	<u>unidades</u>	<u>unidades</u>

	84	79
--	-----------	-----------

Escolaridade dos empregados

Superior e extensão universitária

	24	22
--	----	----

Ensino médio

	42	44
--	----	----

Ensino fundamental

	18	13
--	----	----

Faixa etária dos empregados

Abaixo de 30 anos

	12	12
--	----	----

De 30 até 45 anos (exclusive)

	48	46
--	----	----

Acima de 45 anos

	24	21
--	----	----

Admissões durante o período

	10	4
--	-----------	----------

Mulheres que trabalham na empresa

	15	12
--	-----------	-----------

% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao total de mulheres

	0,00%	0,00%
--	-------	-------

% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao total de gerentes

	0,00%	0,00%
--	-------	-------

Negros que trabalham na empresa

	2	2
--	----------	----------

% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao no total de negros

	0	0
--	---	---

% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao no total de gerentes

	0	0
--	---	---

Portadores de deficiência física

	0	0
--	----------	----------

Dependentes

	111	111
--	------------	------------

Estagiários

	1	0
--	----------	----------

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial



Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	13,69718	16,12
Maior remuneração	19,45	23,71
Menor remuneração	1,42	1,47
Acidentes de trabalho	1	0

Recursos Humanos

Em 2018, a CETRIL, desenvolveu seu papel social, proporcionando aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários, sempre considerando a especificidade de cada função exercida.

Mantêm convênios com Planos de Saúde e distribuição de cestas básicas para cada colaborador.

Responsabilidade Social

Cada vez mais, a Outorgada vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Atendimento	Outorgada em números		
	2018	2017	%
Número de consumidores	27.332	26.664	2,51
Número de empregados	84	79	6,33
Número de consumidores por empregado	325	338	-3,73
Número de localidades atendidas	2	2	0,00
Número de agências	1	1	0,00
Número de postos de atendimento	1	1	0,00
Número de postos de arrecadação	0	0	0,00
Número de postos conveniados de arrecadação	8	8	0,00
Mercado			
Área de Permissão (Km ²)	939,73	939,73	0,00
Geração própria (GWh)	0	0	0,00
Demanda máxima (KW)	26.018	25.244	3,07
Distribuição direta (GWh)	72,25	70,90	1,90
Energia Adquirida (GWh)	80,29	79,21	1,36
Consumo residencial médio (kWh/ano)	1,92	1,96	-2,04
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)			
Total (exceto curto prazo)	740,34	674,86	9,70
Residencial	824,27	752,42	9,55
Comercial	821,93	745,73	10,22
Industrial	821,50	748,65	9,73
Rural	468,11	428,05	9,36



Suprimento	0,00	0,00	0,00
DEC (horas)	17,36	16,22	7,03
População atendida - Urbana Atendida (Mil/habitantes)	0,00	0,00	0,00
População atendida - Rural (Mil/habitantes)	109,33	106,65	2,51
FEC (número de interrupções)	13	13,02	-0,15
Número de reclamações (Mil/consumidores)	420,79	368,36	14,23
Operacionais			
Número de usinas em operação	0	0	0,00
Número de subestações	3	3	0,00
Linhas de transmissão (Km)	0	0	0,00
Linhas de distribuição (Km)	1.873	1.857	0,86
Capacidade instalada (MW)	94,21	92,24	2,14
Financeiros - Contabilidade Societária			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	67.355,84	55.188,05	22,05
Receita operacional líquida (R\$ mil)	54.166,96	43.115,73	25,63
Margem operacional do serviço líquida (%)	24,35%	28,00%	-13,04
EBITDA OU LAJIDA	7.640,21	8.126,58	-5,98
Lucro líquido (R\$ mil)	4.732,92	4.993,61	-5,22
Lucro líquido por mil cotas	4.732,92	4.993,61	-5,22
Patrimônio líquido (R\$ mil)	55.180,86	50.428,26	9,42
Valor patrimonial por cota R\$	55.180,86	50.428,26	9,42
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	8,58%	9,90%	-13,33
Endividamento do patrimônio líquido (%)	33,75%	34,66%	-2,63
Em moeda nacional (%)	33,75%	34,66%	-2,63
Em moeda estrangeira (%)	0,00%	0,00%	0,00
Indicadores de Performance			
Salário Médio dos Funcionários	3,55	3,33	6,61
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	0,956	1,003	-4,67
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	0,003	0,003	-1,09
Retorno sobre ativos (ROA = LL/ATIVOS)	0,06	0,07	-14,29

31 Análise Econômico-Financeira

31.1 Informações Gerais

O desempenho Econômico-Financeiro da CETRIL refere-se ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2018, sendo que, ao término do exercício de 2018, auferimos os seguintes resultados:

Receita Anual – A Receita Operacional de Distribuição Anual decorrente no exercício atingiu um montante de R\$ 54.166,97, superior ao ano anterior em 25,63 % que foi de R\$ 43.115,73.



Número de Consumidores – O Número de Consumidores faturados em dezembro de 2018 foram de 27.332, já em 2017 foi de 26.664 ocasionando um aumento de 2,50% em relação ao ano anterior.

Despesas com Pessoal – As Despesas com Pessoal anual decorrente do exercício de 2018 importou em R\$ 9.038,06 e no exercício anterior foi de R\$ 9.604,47 (Reais/mil), ocasionado uma diminuição de 6,27 % em relação ao ano anterior.

Custos Gerenciáveis da Parcela B – Os Custos Gerenciáveis da Parcela B, excluindo as despesas com pessoal, no exercício de 2018, foram de R\$ 13.307,39, inferior em 12,26% ao ano anterior que foi de R\$ 14.939,11.

Receita (Despesa) financeira – O Resultado Financeiro no exercício de 2018, importou em R\$ 375,32, enquanto que, no exercício de 2017, houve um Resultado Financeiro R\$ 1.987,79.

31.2 Análise Econômico-Financeira

Coeficientes	Fórmula	Unid.	2018	2017
1. Liquidez				
Corrente ou Comum	AC/PC	R\$	2,58	2,40
Seca	(AC-E) / PC	R\$	2,55	2,35
Absoluta	AD/PC	R\$	1,18	0,98
Geral	(AC+RLP) / (PC+ELP)	R\$	3,96	3,88
2. Lucratividade				
Bruta s/ Vendas	(LB/VB) x 100	%	7,65	10,22
Operacional s/ Vendas	(LO/VB) x 100	%	7,10	6,62
Líquida s / Vendas	(LL/VB) x 100	%	7,03	9,05
Líquida s/ Capital	(LL/CS) x 100	%	29,45	31,07
Líquida s /Patrimônio Líquido	(LL/PL) x 100	%	8,58	9,90
3. Rentabilidade				
Retorno Líquido s/ Investimentos	(LL/AT) x 100	%	6,41	7,35
4. Endividamento				
Recursos de Terceiros no Investimento	[(PC+ELP-ADC)/AT] x 100	%	25,24	25,74
Recursos Próprios no Investimento	[(PL+REF-ADC)/AT] x 100	%	74,76	74,26
5. Investimentos				
Capital Fixo Aplicado	(AP/AT) x 100	%	35,90	39,71
			100,0	100,0
Capital de Risco Aplicado	[(AC+RLP)/AT] x 100	%	0	0
6. Garantias				
Reais s/ Capital	(IM/CS) x 100	%	16,29	13,77
			164,8	167,7
Totais s/ Capital	(AP/CS) x 100	%	7	9
7. Capital de Giro Próprio				
Capital de Giro	(AC-PC) / 1.000	%	18,09	14,99

**Dados Básicos e Siglas para Análise Acima:**

AC = Ativo Circulante	PC = Passivo Circulante	LB = Lucro Bruto
AD = Ativo Disponível	ELP = Exigível a Longo Prazo	LO = Lucro Operacional
E = Estoque	REF = Result. Exercícios Futuros	LL = Lucro Líquido
RLP = Realizável a Longo Prazo	PL = Patrimônio Líquido	DEP = Desp. Equiv. Patrimonial
AP = Ativo Permanente	CS = Capital Integralizado	REP = Receita Equiv. Patrimonial
AT = Ativo Total	ADC = Adto. p/ Aumento Capital	DD = Despesas Depreciação
IM = Terrenos, Edif. e Obras	VB = Vendas Brutas	CMB = Correção Monet. Balanço

OBS: Os cálculos dos coeficientes acima estão elaborados de acordo com fórmulas padrão de finanças e análise financeira.

32 Créditos Fiscais**Legislação Societária**

Período Aquisição	Histórico	Legislação Societária		
		Curto Prazo	Longo Prazo	Total
31/12/2018	IRPJ	0,00	0,00	0,00
31/12/2018	CSLL	82,11	0,00	82,11
31/12/2018	IR Retido na Fonte	45,63	0,00	45,63
31/12/2018	PIS a recuperar	0,02	0,00	0,02
31/12/2018	ICMS a recuperar	263,33	0,00	263,33
31/12/2018	ICMS s/ Aquisição Ativo Imob.	0,00	375,58	375,58
Total Geral				766,67

A CETRIL possui os Créditos Fiscais demonstrados no quadro acima e faz compensações mensalmente e anualmente, conforme determinação da Legislação Fiscal.

33 Informações de Natureza Social e Ambiental

A CETRIL, periodicamente efetua o serviço de “Poda de Árvores” e a limpeza da faixa nas redes aéreas de distribuição.

O serviço é executado dentro das características técnicas exigidas, sempre buscando reduzir ao máximo os impactos ambientais.

Informamos também, não possuir nenhum Passivo Ambiental em curso.

34 Energia Livre

A CETRIL, está dispensada de operações obrigatórias no Mercado Livre de Energia Elétrica, em virtude de seu total de Energia Comercializada estar abaixo do mínimo estipulado na legislação de Energia Livre, 500GWh/Ano, conforme Decreto nº 5163/2004 e Resolução Normativa nº 206/2005, motivo pelo qual continua honrando o Contrato de Suprimento firmado com as concessionárias Companhia Piratininga de Força e Luz SA - CPFL e Elektro Eletricidade e Serviços SA, conforme as instruções do Órgão Regulador.



As compras futuras no mercado aonde sejam oferecidas melhores opções e devidamente aceitas e anuídas pelo Órgão Regulador serão motivo de estudo.

35 ICMS sob Subvenção Baixa Renda

O Estado de São Paulo, por meio do Parecer 146/14, em resposta à consulta apresentada no que se refere à Tributação do ICMS sob a subvenção concedida pela União aos Consumidores Residenciais Baixa Renda, determina que, com base no Parecer 163/2004, há incidência de tal tributo sobre a parcela da Subvenção concedida a esta classe de consumidores, cujo pagamento cabe ao consumidor beneficiado.

36 Diferimento de Tarifa (Reajustes Tarifários)

Esta Permissionária teve seus reajustes tarifários no mês de outubro de 2017 e outubro de 2018, não existindo diferimento de tarifa.

37 Revisão Tarifária Periódica – Segundo Ciclo – Fato Relevante

A CETRIL foi submetida no processo de revisão tarifária, Primeiro Ciclo de Revisão Tarifária das Permissionárias (1CRTP) do serviço de distribuição de energia elétrica, passando a vigorar a partir de 30 de outubro de 2013, com a data de competência correspondente a 30 de outubro de 2012 de acordo com o Contrato de Permissão nº 8/2008, publicada conforme Nota Técnica nº441/2013-SER/ANEEL de 24 de setembro de 2013, Processo nº 48500.000740/2012-83.

Em 29 de outubro de 2014 conforme Resolução Homologatória nº 1.818 foi homologado o Reajuste Tarifário Anual, ficando na média reajustadas em 9,56%, sendo 9,77% referentes ao Reajuste Anual Econômico, parcelas A e B e -0,21% relativos aos componentes financeiros pertinentes, devendo o reajuste vigorar de 30/10/2014 a 29/10/2015.

Em 27 de outubro de 2015 conforme Resolução Homologatória nº 1.978 foi homologado o Reajuste Tarifário Anual, ficando na média reajustadas em 26,53%, sendo 24,68% (vinte e quatro vírgulas sessenta e oito por cento) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 1,07% (um vírgula zero sete por cento) relativos aos componentes financeiros, devendo o reajuste vigorar de 30/10/2015 a 29/10/2016.

Em 25 de outubro de 2016, a CETRIL submeteu-se ao processo do Segundo Ciclo de Revisão Tarifária das Permissionárias (2CRTP), e conforme Resolução Homologatória nº. 2.164, foi homologado o resultado da segunda Revisão Tarifária Periódica, as tarifas de aplicação da Cetril, constantes da Resolução Homologatória nº. 1.978 de 27 de outubro de 2015, ficam em média, reajustadas em 7,03% (sete vírgula zero três por cento), devendo esta tarifa vigorar de 30 de outubro de 2016 a 29 de outubro de 2017. Vale salientar que, conforme opção administrativa, continuamos a ter nossa Revisão Tarifária regida pelo Submódulo do PRORET 8.1, cujas paramétricas de cálculo são claras, matemáticas e de aplicação conhecida.

Em dezembro de 2017, a tarifa média de fornecimento de energia elétrica atingiu o valor de R\$ 674,86/MWh, com aumento de aproximadamente 8,58% com relação a dezembro



de 2016. Para o novo ciclo tarifário, de 30 de outubro de 2017 a 29 de outubro de 2018 as tarifas foram fixadas pela ANEEL por meio da Resolução Homologatória/ ANEEL nº 2.320 de 24 de outubro de 2017.

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica atingiu em dezembro de 2018 o valor de R\$ 740,34/MWh, com aumento de aproximadamente 9,70% com relação a dezembro de 2017. Para o novo ciclo tarifário, de 30 de outubro de 2018 a 29 de outubro de 2019 as tarifas foram fixadas pela ANEEL por meio da Resolução Homologatória/ ANEEL nº 2.476 de 23 de outubro de 2018.

38 Ganhos Contingentes

A CETRIL não possuiu, neste exercício Ganhos Contingentes e nem em exercício anterior.

39 Investimento Remunerável

Com a edição e publicação da Resolução Homologatória nº 1.978 de 27 de outubro de 2015, homologando as Tarifas de Energia – TE e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSD, efetuamos os ajustes e contabilizações dos valores de acordo com os índices da base de Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração conforme dados contidos em planilhas específicas publicadas pela Agência.

A base de Remuneração da CETRIL (BRR) em 10/2018, após o processo de Revisão Tarifária Periódica e Reajuste Tarifário atualizados pelo IPCA, Líquido do Fator “X”, nos Reajustes Tarifários Anuais, apresenta-se com os seguintes números:

Descrição	INDICES	1,39%	3,38%	0,00%
	Revisão 2016	IRT 2017	IRT 2018	IRT 2019
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	144.352,10	146.358,59	151.305,51	-
(2) Obrigações Especiais Brutas	-	-	-	-
(3) Bens Totalmente Depreciados	11.330,17	11.487,66	11.875,94	-
(4) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)	133.021,94	134.870,93	139.429,57	-
(5) Depreciação Acumulada	56.217,13	56.998,55	58.925,10	-
(6) Valor da Base de Remuneração (VBR)	88.134,97	89.360,05	92.380,42	-
(7) Obrigações Especiais Líquidas	-	-	-	-
(8) Terrenos e Servidões	321,52	325,99	337,01	-
(9) Almoarifado em Operação	433,06	439,08	453,92	-
(10) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(5)-(7)+(8)+(9)	88.889,55	90.125,11	93.171,34	-
(11) Taxa de Depreciação	4,00%	4,00%	4,00%	-
(12) Quota de Reintegração Regulatória	5.320,88	5.394,84	5.557,19	-
(13) Remuneração de Capital (RC) = BRR líquido x WACC	3.351,14	3.397,72	3.512,56	-



40 Reajuste Tarifário

No exercício de 2013 a CETRIL teve o resultado de sua primeira Revisão Tarifária Periódica – 1ª RTP, com efeitos retroativos a 2012 (atrasada em função da indefinição da Legislação aplicável na época). Já em outubro de 2013, através da Resolução Homologatória nº 1.646/Aneel, de 29 de outubro de 2013, foi publicado o primeiro IRT – Índice de Reajuste Tarifário após a RTP na ordem de 6,64%, sendo:

8,11% a título de Reajuste nas Parcelas A e B e 1,57% a título de itens financeiros a devolver. Neste último está presente a devolução de 29,99 R\$/Mil referente a bolha financeira calculada em função do atraso de um ano na aplicação de nossa primeira Revisão Tarifária Periódica. A tarifa em pauta vigorará até 28/10/2014.

Em 29 de outubro de 2014 conforme Resolução Homologatória nº 1.818 foi homologado o Reajuste Tarifário Anual, ficando na média reajustadas em 9,56%, sendo 9,77% referentes ao Reajuste Anual Econômico, parcelas A e B e -0,21% relativos aos componentes financeiros pertinentes, devendo o reajuste homologado vigorar de 30/10/2014 a 29/10/2015.

Em 27 de outubro de 2015 conforme Resolução Homologatória nº 1.978 foi homologado o Reajuste Tarifário Anual, ficando na média reajustadas em 26,53%, sendo 24,68% (vinte e quatro vírgulas sessenta e oito por cento) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 1,07% (um virgula zero sete por cento) relativos aos componentes financeiros, devendo o reajuste homologado vigorar de 30/10/2015 a 29/10/2016.

Em 25 de outubro de 2016, a CETRIL submeteu-se ao processo do Segundo Ciclo de Revisão Tarifária das Permissionárias (2CRTP), e conforme Resolução Homologatória nº. 2.164, foi homologado o resultado da segunda Revisão Tarifária Periódica, as tarifas de aplicação da Cetril, constantes da Resolução Homologatória nº. 1.978 de 27 de outubro de 2015, ficam, em média, reajustadas em 7,03% (sete virgula zero três por cento), devendo o ajuste vigorar de 30 de outubro de 2016 a 29 de outubro de 2017. Sendo o presente exercício alvo de Revisão Tarifária Periódica, nosso próximo reajuste ocorrerá em 2017. Houve, neste exercício, somente reajuste da Parcela A e sua necessária neutralidade.

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica atingiu em dezembro de 2017 o valor de R\$ 674,86/MWh, com aumento de aproximadamente 8,58% com relação a dezembro de 2016. Para o novo ciclo tarifário, de 30 de outubro de 2017 a 29 de outubro de 2018 as tarifas foram fixadas pela ANEEL por meio da Resolução Homologatória/ ANEEL nº 2.320 de 24 de outubro de 2017.

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica atingiu em dezembro de 2018 o valor de R\$ 740,34/MWh, com aumento de aproximadamente 9,70% com relação a dezembro de 2017. Para o novo ciclo tarifário, de 30 de outubro de 2018 a 29 de outubro de 2019 as tarifas foram fixadas pela ANEEL por meio da Resolução Homologatória/ ANEEL nº 2.476 de 23 de outubro de 2018.



41 Fusões, Cisões e Incorporações

Não ocorreram processos de Fusões, Cisões e Incorporações no exercício de 2018 e anteriores.

42 Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos

No exercício de 2018 e 2017 não houve necessidade da contabilização da Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos, uma vez que, sendo todos os bens da CETRIL vinculados a seu serviço Concedido, todos são periodicamente avaliados conforme determinação do Órgão Regulador. Em nosso último laudo de avaliação, o resultado apresentado foi superior ao Ativo Contabilizado. A ANEEL, no exercício de 2011, determinou o reconhecimento contábil desta atualização, na forma de Reavaliação Regulatória Compulsória. Posteriormente no exercício de 2016 tivemos um novo reconhecimento contábil desta atualização, também na forma de Reavaliação Regulatória Compulsória.

43 Conciliação LAJIDA/EBTIDA

Na composição da formação do saldo de R\$ 7.640,21 mil reais da LAJIDA/EBTIDA do exercício contábil de 2018 foram utilizadas as seguintes contas:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro/Prejuízo Líquido	4.732,93	4.993,61
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00
Impostos (Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro)	421,77	648,17
Depreciação e Amortização	2485,51	2.484,80
	<u>7.640,21</u>	<u>8.126,58</u>

44 Balanço Patrimonial Fiscal

Conforme Artigo 10 da Instrução Normativa 1397/2013, segue abaixo a Demonstração Contábil Fiscal - Balanço Patrimonial Fiscal, composto do quadro do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração de Resultado do Exercício Fiscal e DMPLR - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal.

BALANÇO PATRIMONIAL FISCAL 2018 (R\$/Mil)

Ativos	Ajustes				
	<u>Regulatório</u>	<u>Reg/Soc</u>	<u>Societário</u>	<u>Soc/Fis</u>	<u>Fiscal</u>
Ativo circulante	29.540,59	-	29.540,59	-	29.540,59
Caixa e equivalentes de caixa	13.449,95	-	13.449,95	-	13.449,95
Consumidores	10.351,10	-	10.351,10	-	10.351,10
Serviços em curso	135,93	-	135,93	-	135,93
Tributos compensáveis	391,09	-	391,09	-	391,09
Almoxarifado operacional	385,89	-	385,89	-	385,89
Investimentos temporários	14,76	-	14,76	-	14,76
Ativos financeiros setoriais	1.957,63	-	1.957,63	-	1.957,63



Despesas pagas antecipadamente	33,67	-	33,67	-	33,67
Outros ativos circulantes	2.820,57	-	2.820,57	-	2.820,57
Ativo não circulante	84.776,76	-40.499,35	44.277,41	44,71	44.322,12
Tributos compensáveis	375,58	-	375,58	-	375,58
Outros ativos não circulantes	173,01	17.230,17	17.403,18	-17.230,17	173,01
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	0,15	-	0,15	-	0,15
Imobilizado	84.228,02	-81.609,74	2.618,28	41.155,10	43.773,38
Intangível	-	23.880,22	23.880,22	-23.880,22	-
Total do ativo	114.317,35	-40.499,35	73.818,00	44,71	73.862,71

Passivo	Regulatório	Ajustes Reg/Soc	Societário	Ajustes Soc/Fis	Fiscal
Passivo circulante	11.450,07	-	11.450,07	-	11.450,07
Fornecedores	3.857,27	-	3.857,27	-	3.857,27
Empréstimos, financiamentos e debêntures	212,76	-	212,76	-	212,76
Obrigações sociais e trabalhistas	880	-	880	-	880
Tributos	1.441,91	-	1.441,91	-	1.441,91
Provisão para litígios	9,19	-	9,19	-	9,19
Encargos setoriais	948,01	-	948,01	-	948,01
Passivos financeiros setoriais	481,65	-	481,65	-	481,65
Outros passivos circulantes	3.619,28	-	3.619,28	-	3.619,28
Passivo não circulante	7.187,57	-	7.187,57	-	7.187,57
Empréstimos, financiamentos e debêntures	246,05	-	246,05	-	246,05
Provisão para litígios	12	-	12	-	12
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	6.929,52	-	6.929,52	-	6.929,52
Total do passivo	18.637,64	-	18.637,64	-	18.637,64

Patrimônio líquido	Regulatório	Ajustes Reg/Soc	Societário	Ajustes Soc/Fis	Fiscal
Capital social	16.072,56	-	16.072,56	-	16.072,56
Reservas de capital	107,92	-	107,92	3.421,83	3.529,75
Outros resultados abrangentes	43.798,73	-43.798,73	-	-	-
Reservas de lucros	4,92	-	4,92	-	4,92
Reserva de sobras	37.482,96	-	37.482,96	-38,59	37.444,37
Sobras à disposição da Assembleia	-1.787,38	3.299,38	1.512,00	-3.338,53	-1.826,53
Total do patrimônio líquido	95.679,71	-40.499,35	55.180,36	44,71	55.225,07
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	114.317,35	-40.499,35	73.805,81	44,71	73.862,71

**DEMONSTRAÇÃO FISCAL DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2018**

Operações em continuidade	Regulatório	Ajustes Reg/Soc	Societário	Ajustes Soc/Fis	Fiscal
Ingressos/ Receitas	67.355,84	-	67.355,84	51.262,54	16.093,30
Fornecimento de energia elétrica	28.273,00	-	28.273,00	15.433,44	12.839,56
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	25.359,17	-	25.359,17	25.359,17	-
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	-99,57	-	-99,57	76,02	-23,55
Serviços cobráveis	124,58	-	124,58	-87,9	36,68
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	13.698,66	-	13.698,66	10.458,05	3.240,61
Tributos	-9.313,38	-	-9.313,38	6.646,39	-2.666,99
ICMS	-8.810,82	-	-8.810,82	6.612,53	-2.198,29
PIS-PASEP	-88,94	-	-88,94	5,76	-83,18
COFINS	-413,62	-	-413,62	28,1	-385,52
Encargos - Parcela "A"	-3.875,50	-	-3.875,50	2.958,69	-916,81
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	-2.069,84	-	-2.069,84	1.580,19	-489,65
Taxa de fiscalização	-126,47	-	-126,47	96,55	-29,92
Outros encargos	-1.679,19	-	-1.679,19	1.281,95	-397,24
Ingresso líquido / Receita Líquida	54.166,96	-	54.166,96	41.657,46	12.509,50
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	-27.496,44	-	-	20.991,75	-6.504,69
Energia elétrica comprada para revenda	-26.959,51	-	26.959,51	20.581,84	-6.377,67
Energia elétrica comprada para revenda – PROINFA	-536,93	-	-536,93	409,91	-127,02
Resultado antes dos custos gerenciáveis	26.670,52	-	26.670,52	20.665,71	6.004,81
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	-24.196,83	2.305,68	21.891,15	16.593,17	-5.297,98
Pessoal e administradores (inclui 1.223,31 de remuneração a administradores)	-10.261,37	-	10.261,37	7.833,88	-2.427,49
Material	-1.577,39	-	-1.577,39	1.204,73	-372,66
Serviços de terceiros	-6.457,06	-	-6.457,06	4.929,55	-1.527,51
Arrendamento e aluguéis	-40,88	-	-40,88	31,21	-9,67
Seguros	-93,17	-	-93,17	71,13	-22,04
Doações, contribuições e subvenções	-139,98	-	-139,98	106,87	-33,11
Provisões	-202,99	-	-202,99	187,81	-15,18
Recuperação de despesas	44,1	-	44,1	-33,67	10,43
Tributos	-220,25	-	-220,25	168,15	-52,1
Depreciação e amortização	-4.791,20	2.305,69	-2.485,51	1.897,53	-587,98
Gastos diversos da atividade vinculada	-580	-330,95	-910,95	695,48	-215,47
Outras Receitas Operacionais	1.116,52	330,94	1.447,46	-1.257,70	189,76
Outras Gastos Operacionais	-993,16	-	-993,16	758,2	-234,96
Resultado da Atividade	2.473,69	2.305,68	4.779,37	-4.072,54	706,83
Resultado Financeiro	375,32	-	375,32	228,94	604,26
Dispêndios/Despesas financeiras	-1.211,47	-	-1.211,47	924,88	-286,59
Ingressos/Receitas financeiras	1.586,79	-	1.586,79	-695,94	890,85
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	2.849,01	2.305,68	5.154,69	-3.843,60	1.311,09
Despesa com impostos sobre os lucros	-421,77	-	-421,77	421,77	-
Resultado líquido das operações em continuidade	2.427,24	2.305,68	4.732,92	-3.421,83	1.311,09
Operações descontinuadas	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	2.427,24	2.305,68	4.732,92	-3.421,83	1.311,09

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Fiscal 2018**

	Capital Social	Reservas de capital	Outros Resultados Abrangentes	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembleia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	16.072,56	3.066,78	-	4,92	-	32.825,30	(1.477,42)	-	50.492,14
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	856,46	-	-	-	856,46
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	3.131,73	-	3.131,73
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	57,77	-	-	-	-	744,73	-	802,50
Reserva legal	-	-	-	-	-	387,65	(387,65)	-	-
FATES	-	-	-	-	(856,46)	1.244,11	(387,65)	-	0,00
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	2.987,31	(3.025,90)	-	(38,59)
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reavaliação Regulatória Compulsória de Imobilizado - VNR	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos IFRS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos Fiscais	-	405,20	-	-	-	-	(424,37)	-	(19,17)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	16.072,56	3.529,75	-	4,92	-	37.444,37	(1.826,53)	-	39.152,51

45 Quotas da CDE repassadas as Distribuidoras e reembolsadas pela Eletrobrás

Conforme programa governamental instalado após a edição da MP 579/2012 e publicação da RTE, a CETRIL realizou e recebeu os subsídios abaixo descritos, apresentando, em dezembro/2018, o saldo de 2.462,84 R\$/MIL.

Descrição	Saldo Anterior	Realizado	Recebido	Á receber
SUBVENÇÃO CDE - Reequilíbrio	0,32	0,00	0,00	0,32
SUBVENÇÃO CDE – Irrigante/Agricultor	49,47	210,71	(204,55)	55,63
SUBVENÇÃO CDE - Rural Convencional	1.096,49	3.040,50	(2.630,27)	1.506,72
SUBVENÇÃO CDE - Água, Esgoto e Saneamento	8,35	27,40	(21,53)	14,22
SUBVENÇÃO CDE – Baixa Densidade de Carga	1.060,94	10.286,14	(10.461,13)	885,95
TOTAIS	2.215,57	13.564,75	(13.317,48)	2.462,84

46 Datas de Formação das Obrigações Especiais

Conforme determinação da SFF/ANEEL, detalhamos abaixo os saldos das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica, por data de formação, compondo sua respectiva amortização acumulada:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2018
Em Serviço			
Participação da União, Estados e Municípios	(2.589,23)	384,60	(2.204,63)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(2.589,23)	384,60	(2.204,63)
Participação Financeira do Consumidor	(1.602,02)	121,96	(1.480,06)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(409,79)	38,64	(371,15)
Data de aquisição: 31/01/2016	(32,77)	3,50	(29,27)
Data de aquisição: 29/02/2016	(26,58)	3,10	(23,48)
Data de aquisição: 31/03/2016	(26,79)	3,20	(23,59)
Data de aquisição: 30/04/2016	(27,70)	3,34	(24,36)
Data de aquisição: 31/05/2016	(23,07)	3,13	(19,94)
Data de aquisição: 30/06/2016	(19,89)	3,06	(16,83)
Data de aquisição: 31/07/2016	(123,39)	10,09	(113,30)
Data de aquisição: 31/08/2016	(24,44)	3,74	(20,70)
Data de aquisição: 30/09/2016	(27,57)	4,02	(23,55)
Data de aquisição: 31/10/2016	(27,41)	4,19	(23,22)
Data de aquisição: 30/11/2016	(25,36)	4,05	(21,31)
Data de aquisição: 31/12/2016	(28,74)	4,46	(24,28)
Data de aquisição: 31/01/2017	(23,33)	1,50	(21,83)
Data de aquisição: 29/02/2017	(20,33)	1,30	(19,03)
Data de aquisição: 31/03/2017	(20,51)	1,31	(19,20)
Data de aquisição: 30/04/2017	(15,47)	0,99	(14,48)
Data de aquisição: 31/05/2017	(27,63)	1,77	(25,86)
Data de aquisição: 30/06/2017	(21,70)	1,39	(20,31)
Data de aquisição: 31/07/2017	(21,59)	1,38	(20,21)

Data de aquisição: 31/08/2017	(23,33)	1,50	(21,83)
Data de aquisição: 30/09/2017	(22,17)	1,42	(20,75)
Data de aquisição: 31/10/2017	(17,59)	1,13	(16,46)
Data de aquisição: 30/11/2017	(35,79)	2,30	(33,49)
Data de aquisição: 31/12/2017	(28,28)	1,81	(26,47)
Data de aquisição: 31/01/2018	(41,00)	1,28	(39,72)
Data de aquisição: 29/02/2018	(22,45)	0,70	(21,75)
Data de aquisição: 31/03/2018	(61,08)	1,91	(59,17)
Data de aquisição: 30/04/2018	(22,53)	0,70	(21,83)
Data de aquisição: 31/05/2018	(34,32)	1,07	(33,25)
Data de aquisição: 30/06/2018	(30,32)	0,95	(29,37)
Data de aquisição: 31/07/2018	(43,93)	1,37	(42,56)
Data de aquisição: 31/08/2018	(64,36)	2,01	(62,35)
Data de aquisição: 30/09/2018	(76,83)	2,40	(74,43)
Data de aquisição: 31/10/2018	(30,78)	0,96	(29,82)
Data de aquisição: 30/11/2018	(34,25)	1,07	(33,18)
Data de aquisição: 31/12/2018	(38,94)	1,22	(37,72)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	(575,06)	93,57	(481,49)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(530,33)	53,45	(476,88)
Data de aquisição: 22/03/2016	(1,22)	0,85	(0,37)
Data de aquisição: 04/04/2016	(43,51)	39,27	(4,24)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	(148,22)	28,98	(119,24)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(148,22)	28,98	(119,24)
			-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	(1.213,04)	115,24	(1.097,80)
Data de aquisição: 28/07/2016	(1.213,04)	115,24	(1.097,80)
Valores Pendentes de Recebimento			
Valores Não Aplicados			
Outros			
Ultrapassagem de demanda	(18,05)	0,17	(17,88)
Data de aquisição: 31/10/2018	(18,05)	0,17	(17,88)
Excedente de reativos	(16,89)	0,16	(16,73)
Data de aquisição: 31/10/2018	(16,89)	0,16	(16,73)
Diferença das perdas regulatórias			
Outros			
Total	(6.162,50)	744,68	(5.417,82)

**47 Formatação Básica das Notas Explicativas**

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo a Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 30/04/2019 pela Diretoria, não podendo os senhores associados proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em R\$ mil, com 2 casas decimais.

Ibiúna, 31 de dezembro de 2018.

NÉLIO ANTONIO LEITE**Presidente****CPF:093.796.988-52**

SIEGFRIED URBAN**Contador****CRC – 1SP 297.745/O-4**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região – CETRIL, composto pelos senhores Roque José Pereira, Alcides Machado de Oliveira e Leôncio Ribeiro da Costa, abaixo assinados, em cumprimento às suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2018, todas as contas e documentos da presente Demonstração de Sobras e Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, devidamente examinados pela empresa de auditoria independente contratada exarando o Parecer Final dos Auditores Independentes e demais dados e informações contidas no Relatório da Administração de 2018, verificando inclusive as obrigatoriedades das transferências estatutárias das sobras para a Reserva Legal, a Reserva do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social - RATES e para a Reserva de Fundos Diversos de Desenvolvimento e para Atendimento às exigências da regulação das atividades de distribuição de energia no tocante à manutenção da qualidade de energia elétrica distribuída e de ressarcimento de danos elétricos produzidos em equipamentos de cooperados e usuários, expressando a sua opinião sobre as Demonstrações Contábeis, constataram a exatidão de todos os registros e peças examinadas, representando nessa data a efetiva situação econômica, financeira e patrimonial da Cetril, reunindo portanto as condições necessárias para serem aprovadas pelos cooperados após o parecer final das destinações das sobras líquidas do período.

Ibiúna, 27 de fevereiro de 2019.



ROQUE JOSÉ PEREIRA



ALCIDES MACHADO DE OLIVEIRA



LEÔNCIO RIBEIRO DA COSTA

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores, Conselheiros e Associados da
COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIÚNA E REGIÃO – CETRIL
IBIUNA – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIÚNA E REGIÃO – CETRIL**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIÚNA E REGIÃO – CETRIL**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada: "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIÚNA E REGIÃO – CETRIL**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIÚNA E REGIÃO – CETRIL**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIÚNA E REGIÃO – CETRIL**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Rua Vereador Mário Coelho Pires, n.º 1060, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 090 - São José - SC
Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 3259.2444 - e-mail: audiconsult@audiconsult.com.br - 1

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

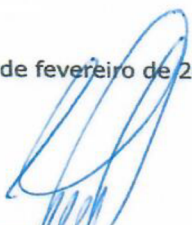
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José (SC), 15 de fevereiro de 2019.



Hermenegildo João Vanoni
Contador - CRC-SC 14.874/0-7^ºS^º SP

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012^ºS^ºSP

Rua Vereador Mário Coelho Pires, n.º 1060, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 090 - São José - SC
Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 3259.2444 - e-mail: audiconsult@audiconsult.com.br - 2 -

Relatório da Administração das Demonstrações Contábeis Regulatórias 2018

Senhores e Senhoras Associados/Consumidores,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2018, as Demonstrações Contábeis Regulatórias em conjunto com as Demonstrações Societárias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CETRIL - Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região para a sociedade, parceiros, investidores, associados e consumidores.



Carta do Presidente

O ano de 2018 foi marcado por muitos desafios, não apenas para o mercado de energia elétrica mas para a economia de maneira geral. Contudo podemos nos orgulhar em poder afirmar, com dados comprobatórios, mesmo com todas as adversidades, que obtivemos um resultado positivo, em todos os aspectos, graças aos nossos princípios de gestão voltados sempre na constante melhoria de todos os nossos processos produtivos e por essa razão acreditamos que 2019 será um ano bem melhor.

Ao absorver o aprendizado nesses 53 anos focamos em novas estratégias para alcançar a excelência nos serviços prestados. Apesar dos desafios constantes que temos e teremos pela frente, unidos a maturidade e aos princípios de profissionalismo na nossa gestão juntamente com a competência técnica adquirida ao longo do tempo, procuraremos manter a competência, confiança e respeito consolidada ao longo do tempo que são os pilares sob as quais a CETRIL sempre estará se apoiando para continuar cumprindo sua missão de “distribuir energia elétrica aos cooperados/consumidores com qualidade e eficácia, contribuindo para o desenvolvimento regional e o bem estar social”.

A eficiência dos serviços da CETRIL contribui efetivamente com o desenvolvimento do município, uma vez que garantem energia para todos os consumidores. Em 2019, inicia-se um novo ciclo de esperança e renovação. Com muito planejamento, foco, visão e empreendedorismo, continuaremos investindo na infraestrutura energética para o crescimento do agronegócio, do turismo, da indústria, comércio e outras formas de contribuir com o desenvolvimento econômico da nossa região.

Sendo assim, a CETRIL continuará investindo cada vez mais na renovação e modernização, tanto das nossas redes de energia elétrica e demais bens e equipamentos como na capacitação e treinamento dos colaboradores, para a melhoria na qualidade do atendimento aos consumidores e na eficiência de nossos serviços. Tudo isso porque acreditamos que unidos seremos muito mais fortes.



Nélcio Antônio Leite
Presidente



Carta do Contador


Com satisfação, na qualidade de Contador responsável pela escrituração Regulatória, Societária e Fiscal da Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região – CETRIL, comunicamos aos senhores associados a conclusão do Balanço Patrimonial - BP, Demonstração do Resultado do Exercício - DRE, Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, Demonstração do Valor Adicionado - DVA e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL do exercício de 2018, com alto grau de confiabilidade, qualidade, transparência e legalidade, em cumprimento ao Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, a legislação societária brasileira (CPCs) e aos princípios éticos (NBC PG 100): integridade; objetividade; competência profissional e devido zelo; sigilo profissional e comportamento profissional..

É de suma importância destacar que em 2018 recebemos o certificado ABRACONEE, o qual tem o objetivo de avaliar o nível de transparência contábil das empresas ligadas ao setor elétrico brasileiro, e é com muito orgulho que compartilhamos essa conquista, cujo crédito também é dedicado a todos que colaboraram, direta e indiretamente, para que pudéssemos evidenciar, revelar, sinalizar e finalmente demonstrar nossos números na **Prestação Anual de Contas - PAC** de forma confiável, apresentando com fidedignidade o nosso resultado, valorizando assim a atuação como permissionária do serviço público de energia elétrica.

Na questão Regulatória, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, têm intensificado o monitoramento eletrônico, impondo pré análise dos dados quando de nosso envio para integralização na base nacional.

Diante das considerações acima apresentamos aos senhores associados o nosso Demonstrativo Contábil Societário do exercício de 2018, as informações econômico-financeiras e sócio ambientais, de modo a facilitar e dar todas as condições e subsídios necessários para a tomada de decisões para o próximo exercício e de forma especial para a AGO – Assembleia Geral Ordinária a dar a Destinação Final das Sobras/Perdas do Exercício.

Por fim, agradeço a DEUS, aos Cooperados, à Diretoria Administrativa e Fiscal, aos Gerentes, à nossa equipe contábil, bem como a todos os departamentos internos e equipes de consultorias e auditorias externas que colaboraram para a elaboração do Relatório da Administração do Exercício de 2018.


Siegfried Urban
Contador
CRC: 1SP297745/O-4

Cenário

A Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região – CETRIL, foi fundada em 1965 e é responsável pela distribuição de energia elétrica na maior parte da área rural do município de Ibiúna, e parte do município de Piedade. Foi conferido a esta Permissionária a honra e o dever de acompanhar o desenvolvimento da região, levando força e luz às casas, comércios, serviços públicos, indústrias, estabelecimentos de lazer e, em especial, aos produtores rurais.

No cenário econômico brasileiro de 2018 ocorreram eventos que causaram grandes impactos em toda a economia até mesmo no setor elétrico, como paralisação dos caminhoneiros ocorrida entre os dias 21 e 31 de maio que afetou diretamente a cadeia produtiva nacional, a perda de ritmo da economia observada na produção industrial, a queda no mercado de trabalho, a expectativa do crescimento do PIB e a situação fiscal delicada do cenário político brasileiro ainda incerto até as realização das eleições.

Apesar de todos esses acontecimentos e incertezas tivemos no ano de 2018 uma demanda dos serviços de distribuição de energia elétrica maior em relação ao ano anterior, representando um aumento de 2,51% no número de unidades consumidoras (cooperados/consumidores) e alcançando um total de 27.332 consumidores, com destaque a classe residencial que teve um incremento de 2,90% em relação a 2017, representando 93,27% do total de consumidores. A quantidade de energia distribuída foi de 72,25 GWh superior em 1,90% ao ano anterior

Sempre em busca da excelência, superando desafios e investindo na rede elétrica, por meio de planejamentos estratégicos, com base na sustentabilidade e com muito respeito a nossa fauna e flora, procuramos prestar os serviços com qualidade e isonomia a todos os consumidores, e como reconhecimento dessa qualidade em 2018 obtivemos novamente a certificação da NBR ISO 9001:2015 (*Norma de Padronização de Serviços ou Produtos*).

Geração, Transmissão e Distribuição de energia elétrica

Distribuição

A outorgada distribui energia elétrica em 02 dos 645 municípios do Estado, o que representa 0,14% dos consumidores do estado de São Paulo.

Ligação de Consumidores

Em 2018 foram realizadas 748 novas ligações, sendo 719 residenciais, 15 comerciais e 14 serviços públicos, na classe rural houve uma redução de 77 unidades consumidoras devido ao recadastramento de produtores rurais e nos poderes públicos uma redução de 3 unidades consumidoras, totalizando 27.332 unidades consumidoras atendidas pela outorgada, número 2,51% superior ao de 2017.

A seguir a tabela demonstrando a distribuição entre as classes de consumo:

Número de Consumidores

Consumidores	2014	2015	2016	2017	2018
Residencial	21.801	23.367	24.189	24.773	25.492
Comercial	362	398	470	483	498
Industrial	13	15	17	15	15
Rural	999	1.072	1.177	1.229	1.152
Poderes públicos	82	89	85	85	82
Iluminação pública	67	68	68	68	68
Serviço público	8	10	10	11	25
Total	23.332	25.019	26.016	26.664	27.332
Variação	5,08%	7,23%	3,98%	2,49%	2,51%

Comportamento do mercado

Em 2018 a CETRIL atingiu o patamar de 72,25 GWh de energia distribuída aos 27.332 consumidores, representando um acréscimo de 1,90% em relação aos 70,90 GWh distribuídos no ano anterior.

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o rural e o comercial. A classe rural contribuiu com um acréscimo de 0,52 GWh consumidos, representando 4,04% maior em relação a 2017 e a classe comercial foi atendida com 0,28 GWh a mais, ou seja, um incremento de 7,25% em relação a 2017. Também contribuíram nesse montante, o crescimento no consumo das classes residencial em 0,47% e industrial em 13,02% em relação ao ano anterior.

Na classe rural ocorreu o fenômeno de diminuição das unidades consumidoras e aumento do GWh consumido. A redução de unidades consumidoras na classe rural ocorreu devido ao recadastramento de produtores rurais, onde na atualização de cadastro alguns consumidores migraram para a classe residencial, já o aumento no consumo da classe rural foi proveniente do crescimento da utilização de motores elétricos para irrigação de plantios pelos produtores rurais em nossa região, resultado do trabalho de conscientização ambiental aos nossos

consumidores elaborado pela CETRIL para contribuir com a preservação dos nossos rios e nascentes.

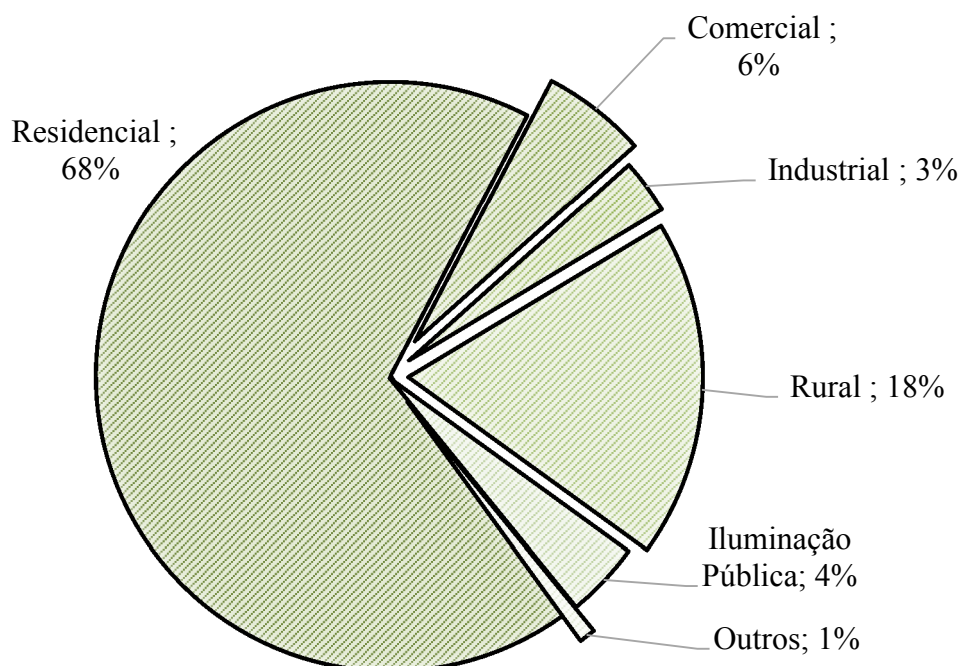
A seguir são apresentados os resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Mercado Atendido

Mercado Atendido - GWh	2014	2015	2016	2017	2018
Energia Faturada	69,07	68,50	68,82	70,90	72,25
Fornecimento	69,07	68,50	68,82	70,90	72,25
Residencial	47,36	47,09	46,86	48,67	48,90
Comercial	3,43	3,55	3,62	3,86	4,14
Industrial	2,42	2,24	1,87	1,92	2,17
Rural	12,46	12,08	12,95	12,88	13,40
Poderes Públicos	0,55	0,44	0,36	0,37	0,37
Iluminação Pública	2,70	2,92	2,93	2,95	2,99
Serviço Público	0,14	0,14	0,18	0,20	0,22
Consumo Próprio	0,01	0,04	0,05	0,05	0,06
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	69,07	68,50	68,82	70,90	72,25
Variação	9,13%	-0,82%	0,46%	3,02%	1,90%

Por meio de planejamentos estratégicos e investimentos melhoramos os processos de manutenção preventiva no sistema elétrico reduzindo as fraudes na rede elétrica, maximizando a qualidade de energia distribuída aos consumidores, com isso atingimos o menor índice de perda de energia em um período de cinco anos, registrando 10,01% em dezembro de 2018.

Abaixo o gráfico demonstrando o percentual do consumo por classe no ano de 2018:



Comportamento do mercado - A distribuição de energia da Permissionária no período de janeiro a dezembro de 2018 foi de 72,25 GWh (70,90 GWh em 2017).

No Mercado Atendido pela permissionária houve um aumento no total da energia faturada em GWh de 1,90% em relação ao ano anterior.

A CETRIL não possui geração de energia, toda sua comercialização é realizada a partir da aquisição de energia para revenda, sendo suprida pelas empresas concessionárias CPFL Piratininga e Elektro S/A.

Balanço Energético

A) Energia Requerida - GWh	2014	2015	2016	2017	2018
Geração Própria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CPFL / Elektro	75,93	74,41	75,61	77,24	78,62
PROINFA	1,53	1,86	1,28	1,97	1,67
TOTAL	77,46	76,27	76,89	79,21	80,29
B) Energia Distribuída- GWh	2014	2015	2016	2017	2018
Cooperados/Consumidores	68,07	68,50	68,82	70,90	72,25
Consumidores Livres					
Suprimentos					
Energia Contratada					
TOTAL	69,07	68,50	68,82	70,90	72,25
Requerida - Distribuída	8,39	7,77	8,07	8,31	8,04
% de Perdas entre A / B	10,83%	10,15%	10,50	10,49%	10,01%

Houve uma redução de 0,48% nas perdas totais de energia requerida sobre a energia distribuída. Pelo resultado apresentado, à ação da CETRIL será ainda maior nos serviços de manutenção preventiva no seu sistema elétrico, com a intensificação das inspeções para coibir as fraudes.

Em 2018 foram inspecionadas 3.603 unidades consumidoras, representando aproximadamente 13,18% dos consumidores da permissionária, desses foram efetuadas as substituições de 890 medidores avariados.

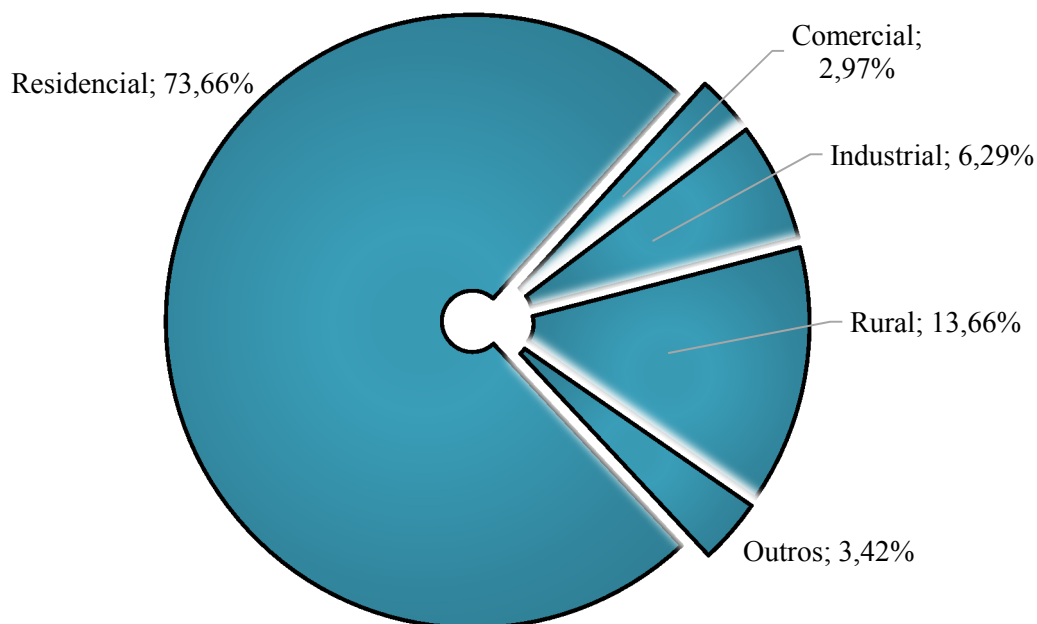
Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica, líquida do ICMS, importou em 2018 o montante de R\$ 44,71 milhões, conforme quadro a seguir:

Receita líquida do ICMS em R\$ Mil

Classe		2018		2017		%
Residencial		32.936,42		29.531,46		11,53%
Comercial		1.325,99		2.355,94		-43,72%
Industrial		2.813,56		967,01		190,95%
Rural		6.107,07		5.318,30		14,83%
Outros	Poderes Públicos	245,42	1.532,29	224,93	1.385,45	10,60%
	Iluminação Pública	1.136,33		1.038,95		
	Serviço Público	150,54		121,57		
Total		44.715,33		39.558,16		13,04%

Receita líquida por classe de consumidores



Número de consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2018 apresentou um crescimento de 2,51% sobre o mesmo mês do ano anterior, como demonstrado no próximo quadro:

Número de Consumidores

Classe	2018	2017	%
Residencial	25.492	24.773	2,90
Comercial	498	483	3,11
Industrial	15	15	0,00
Rural	1.152	1.229	-6,27
Outros	175	164	6,71
Poderes Públicos	82	85	-3,53
Iluminação Pública	68	68	0,00
Serviço Público	25	11	127,27
Total	27.332	26.664	2,51

Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica atingiu em dezembro de 2018 o valor de R\$ 740,34/MWh, com aumento de aproximadamente 9,70% com relação a dezembro de 2017. Para o novo ciclo tarifário, de 30 de outubro de 2018 a 29 de outubro de 2019 as tarifas foram fixadas pela ANEEL por meio da Resolução Homologatória/ ANEEL nº 2.476 de 23 de outubro de 2018.

Tarifa Média em 2018 e 2017 (energia + tributos)

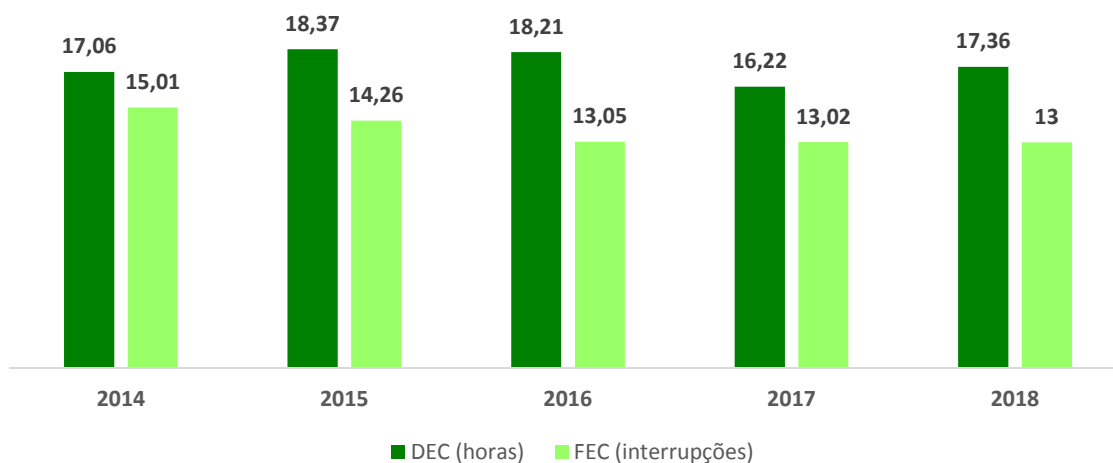
Classe	2018			2017			%
	R\$/Mil	MWh	Tarifa Média	R\$/Mil	MWh	Tarifa Média	
Residencial	40.306,17	48.899	824,27	36.620,10	48.670	752,42	9,55%
Industrial A4	694,66	1.044	665,60	514,58	1.024	502,52	32,45%
Industrial	922,31	1.123	821,50	674,53	901	748,65	9,73%
Comercial	3.403,02	4.140	821,93	2.879,28	3.861	745,73	10,22%
Rural	6.273,30	13.401	468,11	5.514,18	12.882	428,05	9,36%
Iluminação Pública	1.385,76	2.991	463,24	1.210,48	2.951	410,19	12,93%
Poder Público e Serv. Público	461,18	588	783,67	407,70	569	716,61	9,36%
Consumo Próprio	41,32	60	688,90	29,35	46	633,23	8,79%
Total	53.487,72	72.246	740,34	47.850,20	70.904	674,86	9,70%

Qualidade no fornecimento

Os indicadores DEC – Duração equivalente de interrupções por consumidor (tempo total médio de interrupção por consumidor) e FEC – Frequência equivalente de interrupções por consumidor (quantas vezes os consumidores ficaram sem energia elétrica no ano) demonstram respectivamente, quanto tempo e quantas vezes, em média, cada consumidor ficou sem energia em um ano.

Já o TMA mostra o tempo médio de atendimento das equipes da CETRIL para atendimentos a comunicados de falhas na rede elétrica, seja com falta de energia ou não. A evolução dos indicadores DEC e FEC é apresentada no gráfico a seguir:

Indicadores de Qualidade de Energia

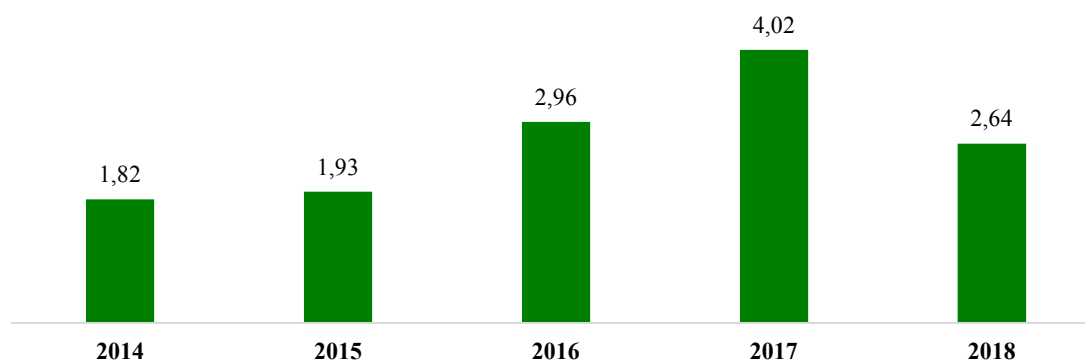


A CETRIL monitora dados de continuidade do sistema elétrico e as metas estão sendo atendidas de acordo com o estabelecido no Contrato de Permissão nº 008/2008 – ANEEL, Anexo III e conforme determina o Prodinst Módulo 08 da referida agência.

Em 2018 o DEC registrou o índice de 17,36 mantendo abaixo do índice determinado pela Aneel que é de 22 e o FEC 13,00 mantendo também abaixo do índice determinado pela Aneel que é de 16.

TMA – Tempo médio de atendimento à ocorrências emergenciais

TMA - Tempo Médio de Atendimento (horas)



Houve também a redução no TMA (Tempo Médio de Atendimento às ocorrências Emergenciais) em relação ao ano anterior, que era de 4,02 horas para 2,64 horas, queda de 34,32%.

Considerando o crescimento do número de consumidores da ordem de 2,51% entre o ano de 2017 e 2018, e as ocorrências de temporais no referido período, a CETRIL manteve a qualidade e continuidade do fornecimento de energia a seus consumidores conforme metas determinadas."

Níveis de Tensão

Regularmente a CETRIL envia à ANEEL relatórios de medições de níveis de tensão, seja por reclamação de seus consumidores, seja por medições feitas em consumidores escolhidos aleatoriamente pela Agência Reguladora.

No ano de 2018 foram realizadas 167 medições amostrais de níveis de tensão e 04 medições por solicitação dos consumidores. Não foram constatadas violações em nenhuma das medições. Isso demonstra a qualidade do fornecimento de energia prestada pela CETRIL.

Tecnologia da informação

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma distribuidora de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Outorgada faz, mediante sistemas de informação (software), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Em 2018, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação foram:

Instalação e reestruturação da infraestrutura de rede (Cabos e dispositivos de comunicação de rede) e telefonia do prédio administrativo;

Reestruturação da infraestrutura de rede (Cabos e dispositivos de comunicação de rede) dos demais setores da empresa;

Reformulação do site da empresa situado no endereço de web “www.cetril.com.br”, disponibilizando ao consumidor um canal de consulta a informações e serviços que anteriormente eram feitos somente com a presença do consumidor em nosso atendimento pessoal;

Aquisição de computadores, softwares e suprimentos para melhor funcionamento dos equipamentos;

Aquisição e implantação do sistema Intelix de telefonia IP e URA. O sistema Intelix fornece ao consumidor um atendimento automatizado para solicitações através de ações efetuadas pelo telefone, evitando a espera para o atendimento e agilizando o processo da solicitação. O sistema permite também o gerenciamento do atendimento telefônico prestado ao consumidor, podendo ser auditado para fins de melhoria contínua da equipe.

Aquisição e implantação de sistema de monitoria por vídeo.

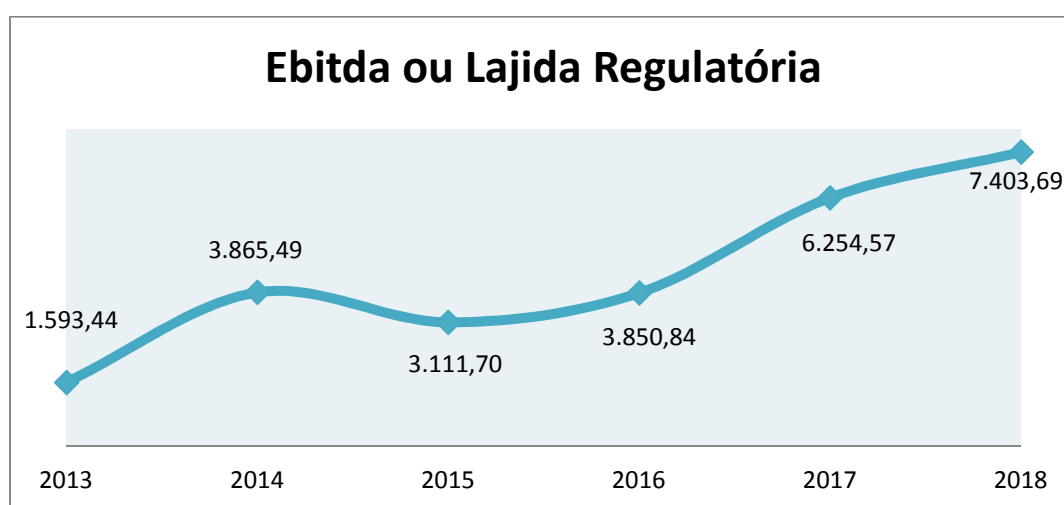
Aquisição de impressoras térmicas e dispositivos de coleta para emissão de faturas instantâneas.

Desempenho econômico-financeiro

Em 2018, as sobras líquidas foram de R\$ 2.427,24 mil, contra R\$ 2.539,47 mil em 2017, uma diminuição na ordem de 4,62%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 54.166,97 mil, enquanto em 2017 situou-se em R\$ 43.115,73 mil.

As despesas operacionais totalizaram em 2018 R\$ 51.816,64 mil, 22,51% superiores em relação à 2017, destacando-se os custos com: total das taxas regulamentares que tiveram um aumento de 0,41% no ano. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 2,54% contra 2,67% em 2017.

O **EBITDA ou LAJIDA** Regulatório, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 7.403,69 mil, superior em 18,37% a 2017, que foi de R\$ 6.254,57 mil, conforme evolução a seguir:



Investimentos: Em 2018, os investimentos da Companhia, importaram em R\$ 4.879,98 um crescimento de 70,64% superior em relação à 2017, dos quais R\$ 4.113,00 mil foram realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Companhia estima um investimento total de R\$ 34.076,00 mil.

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/dez/2018				
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
AIS Bruto	2.489	2.564	4.113	2.973	2.597	2.507	2.507	23.492
Transformador de Distribuição	578	508	743	600	520	520	520	520
Medidor	290	335	492	338	235	235	235	235
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	525	561	1.113	805	768	735	735	735

Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	959	745	1.765	1.180	1.074	1.017	1.017	1.017
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	137	415	-	50	-	-	-	20.985
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS								
Bruto	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Originadas da Receita	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Excedente de reativos	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.

Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição:

R\$ Mil	2018R	2019P	2020P	2021P	2022P	2023P
Plano de Investimentos 2018	4.113	2.973	2.597	2.507	2.507	23.492
R\$ Mil	2018P	2018P	2019P	2020P	2021P	2022P
Plano de Investimentos 2017	2.552	2.552	2.552	2.552	2.552	2.552
Diferença	61,2%	16,5%	1,8%	-1,8%	-1,8%	820,5%

O valor que foi investido em 2018 teve um resultado superior em comparação ao estimado em decorrência do aumento significativo na quantidade de ligações novas e solicitações de aumentos de carga, que acarretaram em um acréscimo na quantidade de obras em redes de distribuição de média e baixa tensão. Para atender a essa demanda foi necessário investir no recondutoramento dos cabos e aumento da potência de transformadores instalados, apesar de vários projetos de melhoria terem sido revistos devido a previsão de uma ETD (Estação Transformadora de Distribuição) para 2023.

No item troca de Medidor houve uma diminuição no valor na necessidade do estimado pelo fato de, no ano de 2017, termos intensificado a quantidade de testes de medidores com intuito de diminuir as perdas, que impactou em um número menor de trocas no ano de 2018.

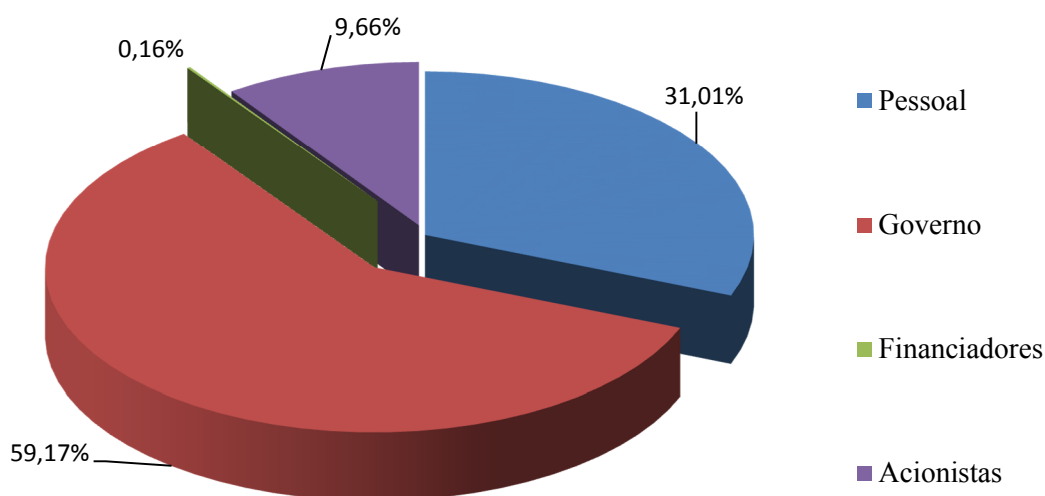
Nos itens substituição de transformadores queimados e troca de poste quebrados tivemos um aumento devido as condições adversas do tempo e grande quantidade de abalroamento de poste que são situações difíceis de serem previstas.

Nas obras de melhoria de Redes de Média e Baixa Tensão tivemos um aumento no valor investido devido a melhorias de rede substituindo trechos com cabos de alumínio nú por cabos multiplexados e no recondutoramento de redes devido aumento na carga instalada.

Os valores previstos para os anos de 2020 a 2023 são estimativas, aonde teremos obras de melhoria, renovação e expansão projetados para o PDD de 2019 e para os anos subsequentes teremos obras projetadas somadas a melhorias e renovação de redes, porém as obras superiores a 02 anos subsequentes ainda estão em fase de estudo, que devido as alterações no fluxo de carga que tem acontecido nos últimos anos em consequência da retração na economia, provavelmente teremos ajustes periódicos na necessidade de investimento.

Valor adicionado regulatório: Em 2018, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Outorgada foi de R\$ 24.741,71 mil, representando 36,73% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:

Demonstração do Valor Adicionado - DVA Dezembro 2018 - Regulatório



Política de reinvestimento e distribuição de dividendos

Sendo a entidade uma Cooperativa, seu objetivo é o de aplicar todas as sobras na melhoria de seus serviços aos seus Cooperados e Consumidores mediante aprovação da AGO de cada exercício.

A Outorgada com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 10% (dez por cento) para o Fundo de reserva Legal, 10% (dez por cento) para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, e 40% (quarenta por cento) para Fundos diversos de desenvolvimento e para atendimento às exigências da regulação das atividades de distribuição de energia elétrica no tocante à manutenção da qualidade da energia elétrica distribuída e de ressarcimento de danos elétricos produzidos em equipamentos de cooperados e usuários. Quanto ao Lucro com Atos não Cooperados, foi devidamente transferido para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, conforme previsto na Lei 5764/71 e na NBC T 10.8.

Composição acionária

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social da Outorgada é de R\$16.072,56 mil, composto por 1.607.256 mil quotas partes, com valor nominal R\$ 0,01.

Atendimento a acionistas

Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Outorgada coloca à disposição dos seus cooperados, colaboradores capacitados a esclarecer suas dúvidas e solicitações de forma presencial, email ou telefone da empresa.

Responsabilidade social e sustentabilidade

Cada vez mais, a Outorgada vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade, buscando contribuir com a preservação do planeta e atendimento as necessidades humanas hoje e das novas gerações, com essa ideologia a CETRIL adotou em 2018 as seguintes medidas:

- **Incentivo a utilização do motor de irrigação elétrico:** Após a elaboração de um planejamento estratégico, a CETRIL adotou como atitude primordial, a conscientização dos funcionários, fornecedores e consumidores, no tocante de que é de extrema importância começarmos de forma determinante, uma luta contra a destruição do meio ambiente, iniciamos uma demonstração aos nossos agricultores rurais que haveria um considerável ganho na sua economia se os motores de irrigação movidos a diesel fossem trocados pelos elétricos, pois, os motores elétricos além de serem mais eficazes (o motor elétrico tem a mesma potência de irrigação que um motor a diesel com maior cavalaria de potência), contribuem grandemente para a diminuição da poluição causada pela combustão dos motores movidos a diesel, os motores elétricos são mais silenciosos e não existe o risco de vazamento de combustível no solo, o objetivo está sendo atingido podendo ser percebido no crescimento do consumo de energia na classe rural.
- **Aquisição de Transformadores Verdes (Ecológicos) :** A partir de março 2018, adotamos o procedimento de adquirir somente transformadores que contém óleo vegetal, que diferentemente do líquido convencional, derivado do petróleo, o óleo

vegetal é produzido a partir de ésteres naturais (gorduras e ácidos graxos), extraídos de fontes renováveis, e seguem uma tendência mundial de preocupação com o meio ambiente. Derivado de produtos agrícolas e sintetizado a partir de uma base orgânica, o óleo vegetal é biodegradável e, em caso de acidente, reduz significativamente os riscos de contaminação do solo, cursos de água e lençóis freáticos. Caso ocorra algum vazamento, em contato com a natureza o produto desaparece naturalmente em poucos dias. A utilização deste óleo contribui para reduzir o refino de petróleo, que é um processo com altos índices de emissão de CO₂, principal causador do efeito estufa, além disso, está comprovado que o transformador verde eleva o tempo de vida em até cinco vezes em comparação aos equipamentos convencionais, reduz os gastos com a manutenção e as interrupções no fornecimento de energia e também os riscos de incêndios em subestações.

- **Construção de Rede de Distribuição Aérea Compacta Protegida (RDC):** Em busca de mudanças tecnológicas na rede elétrica para o benefício dos consumidores e concomitantemente em prol da preservação da natureza, a CETRIL está investindo nos últimos anos na construção de redes compactas, essa medida irá contribuir com a redução dos custos de manutenção preventiva e corretiva a longo prazo, na melhoria na percepção do consumidor quanto a confiabilidade, na redução dos indicadores de falta de energia (DEC e FEC), na melhoria no espaço disponível, em maior segurança e preservação da fauna e flora, e que resultarão em um bom faturamento para a outorga e uma boa qualidade de serviço para o consumidor.
- **Confecção e distribuição de Caixas de Correspondência:** Para reduzir o grande número de impressão da 2º via das faturas pelo motivo de degradação da fatura devido a chuvas, ventos e ao sol, fizemos um trabalho de confecção de caixinhas de correspondência a partir de garrafas PET, que foram distribuídas gratuitamente aos nossos consumidores que não tinham caixinhas de correspondência na propriedade, diminuindo assim, a impressão de segundas vias e melhorando o uso consciente de impressão na Cetril.
- **Consumo de Combustível ecologicamente correto (etanol) :** Com a consciência de que pequenas e boas atitudes de hoje terão resultados positivos, sem comprometer as necessidades de futuras gerações, a CETRIL colabora com o meio ambiente abastecendo seus veículos “flex” somente com etanol.
- **Programa Aprendiz Cooperativo CETRIL**
O Programa Aprendiz da Cetril que se apoia na Lei 10.097/00, tem como objetivo incluir os jovens no mercado de trabalho e os capacitar com atividades práticas e teóricas voltadas para o preparo do início da carreira profissional.
Em 2018 foram contratados quatro jovens que atuaram nas áreas Comercial, Contábil e Técnica, com idade entre 14 e 24 anos. O contrato de trabalho dura dois anos e possui a carga horária de 20 horas semanais, compreendendo as atividades em dois ambientes, a unidade de formação CIEE (Centro Integração Empresa Escola) e na Cetril, onde o jovem aplica seus conhecimentos adquiridos em prol da Cooperativa.

- **Alunos da Escola Cooperativa conhecem a CETRIL**

Visando a valorização e a integração das crianças do município com a Cetril, alunos do 2º Ano do Ensino Médio da Escola Cooperativa de Ibiúna estiveram na sede da Cetril para conhecer toda a sede e passo a passo dos processos que envolvem toda a cooperativa, desde a geração até a distribuição de energia.

Foram realizados exemplos reais de uma residência com os alunos, assim puderam utilizar as fórmulas que eles estão aprendendo nas aulas para realizar o cálculo de consumo, entender as informações sobre conta de luz e outras curiosidades sobre o tema. Os alunos ainda receberam cartilhas com dicas de economia de energia, direitos e deveres dos consumidores e como usar a energia com inteligência

Outorgada em números

Atendimento	2018	2017	%
Número de consumidores	27.332	26.664	2,51
Número de empregados	84	79	6,33
Número de consumidores por empregado	325	338	-3,85
Número de localidades atendidas	2	2	0,00
Número de agências	1	1	0,00
Número de postos de atendimento	1	1	0,00
Número de postos de arrecadação	0	0	0,00
Número de postos convênios de arrecadação	8	8	0,00
Mercado			
Área de Permissao (Km ²)	939,73	939,73	0,00
Geração própria (GWh)	0	0	0,00
Demanda máxima (MWh/h)	26.018	25.244	3,07
Distribuição direta (GWh)	72,25	70,9	1,90
Energia Adquirida (GWh)	80,29	79,21	1,36
Consumo residencial médio (kWh/ano)	1,92	1,96	-2,04
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	740,34	674,86	9,70
Total (exceto curto prazo)	0	0	0,00
Residencial	824,27	752,42	9,55
Comercial	821,93	745,73	10,22
Industrial	821,5	748,65	9,73
Rural	468,11	428,05	9,36
Suprimento	0	0	0,00
DEC (horas)	17,36	16,22	7,03
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	0	0	0,00
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	106,65	106,65	0,00
FEC (número de interrupções)	13	13,02	-0,15
Número de reclamações por 1.000 consumidores	420,79	368,36	14,23
Operacionais			
Número de usinas em operação	0	0	0,00
Número de subestações	3	3	0,00
Linhas de transmissão (Km)	0	0	0,00
Linhas de distribuição (Km)	1.873	1.857	0,86



Capacidade instalada (MW)	94,21	92,24	2,14
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	67.355,84	55.188,05	22,05
Receita operacional líquida (R\$ mil)	54.166,97	43.115,73	25,63
Margem operacional do serviço líquida (%)	24,35%	28,00%	-13,04
EBITDA OU LAJIDA	7.403,69	6.254,57	18,37
Lucro líquido (R\$ mil)	2.427,24	2.539,47	-4,42
Lucro líquido por mil cotas	2.427,24	2.539,47	-4,42
Patrimônio líquido (R\$ mil)	95.679,71	95.047,58	0,67
Valor patrimonial por cota R\$	95.679,71	95.047,58	0,67
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	2,54%	2,67%	-4,87
Endividamento do patrimônio líquido (%)	19,48%	14,93%	30,48
Em moeda nacional (%)	19,48%	14,93%	30,48
Em moeda estrangeira (%)	0,00%	0,00%	0,00
Indicadores de Performance			
Sálario Médio dos Funcionarios	3,55	3,33	6,61
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	0,956	1,00266	-4,65
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	0	0	0,00
Retorno de ativos por unidade	0,03	0,01	200,00

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Outorgada. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Outorgada.

Ibiúna, 05 de fevereiro de 2019.

A Administração,

Vagner José de Góes
Gerente Geral


**Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região**


CNPJ nº. 49.313.653/0001-10

Balço Patrimonial - Encerrado em 31 de dezembro de 2018*(Valores expressos em milhares de reais)*

	Legislação regulatória	
	2018	2017
Ativos		
Ativo Circulante	29.540,59	25.695,45
Caixa e equivalentes de caixa	13.449,95	10.501,93
Consumidores	10.351,10	8.567,80
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	135,93	182,93
Tributos compensáveis	391,09	1.358,92
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Almoxarifado operacional	385,89	558,86
Investimentos temporários	14,76	13,9
Empréstimos	-	-
Ativos financeiros setoriais	1.957,63	1.394,80
Despesas pagas antecipadamente	33,67	39,18
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	2.820,57	3.077,13
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	84.776,76	86.832,27
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	375,58	288,29
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	173,01	63
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	0,15	78,7
Imobilizado	84.228,02	86.390,17
Intangível	-	12,11
Total do ativo	114.317,35	112.527,72

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis



Nélio Antônio Leite
Presidente
CPF:093.796.988-52

Siegfried Urban
Contador
CRC 1SP297.745/O-4


Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região
CNPJ nº. 49.313.653/0001-10
Balço Patrimonial - Encerrado em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)


	Legislação regulatória	
	2018	2017
Passivo		
Passivo Circulante	11.450,07	10.700,89
Fornecedores	3.857,27	3.698,96
Empréstimos, financiamentos e debêntures	212,76	262,7
Obrigações sociais e trabalhistas	880	719,81
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	1.441,91	1.345,45
Provisão para litígios	9,19	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	948,01	1.058,26
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	481,65	33,07
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos circulantes	3.619,28	3.582,64
	-	-
Passivos de operações descontinuadas	-	-
	-	-
Passivo Não-Circulante	7.187,57	6.779,26
Fornecedores	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	246,05	366,69
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	-	-
Provisão para litígios	12	12
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-
Passivos financeiros setoriais	-	4,02
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	6.929,52	6.396,55
	-	-
Total do passivo	18.637,64	17.480,15
Patrimônio líquido	95.679,71	95.047,57
Capital social	16.072,56	16.072,56
Reservas de capital	107,92	107,92
Outros resultados abrangentes	43.798,73	47.009,57
Reservas de lucros	4,92	4,92
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	-	-
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-



Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	37.482,96	32.825,30
Sobras à disposição da Assembleia	-1.787,38	-972,7
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-
Total do patrimônio líquido	95.679,71	95.047,57
Total do passivo e do patrimônio líquido	114.317,35	112.527,72

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis


Nélcio Antônio Leite
Presidente
CPF:093.796.988-52


Siegfried Urban
Contador
CRC 1SP297.745/O-4

Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região
CNPJ nº. 49.313.653/0001-10
Demonstração do Resultado do Exercício - Encerrado em 31 de Dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação regulatória	
	2018	2017
Operações em continuidade		
Ingressos /Receitas	67.355,84	55.188,05
Fornecimento de energia elétrica	28.273,00	18.884,25
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	25.359,17	28.931,18
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	(99,57)	325,74
Serviços cobráveis	124,58	133,92
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	13.698,66	5.445,68
Outras receitas	-	1.467,28
Tributos	(9.313,38)	(8.348,89)
ICMS	(8.810,82)	(7.930,20)
PIS-PASEP	(88,94)	(73,99)
Cofins	(413,62)	(344,70)
ISS	-	-
Encargos - Parcela "A"	(3.875,50)	(3.723,43)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-

Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(2.069,84)	(2.146,80)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(126,47)	(122,19)
Outros encargos	(1.679,19)	(1.454,44)
Ingresso/Receita Operacional líquida.	54.166,96	43.115,73
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(27.496,44)	(17.284,00)
Energia elétrica comprada para revenda	(27.496,44)	(17.284,00)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	26.670,52	25.831,73
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(24.196,83)	(24.631,88)
Pessoal e administradores	(10.261,37)	(10.993,31)
Material	(1.577,39)	(2.661,09)
Serviços de terceiros	(6.457,06)	(5.366,76)
Arrendamento e aluguéis	(40,88)	(45,86)
Seguros	(93,17)	(76,93)
Doações, contribuições e subvenções	(139,98)	(129,03)
Provisões	(202,99)	(115,78)
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	44,10	29,68
Tributos	(220,25)	(217,58)
Depreciação e amortização	(4.791,20)	(4.938,94)
Gastos diversos	(580,00)	(496,81)
Outras Receitas Operacionais	1.116,52	1.168,95
Outras Despesas Operacionais	(993,16)	(788,42)
Resultado da Atividade	2.473,69	1.199,85
Equivalência patrimonial	-	-
Resultado Financeiro	375,32	1.987,79
Despesas financeiras	(1.211,47)	(105,32)



Receitas financeiras	1.586,79	2.093,11
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	2.849,01	3.187,64
Despesa com impostos sobre os lucros	(421,77)	(648,17)
Resultado líquido das operações em continuidade	2.427,24	2.539,47
Operações descontinuadas	-	-
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-
Atribuível aos:		
Acionistas controladores	-	-
Acionistas não controladores	-	-
Lucro por ação	0,15	0,16
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	0,15	0,16
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade	-	-
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis


Nélcio Antônio Leite

Presidente

CPF:093.796.988-52


Siegfried Urban

Contador

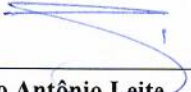
CRC 1SP297.745/O-4



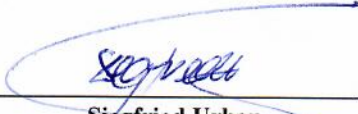
Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região
CNPJ nº. 49.313.653/0001-10
Demonstração do Resultado Abrangente - Encerrado em 31 de Dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação regulatória	
	2018	2017
Resultado do exercício		
Outros resultados abrangentes	-	-
Reserva de reavaliação	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Ganho líquido sobre instrumentos financeiros	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Equivalência sobre ganhos abrangentes de coligadas	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial	-	-
Diferenças atuariais	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Atribuível a:		
Acionistas Controladores	-	-
Acionistas Não Controladores	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis



Nélio Antônio Leite
Presidente
CPF:093.796.988-52



Siegfried Urban
Contador
CRC 1SP297.745/O-4



Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região
CNPJ nº. 49.313.653/0001-10
Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL Regulatório - Encerrado em 31 de Dezembro de 2018
(Valores Expressos em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/ Perdas a disposição da A.G.O.	Recursos destinados a Aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	16.072,50	(643,89)	48.568,23	4,92	-	28.584,33	1.480,62	-	94.066,71
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	0,06	-	-	-	-	-	-	-	0,06
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(+/-) Ajustes Societários - IFRS	-	751,81	-	-	1.305,30	-	(1.601,56)	-	455,55
Reavaliação Regulatória	-	-	(1.558,66)	-	-	-	-	-	(1.558,66)
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	2.083,92	-	2.083,92
Reserva legal	-	-	-	-	-	368,83	(368,83)	-	-
FATES	-	-	-	-	(1.305,30)	1.674,13	(368,83)	-	-
Reservas de Lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	2.198,01	(2.198,01)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	16.072,56	107,92	47.009,57	4,92	-	32.825,30	(972,69)	-	95.047,58
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(+/-) Ajustes Societários - IFRS	-	-	-	-	-	-	(145,22)	-	(145,22)
Reavaliação Regulatória	-	-	(3.210,84)	-	-	-	-	-	(3.210,84)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	856,46	-	-	-	856,46
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	3.131,73	-	3.131,73
Reserva legal	-	-	-	-	-	387,65	(387,65)	-	-
FATES	-	-	-	-	(856,46)	1.244,11	(387,65)	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	3.025,90	(3.025,90)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	16.072,56	107,92	43.798,73	4,92	-	37.482,96	(1.787,38)	-	95.679,71

Nélio Antônio Leite
 Presidente
 CPF:093.796.988-52


Siegfried Urban
 Contador
 CRC ISP297.745/O-4




Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região
CNPJ nº. 49.313.653/0001-10
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto - Encerrado em 31 de Dezembro de 2018
(Valores Expressos em Milhares de Reais)

	Legislação regulatória	
	2018	2017
Atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	68.272,67	53.851,58
Outros recebimentos	1.035,61	577,51
Pagamentos a fornecedores	(14.708,09)	(11.942,24)
Fornecedores Energia Elétrica Comprada	(27.997,75)	(14.757,09)
Pagamentos a empregados	(6.409,84)	(6.493,47)
Juros pagos	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-
Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos	-	-
Tributos Federais	(3.795,48)	(5.368,84)
Tributos Estaduais e Municipais	(8.510,55)	(7.584,56)
Encargos Setoriais	(2.051,03)	(1.574,68)
Outros Pagamentos	(1.652,02)	(768,91)
Fluxo de caixa líquido originado de atividades operacionais	4.183,52	5.939,30
Atividades de investimento		
Recebimento (pagamento) de venda de imobilizado	-	43,76
Aquisição de imobilizado	(1.703,87)	(2.257,65)
Aquisição de propriedades para investimento	-	-
Aquisição de instrumentos financeiros	-	-
Recebimento (pagamento) da venda de instrumentos financeiros	-	-
Aquisição de intangíveis	-	-
Aquisição de controlada, líquida de caixa adquirido	-	-
Recebimento de incentivos	-	-
Juros recebidos	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	-	-
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento	(1.703,87)	(2.213,89)
Atividades de financiamento		
Recebimento (pagamento) do exercício de opções	658,80	1.497,70
Aquisição de participação de não controladores	-	-
Recebimento pela emissão de ações	-	-
Pagamento de passivos de arrendamento	-	-
Captações de empréstimos obtidos	-	-
Pagamento de empréstimos	(149,28)	(379,54)
Outras Despesas Financeiras	(41,15)	(377,44)
Dividendos pagos	-	-
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de financiamento	468,37	740,72
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	2.948,02	4.466,13
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	10.501,93	6.035,80
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	13.449,95	10.501,93

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis



Nélcio Antônio Leite
Presidente
CPF:093.796.988-52



Siegfried Urban
Contador
CRC 1SP297.745/O-4

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis
Regulatórias dos exercícios findos em 31 de dezembro de
2018 e 2017.**
(Valores expressos em milhares de reais)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. (Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”). O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente, esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações. No negócio de geração, a Outorgada além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à consumidores Livres no mercado livre – ACL. No mercado livre - ACL, a energia é negociada por meio das concessionárias de geração, PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, autogeradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas em vez de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão. De acordo com os contratos

de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas na nota explicativa número 2, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 31 de outubro de 2013. A depreciação é calculada pelo método linear tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no

processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social - nota explicativa nº 05. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL. A reavaliação foi registrada em 31 de outubro de 2013, com base em Laudo de Reavaliação e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de 30 de setembro de 2013.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

**4. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias**

Descrição	Valores correntes							Valores negociados					Total 2018	Total 2017	
	Corrente a vencer		Corrente vencida					Provisão p/ Devedores Duvidosos	Renegociada a vencer		Renegociada vencida				Provisão p/ Devedores Duvidosos
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Até 60 dias		Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias				
Fornecimento de Energia	6.715,51	-	2.021,76	319,47	118,37	515,24	(643,82)	203,85	-	-	-	(49,10)	9.201,28	7.686,05	
Residencial	3.294,52	-	1.322,46	37,32	77,10	336,19	(450,61)	137,12	-	-	-	(40,55)	4.713,55	4.163,91	
Industrial	156,40	-	73,03	-	-	117,25	(117,25)	-	-	-	-	-	229,43	179,64	
Comercial	307,45	-	59,70	2,86	1,12	16,55	(17,67)	26,03	-	-	-	-	396,04	302,96	
Rural	583,12	-	214,50	8,53	-	45,07	(45,07)	40,70	-	-	-	(8,55)	838,30	680,15	
Poderes Públicos	27,53	-	65,06	55,03	40,15	-	-	-	-	-	-	-	187,77	47,25	
Iluminação Pública	118,42	-	287,01	215,73	-	0,18	(0,18)	-	-	-	-	-	621,16	228,38	
Serviço Público	15,28	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15,28	12,24	
Serviço Taxado	28,17	-	-	-	-	-	(13,04)	-	-	-	-	-	15,13	20,88	
Fornecimento Não Faturado	2.184,62	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.184,62	2.050,64	
(-) Arrecadação Processo a Classificar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total	6.715,51	-	2.021,76	319,47	118,37	515,24	(643,82)	203,85	-	-	-	(49,10)	9.201,28	7.686,05	



A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

Crítérios

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos a mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos a mais de 180 dias; e
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos a mais de 360 dias.

Durante o ano de 2018 não houve realização da provisão, uma vez que não "levamos consumidores a reserva" por terem sido esgotados todas as alternativas de cobrança e recuperação de valores.

**5. Imobilizado**

Ativo Imobilizado em Serviço - AIS (R\$ Mil)	Valor bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferên- cia (C)	Reavalia- ção	Valor bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas	Deprecia- ção Acumula- da	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017	Obriga- ções Espe- ciais Brutas	Amorti- zação Acumula- da	Obriga- ções Espe- ciais Líqui- das
							(A)- (B)+(C)						
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas, barragens e adutoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	144.375,87	4.113,64	(1.730,95)	-	(3.390,89)	143.367,67	2.382,69	(64.004,30)	79.363,37	82.263,64	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis	285,80	-	-	-	-	285,80	-	(217,20)	68,60	71,97	-	-	-



e benfeitorias													
Máquinas e equipamentos	144.090,07	4.113,64	(1.730,95)	-	(3.390,89)	143.081,87	2.382,69	(63.787,10)	79.294,77	82.191,67	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	5.355,58	766,33	(520,44)	-	-	5.601,47	245,89	(3.053,06)	2.548,41	2.141,23	-	-	-
Terrenos	551,71	-	-	-	-	551,71	-	-	551,71	551,71	-	-	-
Edificações ., obras civis e benfeitorias	1.561,39	-	-	-	-	1.561,39	-	(1.118,42)	442,97	494,97	-	-	-
Máquinas e equipamentos	2.220,32	195,09	(421,79)	-	-	1.993,62	(226,70)	(1.438,04)	555,58	511,92	-	-	-
Veículos	796,87	495,51	(98,65)	-	-	1.193,73	396,86	(350,32)	843,41	493,50	-	-	-
Móveis e utensílios	225,29	75,73	-	-	-	301,02	75,73	(146,28)	154,74	89,13	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações ., obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	149.731,45	4.879,97	(2.251,39)	-	(3.390,89)	148.969,14	2.628,58	(67.057,36)	81.911,78	84.404,87	-	-	-



Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	1.980,24	4.293,49	-	(4.113,64)	-	2.160,09	179,85	-	2.160,09	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	151,39	4.028,38	-	(4.113,64)	-	66,13	(85,26)	-	66,13	-	-	-	-
Outros	1.828,85	265,11	-	-	-	2.093,96	265,11	-	2.093,96	-	-	-	-
Administração	5,06	917,41	-	(766,33)	-	156,14	151,08	-	156,14	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	5,06	195,09	-	(195,09)	-	5,06	-	-	5,06	-	-	-	-
Outros	-	722,32	-	(571,24)	-	151,08	151,08	-	151,08	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	1.985,30	5.210,90	-	(4.879,97)	-	2.316,23	330,93	-	2.316,23	-	-	-	-
Total do Ativo Imobilizado	151.716,75	10.090,87	(2.251,39)	(4.879,97)	(3.390,89)	151.285,37	2.959,51	(67.057,36)	84.228,01	84.404,87	-	-	-



A composição do intangível é como segue:

Ativo Intangível em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do bem público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	43,52	-	-	-	-	43,52	-	(43,52)	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	43,52	-	-	-	-	43,52	-	(43,52)	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	937,66	-	-	-	-	937,66	-	(937,66)	-	12,11
Softwares	937,66	-	-	-	-	937,66	-	(937,66)	-	12,11
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	981,18	-	-	-	-	981,18	-	(981,18)	-	12,11



Ativo Intangível em Curso- R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do bem público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo Intangível	981,18	-	-	-	-	981,18	-	(981,18)	-	12,11



A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos (R\$ Mil)	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2018	Adições líquidas (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	144.090,07	4.113,64	(1.730,95)	-	(3.390,89)	143.081,87	2.382,69
Transformador de Distribuição	9.591,41	881,24	(415,38)	-	(813,72)	9.243,55	465,86
Medidor	6.280,02	490,36	(468,50)	-	(917,78)	5.384,10	21,86
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	128.218,64	2.742,04	(847,07)	-	(1.659,39)	128.454,22	1.894,97
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	-	-	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Originadas da Receita	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-



Em serviço	2018			2017	
	Taxas Anuais médias de depreciação %	Bruto	Depreciação e Amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Geração	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Distribuição	7,57	143.367,66	(64.004,29)	79.363,37	82.263,63
Custo histórico	3,70	64.643,10	(25.734,37)	38.908,73	37.708,20
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	3,87	78.724,56	(38.269,92)	40.454,64	44.555,43
Administração	5,39	5.601,47	(3.053,06)	2.548,41	2.141,24
Custo histórico	5,39	5.601,47	(3.053,06)	2.548,41	2.141,24
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Em curso	-	-	-	2.316,23	1.985,30
Geração	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-
Distribuição	-	-	-	2.160,09	1.980,24
Administração	-	-	-	156,14	5,06
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-



A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso (R\$ Mil)	Material/Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de obra própria	Juros Capitalizados	Depreciação/Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	4.192,41	29,34	1,41	-	-	0,31	4.223,47
Móveis e Utensílios	75,74	-	-	-	-	-	75,74
A Ratear	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de	52,60	-	-	-	-	-	52,60
Materiais	-	-	-	-	-	-	-
Material em Depósito	-	-	-	-	-	-	-
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	859,09	-	-	-	-	-	859,09
Total das Adições	5.179,84	29,34	1,41	-	-	0,31	5.210,90

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL número 674 de 2015, são as seguintes:

Distribuição	Percentual
Banco de capacitores (tensão inferior a 69 kV)	6,67
Chave de distribuição (tensão inferior a 69 kV)	6,67
Condutor do sistema (classe de tensão inferior a 69 kV)	3,57
Estrutura do sistema (Poste)	3,57
Regulador de tensão (tensão inferior a 69 kV)	4,35
Transformador (tensão inferior a 69 kV)	4,35
Administração central	-
Equipamento geral	6,25
Veículos	14,29

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.



As dez principais **adições** (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

CONSOLIDADO

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
HILUX CD SRV 2018	165,00
HILUX CS	115,28
COROLLA XEI	98,53
HILUX CS CHASSI 2018	88,99
RELIGADOR - ÓLEO, 3F, 15KV, 400A, KFE.	22,65
RELIGADOR - ÓLEO, 3F, 15KV, 400A, KFE.	21,05
MOTO NXR ESDD	13,85
MOTO NXR ESDD	13,85
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO 13,8kV 220/127 V 112.5 KVA TRIFÁSICO	11,68
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO 13,8kV 220/127 V 112.5 KVA TRIFÁSICO	10,11

As dez principais **baixas** (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

CONSOLIDADO

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
REGULADOR DE TENSÃO 7,96 114,3 KVA 200A MONOFASICO 1	21,24
REGULADOR DE TENSÃO 7,96 114,3 KVA 200A MONOFASICO 1	21,24
REGULADOR DE TENSÃO 7,96 114,3 KVA 200A MONOFASICO 1	21,24
RELIGADOR TRIFÁSICO AUTOMÁTICO ,15 KV, 630 A 12,5 KA 60 HZ.	16,77
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO 13,8kV 220/127 V 112.5 KVA TRIFÁSICO	6,76
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO 13,8kV 220/127 V 112.5 KVA TRIFÁSICO	6,76
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO 13,8kV 220/127 V 112.5 KVA TRIFÁSICO	6,76
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO 13,8kV 220/127 V 112.5 KVA TRIFÁSICO	6,76
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO 13,8kV 220/127 V 112.5 KVA TRIFÁSICO	6,76
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO 13,8kV 220/127 V 75 KVA TRIFÁSICO	4,38

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

A CETRIL não possui contabilização de compensação de variação de custos da Parcela A no exercício de 2018.

**b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais****i) Programas sociais e governamentais**

A Empresa, consciente de sua atuação socialmente responsável, prioriza sua participação em programas e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social.

ii) Quota parte de energia nuclear

Em 9 de dezembro de 2009, a Lei nº 12.111/2009 alterou a regulamentação referente à comercialização da energia proveniente da Eletronuclear, estabelecendo que, a partir de 1º de janeiro de 2013 o pagamento à Eletronuclear da receita decorrente da geração da energia de Angra 1 e 2 será rateado entre todas as Outorgadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, sendo a tarifa dessa energia proveniente da Eletronuclear calculada e homologada anualmente pela ANEEL. Adicionalmente, o art. 12 da Lei nº 12.111/2009 autoriza a Eletronuclear a repassar para Furnas, entre 2013 e 2015, o diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa praticada pela Eletronuclear e a tarifa de referência.

iii) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

iv) Sobrecontratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

v) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária

Não tivemos diferimento de reajustes tarifários em nossa Permissionária nos exercícios de 2017 e 2018. Não tivemos, porém, os efeitos da Bolha Financeira ocasionada pelo atraso da Revisão Tarifária Periódica de 2012, cuja publicação foi realizada em exercícios seguintes com efeitos retroativos.



A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2017	Adição	Amorti- zação	Remune- ração	Transfe- rencias	Saldo em 31/12/2018	Valores em Amorti- zacao	Valores em Constitui- ção	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVA energia)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	1.394,80	1.651,69	-1.443,97	21,2	333,91	1.957,63	1.487,33	470,3	1.957,63	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	302,68	8,84	-151,1	21,2	188,89	370,51	236,25	134,26	370,51	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	1.092,12	1.642,85	-1.292,87	-	145,02	1.587,12	1.251,08	336,04	1.587,12	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recuperável	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	1.394,80	1.651,69	-1.443,97	21,2	333,91	1.957,63	1.487,33	470,3	1.957,63	-

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:



Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2017	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2018	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVA energia)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	37,09	345,54	-102,31	2,51	198,82	481,65	230,34	251,31	481,65	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	31,36	325,87	-25,77	2,51	-78,33	255,64	4,33	251,31	255,64	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	5,73	19,67	-76,54	-	277,15	226,01	226,01	-	226,01	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	37,09	345,54	-102,31	2,51	198,82	481,65	230,34	251,31	481,65	-



Abertura
dos Ativos
Financeiros
– R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Datas de captação repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortização	Sistemática de Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo								
																2018	2019	2020	2021	2022	2023+	Total		
Ativos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Caixa e Aplicações Financeiras	-	13.449,95	-	13.449,95	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final de Caixa - Conta 111	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. CDB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. Fundos DI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	-	14,76	-	14,76	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BANCO DO BRASIL S/A - OUROCAP	-	5,04	-	5,04	Sim	-	-	-	-	-	-	-	-	Mensal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUROCAP PU	-	9,72	-	9,72	Sim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Abertura dos Instrumentos Derivativos – R\$ Mil

INSTRUMENTO DERIVATIVOS	Instituição contra parte	Data Início	Vencimento	Custo ponta ativa	Custo ponta passiva	R\$ Mil - valor contratado	Fair Value R\$ Mil
Total Derivativos	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-

Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil:

	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + juros LP	2018	2017
Dívida Bruta	82,47	130,29	246,05	458,81	629,38
Financ. / Empréstimo Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Empréstimo Moeda Nacional	82,47	130,29	246,05	458,81	629,38
Tributária	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-
Intrasetoriais	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-
Intrasetoriais Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Tributária Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Derivativos a Pagar	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros	-	(13.464,71)	-	(13.464,71)	(10.515,82)
Alta Liquidez	-	(13.449,95)	-	(13.449,95)	(10.501,93)
Demais Aplicações Financeiras	-	(14,76)	-	(14,76)	(13,89)
Derivativos a Receber	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Dívida Líquida	82,47	(13.334,42)	246,05	(13.005,90)	(9.886,44)

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A CETRIL não possui imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias nos exercícios 2017 e 2018.

**9. Provisões para Litígios**

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
Saldos em 31/12/2017	12,00	-	-	-	-	-	12,00
Constituição	55,00	9,19	-	-	-	-	64,19
Baixas/reversão	(55,00)	-	-	-	-	-	(55,00)
Atualização	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2018	12,00	9,19	-	-	-	-	21,19

10. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação taxa média anual	Custo histórico	Correção monetária especial	Reavaliação	Total
Em serviço	0,18	(6.127,57)	-	-	(6.127,57)
Participação da União, Estados e Municípios	0,04	(2.589,23)	-	-	(2.589,23)
Participação Financeira do Consumidor	0,03	(1.602,02)	-	-	(1.602,02)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	0,04	(575,06)	-	-	(575,06)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	0,04	(148,22)	-	-	(148,22)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	0,04	(1.213,04)	-	-	(1.213,04)
Outros	0,02	(34,94)	-	-	(34,92)
Ultrapassagem de demanda	0,01	(18,05)	-	-	(18,04)
Excedente de reativos	0,01	(16,89)	-	-	(16,88)
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	-	744,35	-	-	744,35
Participação da União, Estados e Municípios	-	384,60	-	-	384,60
Participação Financeira do Consumidor	-	121,96	-	-	121,96
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	93,57	-	-	93,57
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	28,98	-	-	28,98
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	115,24	-	-	115,24
Outros	-	0,33	-	-	0,33
Ultrapassagem de demanda	-	0,17	-	-	0,17
Excedente de reativos	-	0,16	-	-	0,16
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Total	0,20	(5.417,83)	-	-	(5.417,81)



A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (a)	Baixas (b)	Transferências (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas (a)-(b)+(c)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Em serviço	(5.626,77)	(500,80)	-	-	-	(6.127,57)	(500,80)	744,35	(5.383,22)	(5.104,25)
Participação da União, Estados e Municípios	(2.589,23)	-	-	-	-	(2.589,23)	-	384,60	(2.204,63)	(2.302,93)
Participação Financeira do Consumidor	(1.101,22)	(500,80)	-	-	-	(1.602,02)	(500,80)	121,96	(1.480,06)	(1.029,28)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	(575,06)	-	-	-	-	(575,06)	-	93,57	(481,49)	(503,32)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	(148,22)	-	-	-	-	(148,22)	-	28,98	(119,24)	(124,86)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	(1.213,04)	-	-	-	-	(1.213,04)	-	115,24	(1.097,80)	(1.143,86)
Outros	-	(34,94)	-	-	-	(34,94)	(34,94)	0,33	(34,61)	-
Ultrapassagem de demanda	-	(18,05)	-	-	-	(18,05)	(18,05)	0,17	(17,88)	-
Excedente de reativos	-	(16,89)	-	-	-	(16,89)	(16,89)	0,16	(16,73)	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	(5.626,77)	(535,74)	-	-	-	(6.162,51)	(535,74)	744,68	(5.417,83)	(5.104,25)



Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (a)	Baixas (b)	Transferências (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Liquidas (a)-(b)+(c)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Em Curso	(1.240,83)	(723,18)	-	500,80	-	(1.463,21)	(222,38)	-	(1.463,21)	(1.240,83)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	(668,25)	(538,67)	-	500,80	-	(706,12)	(37,87)	-	(706,12)	(668,25)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	(394,98)	(160,40)	-	-	-	(555,38)	(160,40)	-	(555,38)	(394,98)
Valores Não Aplicados	(177,60)	(24,11)	-	-	-	(201,71)	(24,11)	-	(201,71)	(177,60)
Outros	(51,47)	(51,69)	19,72	34,94	-	(48,50)	(36,47)	-	(48,50)	(51,47)
Ultrapassagem de demanda	(51,47)	-	19,72	18,05	-	(13,70)	37,77	-	(13,70)	(51,47)
Excedente de reativos	-	(51,69)	-	16,89	-	(34,80)	(34,80)	-	(34,80)	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	(1.292,30)	(774,87)	19,72	535,74	-	(1.511,71)	(258,85)	-	(1.511,71)	(1.292,30)



As **principais adições** (pelo critério de valor) de **obrigações especiais** no exercício foram:

CONSOLIDADO

<u>Descrição do Bem</u>	<u>Em R\$ Mil</u>
Participação Financeira do Consumidor - contrato - 4930221	(19,96)
Participação Financeira do Consumidor - contrato - 4973454	(18,74)
Participação Financeira do Consumidor - contrato - 4735712	(13,20)
Participação Financeira do Consumidor - contrato - 4735708	(11,30)
Participação Financeira do Consumidor - contrato - 5006119	(11,25)
Participação Financeira do Consumidor - contrato - 5006121	(11,11)
Participação Financeira do Consumidor - contrato - 4829103	(10,19)
Participação Financeira do Consumidor - contrato - 4854134	(10,19)
Participação Financeira do Consumidor - contrato - 4616275	(9,95)
Participação Financeira do Consumidor - contrato - 4735704	(9,61)

Não ocorreram baixas de obrigações especiais no exercício de 2018.

11. Patrimônio Líquido**Capital Social**

O capital social em 31 de dezembro de 2018 representa R\$ 16.072,56 (Reais/mil), sendo composto por 1.607.256.126 (Hum bilhão, seiscentos e sete milhões, duzentos e cinquenta mil e cento e vinte e seis) cotas de responsabilidade limitada de R\$ 0,01 cada, com a seguinte composição:

<u>Cotistas</u>	<u>Cotas</u>	<u>%</u>
O quadro de sócios/quotistas da CETRIL é composto de 23.335 unidades consumidoras com o capital social integralizado de:	16.072,56	100

Sócios controladores que fazem parte da diretoria (conselho administrativo e fiscal):

1	Nélio Antônio Leite	Presidente:	1,74	0,0108
2	Paulo Dias de Moraes	Vice Presidente:	1,35	0,0084
3	Fernando Vieira Branco	Secretário:	0,23	0,0014
4	Luiz Vieira de Góes	Diretor	0,45	0,0028
5	Antônio Aparecido Trindade	Diretor	0,68	0,0042
6	Jaqueline Sumida Guimarães	Diretor	0,25	0,0015
7	Roque José Pereira	Conselho Fiscal	0,46	0,0029
8	Alcides Machado de Oliveira	Conselho Fiscal	0,23	0,0014
9	Leôncio Ribeiro da Costa	Conselho Fiscal	0,46	0,0029
10	Renato Gabriel Vieira	Conselho Fiscal (Suplente)	0,14	0,0008
11	Inácio Vieira Godinho	Conselho Fiscal (Suplente)	0,23	0,0014
12	José Benedito de Camargo Rolim	Conselho Fiscal (Suplente)	1,58	0,0098

**COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA**

(1) O Capital Social Subscrito da Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região - CETRIL em 31 de dezembro de 2018 representa R\$/Mil 16.086,53 e o capital a integralizar representa R\$/Mil 13,97, cujo processo de individualização e o seu controle encontra-se informatizado e devidamente conciliados com as fichas de matriculas e o saldo contábil.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Reservas de Capital		
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	-	-
Doações e subvenções para investimentos	-	-
Conta de resultados a compensar (CRC)	-	-
Outras	107,92	107,92
Total	<u>107,92</u>	<u>107,92</u>
Reservas de lucros		
Reserva legal	-	-
Lucros a realizar	-	-
Reservas para Contingências	-	-
Reserva para investimentos	4,92	4,92
Total	<u>4,92</u>	<u>4,92</u>
Reservas de Sobras		
Reserva legal	1.994,18	1.606,54
Lucros a realizar	-	-
FATES	5.196,99	3.952,89
Reservas Estatutárias	30.291,79	27.265,88
Total	<u>37.482,96</u>	<u>32.825,31</u>
Outros Resultados Abrangentes	<u>43.798,73</u>	<u>47.009,57</u>
Capital Social	<u>16.072,56</u>	<u>16.072,56</u>
Sobras e Perdas a Disposição da Assembleia	<u>-1.787,39</u>	<u>-972,7</u>
Total do Patrimônio Líquido	<u>95.679,70</u>	<u>95.047,58</u>

Além disso, a Outorgada com base na Lei 5.764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 10% para Reserva Legal, 5% de Reserva para FATES e 10% de Reserva de Desenvolvimento.

**12. Receita Operacional Bruta**

Receita Bruta	Nº de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Fornecimento - Faturado	27.332	26.664	72.186	70.857	53.526,16	47.488,36
Residencial	25.492	24.773	48.899	48.670	40.343,89	36.280,92
Industrial	15	15	2.167	1.925	1.616,98	1.178,91
Comercial	498	483	4.140	3.861	3.422,58	2.869,08
Rural	1.152	1.229	13.401	12.882	6.274,06	5.469,99
Poder público	82	85	365	370	299,28	274,30
Iluminação pública	68	68	2.991	2.950	1.385,76	1.267,01
Serviço público	25	11	223	199	183,61	148,15
Suprimento Faturado	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	25.359,17	28.931,18
Consumidores Cativos	-	-	-	-	25.359,17	28.931,18
Consumidores Livres	-	-	-	-	-	-
Encargos de conexão de agentes de geração	-	-	-	-	-	-
Permissionárias	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	-	-	-	-	-	-
(-) Transferências	-	-	-	-	(25.387,12)	(28.946,85)
(-) Transf p/ Obrigações Espec. do AIC – Ultra-passagem de Demanda	-	-	-	-	(6,70)	(5,63)
(-) Transf p/ Obrigações Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-	(21,25)	(10,04)
(-) Transf. p/ Obrigações Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias	-	-	-	-	-	-
(-) Transf p/ TUSD - Consumidores Cativos	-	-	-	-	(25.359,17)	(28.931,18)
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	-	-	-	-	133,98	342,74
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	-	-
Constituição e Amortização. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	(0,03)	1.467,28
Constituição e Amortização - Demais Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	-	-	-	-	(99,54)	325,74



Serviços Cobráveis	-	-	-	-	124,58	133,92
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	13.698,65	5.445,68
Total	27.332	26.664	72.186	70.857	67.355,85	55.188,05

13. Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica– CCEE

Nos exercícios de 2017 e 2018, a Outorgada não efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

14. Pessoal e Administradores

As Despesas com Pessoal anual decorrente do exercício de 2018 importou em R\$ 9.038,06 e no exercício anterior foi de R\$ 9.604,47 (Reais/mil), ocasionado uma diminuição de 6,27 % em relação ao ano anterior. Nas despesas com os administradores também houve uma redução de 6,66% em relação ao ano anterior.

	2018	2017
Pessoal	9.038,05	9.604,47
Remuneração	5.717,43	5.792,61
Encargos	1.914,51	2.472,50
Previdência privada - Corrente	-	-
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	37,98	0,22
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
Outros benefícios - Corrente	1.318,09	1.266,19
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	50,04	72,95
Administradores	1.223,32	1.388,85
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	1.189,62	1.356,53
Benefícios dos administradores	33,70	32,32
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	10.261,37	10.993,32



15. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social.

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

Descrição	2018	2017
Sobras (Perdas) antes do imposto de renda e contribuição social	2.849,01	3.187,64
Ajustes Efeitos IFRS	2.305,68	2.454,14
Lucro Ajustado	5.154,69	5.641,78
Ajustes Lalur	(3.843,60)	(3.664,80)
Base de Calculo Fiscal	1.311,09	1.976,98
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	(421,77)	(648,17)
Efeitos fiscais sobre:	-	-
Participação nos resultados	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Encargos capitalizados	-	-
Compensação da CSLL e com a Cofins	-	-
Outros	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(421,77)	(648,17)

16. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

Em virtude da empresa ser uma Permissionária, onde apenas apresentamos as atividades de Distribuição e Administração, não reconhecemos a necessidade de preenchimento desse quadro referente as Demonstrações do Resultado do Exercício segregados por atividade.

17. Revisão Tarifária

17.1. Revisão Tarifária Periódica

Entre 10 de outubro de 2010 a 20 de outubro de 2010, a ANEEL submeteu à Audiência Pública nº 040/2010 as metodologias e os critérios gerais para o terceiro ciclo de revisões tarifárias periódicas das concessionárias de serviço público de distribuição de energia

Após análise das contribuições recebidas, a ANEEL aprimorou as propostas metodológicas e as submeteu à segunda etapa de Audiência Pública, no período de 16 de março a 03 de junho de 2011, de modo a proporcionar aos interessados a oportunidade de oferecer contribuições adicionais para a metodologia e critérios a serem adotados.

Por fim, a Resolução Normativa nº 457, de 08 de novembro de 2011, alterada pela Resolução Normativa nº 640, de 16 de dezembro de 2014, aprovou o Módulo 2 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, o qual definiu a metodologia e os



procedimentos gerais para realização do Terceiro Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica - 3CRTP.

Para as permissionárias iniciou-se o processo de discussão da metodologia de revisão tarifária com a Audiência Pública nº 019/2011, que culminou na publicação dos Submódulos 8.1 e 8.3, que disciplinam a regra de revisão tarifária.

De acordo com o contrato de concessão, a revisão tarifária desta Cooperativa permissionária deveria ter ocorrido no dia 30 de junho de 2012. Tendo em vista as discussões em andamento da metodologia a ser aplicada no 1º ciclo de revisão tarifária, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 1.373/2012, resolveu prorrogar a vigência das Tarifas da Resolução Homologatória nº 1.224/2011, até que a nova metodologia seja definida e aplicada.

Com o respaldo na Medida Provisória nº 579 de 2012, convertida na lei nº 12.783, de 2013, as tarifas da Cetril constantes na Resolução Homologatória nº 1.373/2012, foram redefinidas para refletir os efeitos da renovação das concessões de geração e transmissão, além da redução de encargos setoriais e da retirada de subsídios da estrutura tarifária. As tarifas foram publicadas na Resolução Homologatória nº 1.570, de 16 de julho de 2013, representando um reposicionamento tarifário de -17,80%.

Com o estabelecimento da metodologia do Primeiro Ciclo de Revisão Tarifária Periódica, foi publicada a Resolução Homologatória nº 1.633, de 30 de setembro de 2013, que homologou a primeira revisão tarifária da Cetril, com o reposicionamento tarifário de 0,08%.

O Contrato de Permissão nº 08/2008, que regula a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica na área de permissão da Cetril, define a data de 30 de outubro de 2016 para aplicação dos resultados de sua segunda revisão tarifária periódica.

A Resolução Normativa 704, de 23 de março de 2016, aprovou o Submódulo 8.4 e a revisão dos Submódulos 8.1, 8.2 e 8.3 do PRORET – Procedimentos de Regulação Tarifária, que definem as regras de reajuste e revisão tarifária das permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica e minuta de termo aditivo ao contrato de permissão.

Pela nova regra, as permissionárias poderiam optar por assinar novo termo aditivo ao contrato de permissão ficando livres para definirem a Parcela B seguindo a metodologia do PRORET 8.4 ou continuar com tarifas definidas pelo PRORET 8.1.

A Cetril, optou por não celebrar termo aditivo contratual e permanece com as tarifas estabelecidas pela ANEEL seguindo a metodologia do Submódulo 8.1 do PRORET.

Aplicando-se as metodologias definidas no Submódulo 8.1 do PRORET em relação à Cetril resultaram nos seguintes parâmetros que serão observados na definição das tarifas de referência no período 30 de outubro de 2018 a 29 de outubro de 2019.

**Tabela 11 - Resultados da Revisão Tarifária**

Processo tarifário	Variação	Participação no processo tarifário	Participação na Receita
ENCARGOS SETORIAIS	-34,42%	-4,23%	7,27%
Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. – TFSEE	44,50%	0,10%	0,30%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	-38,48%	-3,85%	5,55%
PROINFA	35,52%	0,41%	1,42%
P&D e Eficiência Energética	0,00%	-0,90%	0,00%
ENERGIA COMPRADA	7,96%	2,34%	28,56%
Energia	7,96%	2,34%	28,56%
TRANSPORTE DE ENERGIA	-3,62%	-0,12%	2,78%
Uso do sistema de distribuição	-3,62%	-0,12%	2,78%
Total de Parcela A	-4,48%	-2,01%	38,61%
Total de Parcela B	23,51%	12,96%	61,39%
Variação econômica		10,95%	
COMPONENTES FINANCEIROS		Participação	
Repasse de PIS COFINS suprimento		3,62%	
Neutralidade Encargos Setoriais		-1,22%	
Compensação DIC FIC		-0,01%	
Retenção de Adicionais de Bandeiras Tarifárias		-5,35%	
Total Financeiros		-2,97%	
Variação econômica e financeira		7,98%	

Comparativamente à proposta submetida à Audiência Pública, pode-se constatar, conforme tabela a seguir, uma queda de 4,76%, na variação econômica e financeira, que se deve, sobretudo, à redução do custo da energia comprada, que representou um impacto negativo de 5,17% do efeito médio calculado na AP.

Tabela 12 – Análise comparativa: Audiência Pública versus Proposta Final

Processo Tarifário	AP	FINAL	Diferença
Encargos Setoriais	-4,21%	-4,23%	-0,02%
Energia Comprada	6,03%	2,34%	-3,69%
Transporte de Energia	-0,01%	-0,12%	-0,10%
Parcela A	1,80%	-2,01%	-3,81%
Parcela B	13,81%	12,96%	-0,85%
Variação Econômica	15,61%	10,95%	-4,66%
Componentes Financeiros	-2,87%	-2,97%	-0,10%
Variação Econômica e Financeira	12,74%	7,98%	-4,76%
Retirada dos Componentes Financeiros	-0,55%	-0,95%	-0,40%
Efeito médio a ser percebido pelos Consumidores	12,19%	7,03%	-5,17%



A tabela a seguir reproduz os efeitos médios s serem percebidos pelos consumidores:

Tabela 12 - Efeito médio ao consumidor

Grupo de consumo	Varição Tarifária
AT - Alta Tensão ($\geq 2,3$ kV)	-21,81%
BT - Baixa Tensão ($< 2,3$ kV)	7,51%
Efeito médio geral	7,03%

17.2. Reajuste Tarifário Anual

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IGP-M, ajustado pela aplicação do Fator X, conforme mencionado no parágrafo anterior, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 1.978, de 27 de outubro de 2015, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Outorgada resultantes do processo de reajuste tarifário de 2015, cujo reajuste médio foi de 25,75%, correspondendo a um efeito médio de 26,53% percebido pelos consumidores.

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica atingiu em dezembro de 2018 o valor de R\$ 740,34/MWh, com aumento de aproximadamente 9,70% com relação a dezembro de 2017. Para o novo ciclo tarifário, de 30 de outubro de 2018 a 29 de outubro de 2019 as tarifas foram fixadas pela ANEEL por meio da Resolução Homologatória/ ANEEL nº 2.476 de 23 de outubro de 2018.

17.3. Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- As inclusões entre as datas-bases do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;



- c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-bases do segundo e terceiro ciclos de revisão tarifária – base incremental (item b);
- d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e
- e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.
- f) Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

O quadro a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração:

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	144.352,10
(2) Índice de Aproveitamento Integral	
(3) Obrigações Especiais Bruta	
(4) Bens Totalmente Depreciados	11.330,17
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	133.021,94
(6) Depreciação Acumulada	56.217,13
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	-
(10) Almoxarifado em Operação	433,06
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	-
(13) Terrenos e Servidões	321,52
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	88.889,55
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	0,04
(18) Quota de Reintegração Regulatória	5.320,88
(19) WACC real antes de impostos	0,04
(20) Taxa RGR PLPT	-
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	-
(22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)	3.351,13



17.4. Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI.

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI:

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	5.382,64
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	1.345,66
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	1.345,66
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	2.691,32
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	73,6
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	217,6
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	558,53
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	849,73

Observação: Este valor atualizado até o IRT figura em **R\$/Mil 878,45**.

17.5. Ajuste da Parcela B em Função de Investimentos Realizados

Conforme previsto na Legislação Setorial, foi definido no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP anterior, o mecanismo destinado a comparar os investimentos previstos no cálculo do Fator X com os efetivamente realizados pelas distribuidoras. No CRTP vigente, quando da revisão tarifária de cada Concessionária, são levantados os investimentos efetivamente realizados pela distribuidora entre o CRTP anterior e o CRTP vigente, calculados com base nos registros contábeis da distribuidora, deflacionados pelo IGP-M, mês a mês, para a data-base da revisão tarifária anterior.

Caso os investimentos efetivamente realizados sejam inferiores àqueles considerados no cálculo do Fator X do CRTP anterior, esse item é recalculado, com a substituição dos valores de investimento previstos pelos investimentos realizados, mantendo-se inalterados os demais parâmetros.

17.6. Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 2 do PRORET, que trata da revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária da Outorgada é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida



da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita último IRT R\$/ Mil	Receita verificada	Reajuste	Variação projetada %	Impacto na revisão tarifária %	Participa- ção na receita %
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	15.599,46	28.114,27	31.487,38	500,41%	53,18%	53,57%
1.1. Encargos Setoriais	2.936,92	2.624,91	3.273,36	-11,19%	40,09%	5,57%
RGR	-	-	-	-	-	-
CCC	-	-	-	-	-	-
TFSEE	121,63	129,5	133,84	6,47%	3,35%	0,23%
CDE	2.241,34	1.947,65	2.563,81	-13,10%	31,64%	4,36%
PROINFA	573,94	547,76	575,71	-4,56%	5,10%	0,98%
P&D (Eficiência Energética)	-	-	-	-	-	-
NOS	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
1.2. Transmissão	1.123,28	6.106,42	6.020,36	443,63%	-1,41%	10,24%
Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Rede Básica Fronteira	-	-	-	-	-	-
Itaipu	-	-	-	-	-	-
Conexão	-	-	-	-	-	-
CUSD	1.123,28	6.106,42	6.020,36	443,63%	-1,41%	10,24%
Outros	-	-	-	-	-	-
1.3. Compra de Energia	11.539,27	19.382,94	22.193,66	67,97%	14,50%	37,76%
CCEAR Existente	-	-	-	-	-	-
CCCEAR Nova	-	-	-	-	-	-
Contratos Bilaterais	11.539,27	19.382,94	22.193,66	67,97%	14,50%	37,76%
Itaipu	-	-	-	-	-	-
2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	24.799,18	26.397,58	27.288,76	6,45%	3,38%	46,43%
2.1. Custos Operacionais + Anuidades	-	-	-	-	-	-
2.2. Remuneração	-	-	-	-	-	-
2.3. Depreciação	-	-	-	-	-	-
2.4. Receitas Irrecuperáveis	-	-	-	-	-	-
2.5. Outras Receitas	24.799,18	26.397,58	27.288,76	6,45%	3,38%	46,43%
3. Reposicionamento Econômico	10,95%	-	8,70%	-	-	-
4. Componentes Financeiros	-2,97%	-	-15,72%	-	-	-



5. Reposicionamento com Financeiros	7,98%	-	-7,02%	-	-	-
6. Financeiros Retirados do IRT anterior	1,07%	-	-22,18%	-	-	-
7. Efeito para Consumidor	7,03%	-	12,95%	-	-	-

18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual.

Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Ativos	2018			2017		
	Regulatório	Ajustes	Societario	Regulatório	Ajustes	Societario
Ativo circulante	29.540,59	-	29.540,59	25.695,45	-	25.695,45
Caixa e equivalentes de caixa	13.449,95	-	13.449,95	10.501,93	-	10.501,93
Consumidores Concessionárias e permissionárias	10.351,10	-	10.351,10	8.567,80	-	8.567,80
Serviços em curso	-	-	-	-	-	-
Serviços em curso	135,93	-	135,93	182,93	-	182,93
Tributos compensáveis	391,09	-	391,09	1.358,92	-	1.358,92
Depósitos judiciais e cauções	-	-	-	-	-	-
Almoxarifado operacional	385,89	-	385,89	558,86	-	558,86
Investimentos temporários	14,76	-	14,76	13,90	-	13,90
Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	1.957,63	-	1.957,63	1.394,80	-	1.394,80
Despesas pagas antecipadamente	33,67	-	33,67	39,18	-	39,18
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à alienação	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes	2.820,57	-	2.820,57	3.077,13	-	3.077,13
Ativo não circulante	84.776,76	(40.499,35)	44.277,41	86.832,27	(44.619,32)	42.212,95
Consumidores Concessionárias e permissionárias	-	-	-	-	-	-
Serviços em curso	-	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis	375,58	-	375,58	288,29	-	288,29
Depósitos judiciais e cauções	-	-	-	-	-	-
Investimentos temporários	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-



Tributos diferidos	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes	173,01	17.230,17	17.403,18	63,00	14.815,14	14.878,14
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	0,15	-	0,15	78,70	-	78,70
Imobilizado	84.228,02	(81.609,74)	2.618,28	86.390,17	(84.176,97)	2.213,20
Intangível	-	23.880,22	23.880,22	12,11	24.742,51	24.754,62
Total do ativo	114.317,35	(40.499,35)	73.818,00	112.527,72	(44.619,32)	67.908,40

Passivo	2018			2017		
	Regulatório	Ajustes	Societario	Regulatório	Ajustes	Societario
Passivo circulante	11.450,07	-	11.450,07	10.700,89	-	10.700,89
Fornecedores	3.857,27	-	3.857,27	3.698,96	-	3.698,96
Empréstimos, financiamentos e debêntures	212,76	-	212,76	262,70	-	262,70
Obrigações sociais e trabalhistas	880,00	-	880,00	719,81	-	719,81
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-
Tributos	1.441,91	-	1.441,91	1.345,45	-	1.345,45
Provisão para litígios	9,19	-	9,19	-	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-
Encargos setoriais	948,01	-	948,01	1.058,26	-	1.058,26
Provisão para descomissionamento	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	481,65	-	481,65	33,07	-	33,07
Provisão para uso do bem público	-	-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-
Obrigações com associados	-	-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes	3.619,28	-	3.619,28	3.582,64	-	3.582,64
Passivo não circulante	7.187,57	-	7.187,57	6.779,26	-	6.779,26
Fornecedores	-	-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	246,05	-	246,05	366,69	-	366,69
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-
Tributos	-	-	-	-	-	-
Provisão para litígios	12,00	-	12,00	12,00	-	12,00
Encargos setoriais	-	-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	-	-	-	4,02	-	4,02



Provisão para uso do bem público	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-
Obrigações com associados	-	-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	6.929,52	-	6.929,52	6.396,55	-	6.396,55
Total do passivo	18.637,64	-	18.637,64	17.480,15	-	17.480,15

	2018			2017		
Patrimônio líquido	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Capital social	16.072,56	-	16.072,56	16.072,56	-	16.072,56
Reservas de capital	107,92	-	107,92	107,92	(57,77)	50,15
Outros resultados abrangentes	43.798,73	(43.798,73)	-	47.009,57	(47.009,57)	-
Reservas de lucros	4,92	-	4,92	4,92	-	4,92
Recursos destinados a aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-
(-) Ações Próprias em Tesouraria	-	-	-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-
Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-	-
Reserva de sobras	37.482,96	-	37.482,96	32.825,30	-	32.825,30
Sobras à disposição da Assembleia	(1.787,38)	3.299,38	1.512,00	(972,70)	2.448,02	1.475,32
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-	-	-	-	-
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	95.679,71	(40.499,35)	55.180,36	95.047,57	(44.619,32)	50.428,25
Total do passivo e do patrimônio líquido	114.317,35	(40.499,35)	73.818,00	112.527,72	(44.619,32)	67.908,40

	2018			2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade						
Receita / Ingresso	67.355,84	-	67.355,84	55.188,05	-	55.188,05
Fornecimento de energia elétrica	28.273,00	-	28.273,00	18.884,25	-	18.884,25
(-) Transferências	-	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	25.359,17	-	25.359,17	28.931,18	-	28.931,18
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	(99,57)	-	(99,57)	325,74	-	325,74
Serviços cobráveis	124,58	-	124,58	133,92	-	133,92
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	13.698,66	-	13.698,66	5.445,68	-	5.445,68
Outras receitas vinculadas	-	-	-	1.467,28	-	1.467,28



Tributos	(9.313,38)	-	(9.313,38)	(8.348,89)	-	(8.348,89)
ICMS	(8.810,82)	-	(8.810,82)	(7.930,20)	-	(7.930,20)
PIS-PASEP	(88,94)	-	(88,94)	(73,99)	-	(73,99)
Cofins	(413,62)	-	(413,62)	(344,70)	-	(344,70)
ISS	-	-	-	-	-	-
Encargos - Parcela "A"	(3.875,50)	-	(3.875,50)	(3.723,43)	-	(3.723,43)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(2.069,84)	-	(2.069,84)	(2.146,80)	-	(2.146,80)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-
Taxa de fiscalização	(126,47)	-	(126,47)	(122,19)	-	(122,19)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-	-	-	-	-
Outros encargos	(1.679,19)	-	(1.679,19)	(1.454,44)	-	(1.454,44)
Receita líquida / Ingresso líquido	54.166,96	-	54.166,96	43.115,73	-	43.115,73
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(27.496,44)	-	(27.496,44)	(17.284,00)	-	(17.284,00)
Energia elétrica comprada para revenda	(26.959,51)	-	(26.959,51)	(16.722,54)	-	(16.722,54)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa	(536,93)	-	(536,93)	(561,46)	-	(561,46)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	-	-	-	-	-
Encargos e Demais Despesas Setoriais	-	-	-	-	-	-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica	-	-	-	-	-	-
Combustíveis	-	-	-	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	26.670,52	-	26.670,52	25.831,73	-	25.831,73
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(24.196,83)	2.305,68	(21.891,15)	(24.631,88)	2.454,14	(22.177,74)
Pessoal e administradores (inclui 1.223,31 de remuneração a administradores)	(10.261,37)	-	(10.261,37)	(10.993,31)	-	(10.993,31)
Entidade de previdência privada	-	-	-	-	-	-
Material	(1.577,39)	-	(1.577,39)	(2.661,09)	-	(2.661,09)
Serviços de terceiros	(6.457,06)	-	(6.457,06)	(5.366,76)	-	(5.366,76)
Arrendamento e aluguéis	(40,88)	-	(40,88)	(45,86)	-	(45,86)
Seguros	(93,17)	-	(93,17)	(76,93)	-	(76,93)
Doações, contribuições e subvenções	(139,98)	-	(139,98)	(129,03)	-	(129,03)
Provisões	(202,99)	-	(202,99)	(115,78)	-	(115,78)
Recuperação de despesas	44,10	-	44,10	29,68	-	29,68
Tributos	(220,25)	-	(220,25)	(217,58)	-	(217,58)
Depreciação e amortização	(4.791,20)	2.305,69	(2.485,51)	(4.938,94)	2.454,14	(2.484,80)
Gastos diversos da atividade vinculada	(580,00)	(330,95)	(910,95)	(496,81)	(1.985,29)	(2.482,10)
Outras Receitas Operacionais	1.116,52	330,94	1.447,46	1.168,95	1.985,29	3.154,24
Outras Gastos Operacionais	(993,16)	-	(993,16)	(788,42)	-	(788,42)
Resultado da Atividade	2.473,69	2.305,68	4.779,37	1.199,85	2.454,14	3.653,99
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
Resultado Financeiro	375,32	-	375,32	1.987,79	-	1.987,79



Despesas financeiras	(1.211,47)	-	(1.211,47)	(105,32)	-	(105,32)
Receitas financeiras	1.586,79	-	1.586,79	2.093,11	-	2.093,11
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	2.849,01	2.305,68	5.154,69	3.187,64	2.454,14	5.641,78
Despesa com impostos sobre os lucros	(421,77)	-	(421,77)	(648,17)	-	(648,17)
Resultado líquido das operações em continuidade	2.427,24	2.305,68	4.732,92	2.539,47	2.454,14	4.993,61
Operações descontinuadas						
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	2.427,24	2.305,68	4.732,92	2.539,47	2.454,14	4.993,61
Atribuível aos:						
Acionistas controladores	-	-	-	-	-	-
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-
Lucro por ação						
Básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	0,15	0,14	0,29	0,16	0,15	0,31
Diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-	-	-	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade						
Básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-	-	-	-	-
Diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-	-	-	-	-

18.1. Consumidores

Não houve ajustes na rubrica Consumidores.

18.2. Ativos e passivos financeiros setoriais

Não houve ajustes na rubrica Consumidores.

18.3. Ativos financeiros da concessão

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Nas demonstrações regulatórias esse valor faz parte do ativo imobilizado.

**18.4. Imobilizado****18.4.1. Reavaliação compulsória**

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação do 2º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária

18.4.2. Depreciação

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação do 2º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado.

18.5. Intangível**18.5.1. Reavaliação compulsória**

Não houve ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

18.5.2. Depreciação

Não houve ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória

18.6. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica**18.6.1. Reavaliação compulsória**

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.6.2. Amortização

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.7. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)**18.7.1. Ativo financeiro**

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.2. Ativo intangível

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

**18.7.3. Receita e Custo de construção (resultado)**

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICPC 01 E OCPC 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Concessão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Concessão.

18.7.4. Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Remuneração de ativo financeiro (ICPC 01).

18.7.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (ICPC 01).

18.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldos no fim do exercício (societário)	55.180,36	50.428,26
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	40.499,35	44.619,32
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais		
Reavaliação regulatória compulsória	84.931,60	84.931,60
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	-41.132,87	-37.922,03
Reserva de Capital - Efeitos IFRS	-	57,77
Reserva de Sobras	38,6	-
Sobras/Perdas a Disposição da AGO	-3.337,98	-2.448,02
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Saldos no fim do exercício (regulatório)	95.679,71	95.047,58

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se a reversão da Reserva da Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, sendo revertida contra as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço.

Com relação ao destaque da Depreciação da Reavaliação Regulatória Compulsória, bem como os efeitos IFRS em outras reservas de capitais, referem-se a reversão da realização da reserva regulatória compulsória ocorrida na Contabilidade Regulatória, revertida conforme regras da Contabilidade Internacional, e, conforme orientação dos auditores, represada como diferenças IFRS em outras Reservas de capital.



Ocorre caso similar em Reservas de Sobras e Sobras e Perdas destinados a AGO, onde temos saldos diferentes referente a diferenças IFRS.

18.9. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	5.154,69	5.641,78
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	-2.305,68	-2.454,14
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	-	-
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória	-2.305,68	-2.454,14
Anulação Não Operacional	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	2.849,01	3.187,64

Depreciação - Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, realizadas no exercício de 2018, cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

Os efeitos constatados em Anulação Não Operacional decorrem da reversão de exercícios anteriores.

19. Eventos Subsequentes

19.1. Subsídios Tarifários DECRETO 9.642/2018, de 27 de dezembro de 2018

Em 27/12/2018, o Governo Federal publicou o Decreto 9.642/2018 que, entre outros assuntos, definiu:

- a) Fim do Subsídio Classe Rural no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CETRIL;
- b) Fim do Subsídio Classe Água e Esgoto no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CETRIL;
- c) Veto ao Subsídio composto, este de aplicação imediata, ou seja, subsídio para irrigação não pode ser aplicado sobre o valor da tarifa rural, que já contém desconto sobre a tarifa básica;

Em 2019 os efeitos deste decreto já trarão impacto aos consumidores até então amparados por subsídios.

**19.2. Perdas Regulatórias e Realizadas**

No exercício de 2018 a CETRIL contabilizou 10,01% de Perdas (Técnicas mais não Técnicas). A ANEEL publicou a meta regulatória de 11,28%. Durante o ano de 2019, a CETRIL continuará perseguindo a meta regulatória, renovando seus ativos com inovação tecnológica, e, combatendo os desvios de energia (gatos).

20. Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 01/04/2019 pela Diretoria, não podendo os senhores sócios proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em (R\$/mil), com 2 casas decimais.

Ibiúna, 09 de abril de 2019.



NÉLIO ANTONIO LEITE**Presidente****CPF:093.796.988-52**

SIEGFRIED URBAN**Contador****CRC – 1SP 297.745/O-4**

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região – CETRIL, composto pelos senhores Roque José Pereira, Alcides Machado de Oliveira e Leôncio Ribeiro da Costa, abaixo assinados, em cumprimento às suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2018, todas as contas e documentos da presente Demonstração de Sobras e Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, devidamente examinados pela empresa de auditoria independente contratada exarando o Parecer Final dos Auditores Independentes e demais dados e informações contidas no Relatório da Administração de 2018, verificando inclusive as obrigatoriedades das transferências estatutárias das sobras para a Reserva Legal, a Reserva do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social - RATES e para a Reserva de Fundos Diversos de Desenvolvimento e para Atendimento às exigências da regulação das atividades de distribuição de energia no tocante à manutenção da qualidade de energia elétrica distribuída e de ressarcimento de danos elétricos produzidos em equipamentos de cooperados e usuários, expressando a sua opinião sobre as Demonstrações Contábeis, constataram a exatidão de todos os registros e peças examinadas, representando nessa data a efetiva situação econômica, financeira e patrimonial da Cetril, reunindo portanto as condições necessárias para serem aprovadas pelos cooperados após o parecer final das destinações das sobras líquidas do período.

Ibiúna, 27 de fevereiro de 2019.



ROQUE JOSÉ PEREIRA

ALCIDES MACHADO DE OLIVEIRA

LEÔNCIO RIBEIRO DA COSTA



AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos

Srs. Associados e Administradores da

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIUNA E REGIAO – CETRIL

Ibiúna – SP

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCRs, da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIUNA E REGIAO – CETRIL**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base nas disposições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIUNA E REGIAO – CETRIL**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de relatórios contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIUNA E REGIAO – CETRIL**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base Contábil de Elaboração das Demonstrações Contábeis Regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 02 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis, que foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros Assuntos

A **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIUNA E REGIAO – CETRIL**, elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os cotistas e administradores da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIUNA E REGIAO – CETRIL**, com data de 15 de Fevereiro de 2019.

Rua Vereador Mário Coelho Pires, nº 1060, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 090 – São José – SC
Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 3259-2444 – e-mail: audiconsult@audiconsult.com.br

1



AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Responsabilidades da administração e da governança pelas Demonstrações Contábeis Regulatórias

A administração da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIUNA E REGIAO – CETRIL**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIUNA E REGIAO – CETRIL** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Rua Vereador Mário Coelho Pires, nº 1060, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 090 – São José – SC
Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 3259-2444 – e-mail: audiconsult@audiconsult.com.br

2



AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José (SC), 10 de abril de 2019.

Hermenegildo João Vanoni
Contador – CRC-SC 14.874/O -7 "S" SP

AUDICONSULT Auditores S/S
Registro: CRC-SC 4.012 "S" SP



Cetril

Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região - CETRIL

Rua José Bonifácio, 100 - Centro - Ibiúna /SP

Telefone: 0800-014-1488

Email: sac@cetril.com.br

Site: www.cetril.com.br

Facebook: [facebook/cetril](https://www.facebook.com/cetril)